



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

Giovanni Barillari de Freitas

A construção social dos mercados:

O Pronaf e a oferta de cestas de alimentos orgânicos agroflorestais no assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto/SP



ARARAQUARA – S.P.

2018

GIOVANNI BARILLARI DE FREITAS

A construção social dos mercados: O Pronaf e a oferta de cestas de alimentos orgânicos
agroflorestais no assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto/SP

Texto como requisito final para obtenção do título
de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de
Pós em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências
e Letras – UNESP/Araraquara.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e
Políticas Públicas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Chaves
Jardim

Agência de fomento: CNPQ

ARARAQUARA – S.P.
2018

Barillari de Freitas, Giovanni

A construção social dos mercados: O Pronaf e a oferta de cestas de alimentos orgânicos agroflorestais no assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto/SP / Giovanni Barillari de Freitas - 2018

134 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Maria Aparecida Chaves Jardim

Coorientador: Mariana Milano

1. Sociologia Econômica. 2. Pierre Bourdieu. 3. Desenvolvimento rural. 4. Agricultura Familiar. 5. Assentamento Mario Lago. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GIOVANNI BARILLARI DE FREITAS

A construção social dos mercados: O Pronaf e a oferta de cestas de alimentos orgânicos
agroflorestais no assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto/SP

Texto como requisito final para obtenção do título
de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de
Pós em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências
e Letras – UNESP/Araraquara.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e
Políticas Públicas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Chaves
Jardim

Agência de fomento: CNPQ

Data da defesa: 27 de fevereiro de 2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a Dr^a Maria Chaves Jardim

Universidade: Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho –
UNESP/ Araraquara.

Membro titular: Prof^a Dr^a Renata Medeiros Paoliello

Universidade: Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho –
UNESP/ Araraquara.

Membro titular: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Universidade: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Local: Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho –UNESP Campus
de Araraquara – SP- Faculdade de Ciências e Letras/ FCLAr.

AGRADECIMENTO

Expresso meus agradecimentos a todos os familiares e amigos que me acompanharam até esta defesa de mestrado, me apoiaram e acreditaram na minha capacidade. Em especial agradeço ao meu pai, Luiz Ricardo de Freitas, que há muito tem sido pai e mãe, me ensinando sempre com muito carinho e sendo um exemplo irretocável. Agradeço à minha irmã, Rebecca Barillari de Freitas, que, desde sempre, me acompanha, me incentiva e me ajuda a percorrer os momentos mais complicados, sempre me dando mais confiança e segurança.

Agradeço à todos os funcionários e professores da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Araraquara que cruzaram meu caminho desde minha graduação em Ciências Econômicas, tornando todo o percurso mais prazeroso e com mais sabedoria. Especificamente, me refiro ao meu orientador na graduação, Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos, que, por meio de orientação e muita conversa fora da universidade, me ensinou a olhar para história sob outras perspectivas. Agradeço também à minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Chaves Jardim, determinante em todo o percurso deste mestrado, que teve a generosidade de ler, corrigir, sugerir leituras e me orientar de maneira totalmente comprometida, possibilitando, conjuntamente com os membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade Poder Organização e Mercado (NESPOM), meu avanço como cientista social, me dando condições, inclusive, de ingressar ao doutorado.

Agradeço também aos membros da cooperativa “Comuna da Terra” do assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto, que deram espaço e todas as informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa. Em especial ao Nélio, D. Madalena, Kelli, Biju, Vandei, Cristine, Seu Carlos, Paraguai e Lucinei.

Por fim, agradeço à minha namorada, Jesabel Elena Abraham, minha maior incentivadora, me inspira a estar em movimento com muito companheirismo, tornou muito mais feliz este processo de pesquisa. Os momentos de pouca inspiração foram amenizados em meio as risadas e os “matitos”.

RESUMO

A pesquisa parte do pressuposto defendido pela sociologia econômica (como a utilizada nesta pesquisa, a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu), a saber, que os mercados são construções sociais, ou seja, formados por indivíduos de carne e osso embebidos no social, situados em um espaço e tempo determinados. Desta maneira, a proposta foi estudar a construção social da oferta de cestas de alimentos agrofloretais no assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto (SP), identificando os fatores não-econômicos que influenciam esta construção, como fatores institucionais via políticas públicas e regulamentações. A principal política pública que objetiva impulsionar a agricultura familiar aos mercados é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Assim, o ponto de partida foi analisar a importância deste programa para o mercado das cestas.

Para concretizar este objetivo, a pesquisa contou com 5 meses de trabalho de campo com visitas ao assentamento, conversas, entrevistas minimamente formais, participação na dinâmica da organização das cestas, além da participação como consumidor dos alimentos.

A pesquisa concluiu que o Pronaf (assim como a política nacional de assistência técnica) esbarraram em entraves territoriais e em desentendimento com os agentes, abrindo espaço para o protagonismo de outras políticas de desenvolvimento não estatais, fundamentais para formação do campo da produção agroflorestral. A partir da identificação dos fatores não econômicos que atuaram na construção da oferta de cestas, percebemos um ciclo de desenvolvimento rural baseado na ideia: capital social inicial que fortalecido pelo capital político é transformado em capital simbólico (baseado no reconhecimento) e objetivado em capital jurídico (leis e políticas públicas), aumentando novamente o capital social, podendo impulsionar o ciclo, gerando, assim, o desenvolvimento.

Palavras – chave: Construção de mercados; Agricultura Familiar; Pronaf, Cestas de alimentos, Assentamento Mário Lago.

ABSTRACT

The national programme for the Strengthening of family agriculture was an inflection in the process of conservative modernization adopted since 1964 who favored the large and medium rurals producers with various incentives for adoption of technology known as Green Revolution started in the 1950. For the first time, the small family farmer entered for the Brazilian agenda of rural development on the impulse of the broad credit program at the disposal of a heterogeneous class that was articulated throughout the 20th century until it was called Family Agriculture. In this way, the objective of the research is to identify elements for beside the economic ones that build the market of familiar agriculture in the Mario Lago settlement in Ribeirão Preto / SP. Our preliminary data indicate the construction of the market for agroforestry organic food baskets by the settlers that compose the “Comuna da Terra” Group, in addition to considering the importance of Pronaf in the initial settlement structure.

For this purpose, the research required 5 months of fieldwork with visits to the settlement, with conversations, minimally formal interviews, participation in the meeting and *pregão* on Monday and in the organization of the baskets on Tuesdays, besides the participation as a consumer of the baskets. The theoretical methodological resource of the research is formed by the economic sociology mainly the reflective sociology of Pierre Bourdieu.

Keywords: Construction of markets; Family Agriculture; Pronaf, Food baskets, Settlement Mario Lago.

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Caixa d'água indicando PDS da Barra	19
FOTO 2: Placa indicando a direção da sede do assentamento Mario Lago	21
FOTO 3: Outdoor do Projeto Agroflorestar indicando a sede do Mario Lago	24
FOTO 4: Conversa informal no galpão deverá ser uma padaria.	26
FOTO 5: Da esquerda para a direita: Nélio, Nivalda, Kalli, Marina, Eu, Jesabel (minha companheira), Maria Lúcia (enfermeira da equipe médica) e Dona Madalena.	27
FOTO 6: Reunião da cooperativa Comuna da Terra na sede do assentamento Mario Lago	74
FOTO 7: Reunião da cooperativa Comuna da Terra na sede do assentamento Mario Lago	75
FOTO 8: Momento do pregão	78
FOTO 9: A lousa do dia 25/04/2017.	78
FOTO 10: Duas assentadas chegando com seus alimentos disponibilizados no pregão do dia 17/04/2017	81
FOTO 11: Alimentos na caixa, prontos para serem pesados.....	82
FOTO 12: Dona Zilda e Cristine organizando os alimentos nas caixas.....	82
FOTO 13: Organização das cestas. À esquerda as cestas pequenas enfileiradas e ainda	83
FOTO 14: Vandeí esperando a pesagem e uma estudante que estudava no local.....	83
FOTO 15: Momento em que a dona Zilda pesa suas mandiocas disponibilizadas para as cestas.....	84
FOTO 16: Pesagem de uma pequena quantidade de jiló disponibilizados por um assentado.....	84
FOTO 17: Nota de seu Nei (Carlos) contabilizando a quantidade de alimentos disponibilizados por ele para as cestas desta semana.	85
FOTO 18: Exemplo da cesta pequena em construção.....	85
FOTO 19: Todas as cestas da semana organizadas no caminhão e prontas para sair. ..	86
FOTO 20: Caminhão para levar as cestas para distribuição.....	86
FOTO 21: Jardim Bela Lira – Ponto de distribuição da cesta com feira às terças-feiras das 17 horas até as 19 horas.	87
FOTO 22: Poupas	93
FOTO 23: Caminhão comprado com crédito do FUNBIO.	101
FOTO 24: Agrofloresta em formação.	105
FOTO 25: Agrofloresta em formação.	106
FOTO 26: Agrofloresta em formação.	106
FOTO 27: Agrofloresta já produzindo.	108

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Fazenda da Barra e seu território.....	20
FIGURA 2: Exemplo de um Sistema Agroflorestal.....	23
FIGURA 3: Exemplo de um Sistema Agroflorestal de acordo com sua idade.	23
FIGURA 4: Selo SisOrg obtido por auditoria e o Selo SisOrg obtido pela Organização Participativa de Avaliação da Conformidade (OPAC), como explicado na nota de rodapé.	65
FIGURA 5: Contrato presente na página do facebook de venda das cestas agroflorestais.	91
FIGURA 6: Organograma da rede formada pelos assentados do grupo “Comuna da Terra” pela construção social do mercado dos alimentos agroflorestais.....	94
FIGURA 7: Agrofloresta projetava com um galinheiro no centro.....	107
FIGURA 8: Agrofloresta projetava com árvores e áreas de pastagem.	107
FIGURA 9: O ciclo realizado pela agroflorestal.....	109
FIGURA 10: Diagrama de flechas significando a rede formada pelas políticas de desenvolvimento rural e os assentados.....	114
FIGURA 11: Diagrama de flechas, evidenciando a relação dos assentados com o Pronaf e com os mercados institucionais.....	116
FIGURA 12: Diagrama de rede da construção da oferta de alimentos orgânicos agroflorestais pela cooperativa “Comuna da Terra” do assentamento Mario Lago.	118

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Políticas Públicas direcionadas à agricultura familiar.....	132
QUADRO 2: Leis e regulamentações relacionadas à agricultura familiar.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMARP	Associação de Mulheres assentadas de Ribeirão Preto
ARFUSP	Associação Ribeirão-pretana dos Funcionários da Universidade de São Paulo
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CC	Circuitos Curtos
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da área
CCU	Contrato de Concessão de Uso
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
Comater	Cooperativa Mãos na Terra
Cooperares	Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivencia
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funbio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GPAA	Grupo Gestor do PAA
IBS	Instituto BioSistêmico – Inovação para a Sustentabilidade
Idec	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp	Instituto de Terras de São Paulo
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Agrária
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NESPOM	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado
OCS	Organização de Controle Social
OPAC	Organização Participativa de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Projeto Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PANC	Plantas Alimentícias não convencionais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNAE	Política Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária

Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Provape	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RL	Reserva Legal (RL)
SAF	Sistema Agroflorestal
Sead	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Apoio As Micro Pequenas Empresas São Paulo
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TD	Título de Domínio
UDR	União Democrática Ruralista
UFPR	Unidades Familiares de Produção Rural
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO.....	17
Apresentação do <i>locus</i> de pesquisa: o Assentamento Mario Lago e a cooperativa Comuna da Terra	18
O campo e os agentes	24
CAPÍTULO I – Inspirações teóricas e metodologia	35
I.1 -A Sociologia Econômica.....	35
I.2 - Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu	39
I.2.1 – Metodologia da pesquisa	43
I.2.2 – Contribuição de Bourdieu para temas rurais	44
I.3 – Agricultura familiar e Campesinato.....	46
I.3.1 As características da Agricultura Familiar brasileira	49
CAPÍTULO II – As disputas do espaço social da agricultura familiar brasileira	51
II.1 – A modernização conservadora e o pequeno produtor à margem do projeto de desenvolvimento nacional	51
II.2 – O Pronaf e a inserção do pequeno produtor rural na agenda do desenvolvimento. 56	
II.2.1 – O Estado e as vias de comercialização da agricultura familiar brasileira.....	61
II.3 – O MST, a luta pela terra e a incorporação do desenvolvimento sustentável	65
II.3.1 – O MST em Ribeirão Preto e o processo de formação do assentamento	69
CAPÍTULO III – A construção social da oferta de cestas de alimentos agroflorestais	73
III.1 A construção social do campo da comercialização	73
III.1.1 A reunião	73
III.1.2 O pregão.....	77
III. 1.3 A organização das cestas.....	81
III.1.4 O ciclo entre produtor – rede social virtual – consumidor – pontos de distribuição	88
III. 1.5 As limitações e o empreendedorismo do grupo	91
III.2 A construção social do campo da produção	95
III.2.1 O projeto político do MST via modelo de assentamento “Comuna da Terra” e Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara.....	95
III.2.2 A formação dos Sistemas Agroflorestais.....	97
III.2.3 A Assistência Técnica.....	102
III.2.4 O Pronaf	109
III.2.5 O PAA, o PNAE.....	114

CAPÍTULO IV – Análise da construção social da oferta dos alimentos orgânicos agroflorestais	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
Referências Bibliográficas.....	124
ANEXO 1.....	132
ANEXO 2.....	133

APRESENTAÇÃO

Antes de iniciar esta dissertação, acho importante expor como se deu minha inserção no tema de pesquisa e apresentar de qual perspectiva escrevo e me posiciono no contexto da construção de mercados da agricultura familiar. Aqui faço uma introdução de caráter mais pessoal, procurando localizar o leitor no trajeto da pesquisa até o presente momento.

Meu contato inicial com o tema da agricultura se deu como consequência de um trajeto que teve início com minha monografia em ciências econômicas. Ao estudar os pensamentos de Kautsky e Lenin, tive acesso à crítica de Chayanov e sua análise do modo de produção camponês dentro de uma sociedade de estrutura capitalista. Lenin acreditava que, na sociedade industrial, o pequeno produtor rural se transformaria em assalariado da empresa que usaria o latifúndio para produzir alimentos em larga escala, formando uma relação entre empresário do campo e trabalhador rural assalariado. Diferentemente desta visão, Chayanov defendeu o estudo e a criação de categorias de análise específicas ao modo de produção camponês, para que o Estado pudesse efetuar políticas públicas apropriadas para a reprodução das famílias agricultoras.

Paralela a este amadurecimento intelectual, a experiência no Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV)¹ que me levou a conhecer as disputas do rural em Agudo (RS) e Santa Cruz do Sul (RS) onde o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tenciona para que as famílias deixem de produzir tabaco (que tem o ônus de os agricultores respirarem o agrotóxico e a nicotina da folha na colheita) e passem a plantar alimentos orgânicos. Logo, esses fatores foram determinantes para definir o tema de pesquisa para ingressar no mestrado: a Agricultura Familiar do MPA no Rio Grande do Sul.

Ao construir o projeto de pesquisa para o processo seletivo, tive fundamental e determinante orientação da Professora Dr^a Maria Chaves Jardim, e apoio intelectual do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Poder, Organização e Mercado (NESPOM) para inserir, na reflexão sobre a Agricultura Familiar, a influência do crédito do Pronaf na construção de seus mercados através da abordagem da sociologia econômica, sobretudo, a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu como ferramenta teórica e metodológica. Compreender o mercado como uma construção social de

¹ “O Estágio Interdisciplinar de Vivência – EIV é uma construção do Movimento Estudantil em parceria com Movimentos Sociais do campo. O principal objetivo do EIV é o estudo da realidade (sobretudo a do campo) sob uma perspectiva de questionamento e crítica (...)” (<https://eivrs.wordpress.com/sobreoeiv/>)

indivíduos em um espaço e tempo determinado, como já faziam os clássicos da sociologia, em contraponto à visão do mercado abstrato (reproduzida pela teoria econômica neoclássica), definiu fundamentalmente o caráter sociológico da pesquisa.

Desta forma, o projeto aprovado tinha o objetivo de analisar a dinâmica da construção social dos mercados da agricultura familiar sob influência do Pronaf, construídos pelos agricultores familiares do MPA de Agudo (RS) e Santa Cruz do Sul (RS). No decorrer do processo, muitas mudanças aconteceram no projeto, inclusive a mudança de *locus* de pesquisa, já que optamos por realizar a pesquisa na região, na cidade de Ribeirão Preto. Falarei disso mais adiante.

Portanto, a pesquisa que agora apresento tem por objetivo identificar elementos para além do econômico que constroem o mercado de agricultura familiar no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto/SP. Nossos dados preliminares indicam a construção do mercado das cestas de alimentos orgânicos agrofloretais pelos assentados que compõem a cooperativa Comuna da Terra, além de considerarem a importância do Pronaf na estrutura inicial do assentamento.

Durante o primeiro ano de mestrado, os estudos teórico-metodológicos e sobre a Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul desencadearam a percepção da necessidade de trabalho empírico constante para viabilizar a investigação, o que demandou reduzir a distância entre pesquisador e o *locus* da pesquisa. Desta maneira, a proximidade com a complexa relação entre os atores do rural do Estado de São Paulo, principalmente em Ribeirão Preto, onde a expansão do agronegócio foi exitosa, possibilitaria pensar a construção social dos mercados pela agricultura familiar amparado por um trabalho empírico mais acessível (em termos de distância para o pesquisador).

A busca de informações em meios jornalísticos, e estudos acadêmicos sobre a agricultura familiar em Ribeirão Preto, trouxeram o conhecimento sobre os assentamentos na Fazenda da Barra, e sobretudo sobre o assentamento Mario Lago. Passei, então, a buscar uma maneira de conhecer o assentamento e as estratégias de produção e comercialização pelos assentados.

Através de uma primeira visita e conversas, conheci um grupo em que todos os membros utilizavam uma técnica denominada agrofloresta e vendiam cestas destes alimentos por meio virtual, distribuindo em certos pontos na cidade. Mas mesmo com a definição do Assentamento Mario Lago como *locus* da pesquisa, ainda faltava definir quais assentados teriam as entrevistas formalizadas para pesquisa de acordo com as estratégias para comercialização de seu produto. A partir da segunda visita, pude

conhecer outros assentados que me mostraram algumas singularidades entre eles, isto é, eles participam da cooperativa chamada Comuna da Terra denominada informalmente como “grupo das cestas agrofloretais”, que organizam a venda de cestas de alimentos orgânicos provenientes das agroflorestras, e estão por conseguir a certificação de alimentos orgânicos, o que configura um mercado em construção, o mercado das cestas de alimentos orgânicos agrofloretais.

Dessa forma, pude redefinir o *locus* e o objetivo da investigação, ou seja, o intuito passou a ser analisar a dinâmica da construção social do mercado das cestas pela agricultura familiar do assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto e a influência do Pronaf neste processo, identificando os principais elementos que se relacionam com essa construção.

A justificativa para pesquisar neste *locus* se dá por sua importância estratégica. Localizado na antiga fazenda da Barra situada no perímetro urbano de Ribeirão Preto, onde o agronegócio canavieiro é hegemônico e domina grande parte das terras da região, este *locus* se destaca também pelo vínculo às políticas públicas que incentiva a formação de mercados como redes de relações, proporcionando a reprodução social e econômica dos agricultores familiares, o desenvolvimento local pela oferta de alimentos e circulação de dinheiro, além da preservação ambiental. O assentamento Mario Lago, portanto, é um espaço onde se concretizam esses elementos, tornando-se um *locus* para analisar as relações de poder no interior das construções dos mercados, no interior destas redes. No espaço entre o crédito e a concretização de seu pagamento pela comercialização do produto, estão as famílias, envolvidas em relações de poder e suas estratégias traçadas de acordo com suas condições materiais e cognitivas, o que gera a necessidade de estudar especificamente cada realidade, a fim de identificar suas peculiaridades, que desencadeiam características únicas na construção dos mercados das cestas agrofloretais.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa inspira-se no arcabouço teórico-metodológico da sociologia econômica, sobretudo a de Pierre Bourdieu, em contraponto ao conceito de mercado da teoria econômica neoclássica, a qual entende que qualquer mercado é o equilíbrio da oferta e demanda agregada, gerado por uma força abstrata (mão invisível). A sociologia econômica de Bourdieu compreende que, em diferentes níveis, todo mercado é “produto de uma dupla construção social, para a qual o Estado contribui de maneira decisiva: a construção da demanda (...) e a construção da oferta, através da política do Estado (ou dos bancos), em termos de crédito (...)” (BOURDIEU 2005, p. 17).

Como vemos em Bourdieu (2003), os mercados são constituídos a partir da interação de indivíduos, cada um com sua história, instrumentos cognitivos que situam seus gostos, preferências e visão de mundo, dando características únicas aos mercados que constroem. Esses gostos e preferências do indivíduo são influenciados diretamente pela ação do Estado, tanto através da legislação, como de políticas públicas, o que torna os mercados influenciáveis por fatores não exclusivamente econômicos.

A sociologia econômica, portanto, nos permite identificar elementos não econômicos, que constroem os mercados da agricultura familiar. Os elementos econômicos que determinam a oferta, por exemplo, para a teoria econômica neoclássica, são aqueles que envolvem custos e escala, como a quantidade de máquinas (denominado capital fixo na teoria econômica), custos da matéria-prima e da mão-de-obra (salários). Por sua vez, fatores extra econômicos ou não econômicos, seriam fatores de características sociais, políticas, institucionais, culturais, etc., que serão abordados na seção 1.

Nossas informações preliminares indicaram a construção do mercado das cestas de alimentos por um grupo no assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto/SP. Por isso, realizamos um estudo de caso do agente coletivo que constrói essa oferta de cestas de alimentos. Assim, a intenção da pesquisa é analisar a construção social da oferta no mercado das cestas de alimentos orgânicos pelo grupo de agricultores familiares assentados, denominado Comuna da Terra, com a contribuição do Estado via políticas públicas.

Em seguida, apresentaremos o *locus* da pesquisa, isto é, o assentamento Mario Lago. Já no capítulo 1, trataremos a questão teórica, começando pelo desenvolvimento da sociologia econômica, depois focaremos na sociologia relacional de Bourdieu, seus

principais conceitos, para, por fim, trazer toda discussão sobre a agricultura familiar, desde sua contribuição clássica em Lênin, Kautsky e Chayanov, passando por Bourdieu e seus estudos sobre os cabilas argelinos, até a agricultura familiar brasileira e suas características.

No capítulo 2, abordaremos a história da participação do Estado como provedor do desenvolvimento rural, com influência direta na configuração do espaço social dos conflitos do campo brasileiro. No capítulo 3, mostraremos o resultado do trabalho de campo, apresentando os agentes entrevistados e suas características relevantes à pesquisa. E, por fim, o capítulo 4 descreve a dinâmica deste mercado e analisa suas características, observando as variáveis não econômicas, tendo o Pronaf como norteador.

Apresentação do *locus* de pesquisa: o Assentamento Mario Lago e a cooperativa Comuna da Terra

O Assentamento Mario Lago está localizado na Fazenda da Barra, situada entre a rodovia Anhanguera e o Rio Pardo, no bairro Ribeirão Verde, em Ribeirão Preto, e tem 1700 hectares, com até 7 quilômetros de diâmetro (ROSA, 2012). A terra foi conquistada para fins de reforma agrária por meio da pressão exercida em conjunto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por outros setores da sociedade, como as pastorais da igreja católica da “Diocese de Ribeirão Preto, a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, movimentos ambientalistas, sindicatos de trabalhadores urbanos, técnicos das agências ambientais do Estado, entre outras forças sociais atuantes na cidade” (GONÇALVES, 2010, p. 27).

O processo de desapropriação da Fazenda da Barra teve início no ano 2000, quando a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto encaminhou um pedido de vistoria da área ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que, em seguida, determinou sua desapropriação. Após o processo de conquista da fazenda da Barra para fins da reforma agrária, o Incra, em 20/06/2007, formalizou a fazenda da Barra como um projeto de assentamento, mesmo com pouquíssima infraestrutura (como afirmam alguns assentados entrevistados). Por preferência dos que participaram do processo de ocupação, o assentamento foi definido como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) – denominado como PDS da Barra.

Abaixo, uma foto que evidencia o modelo do assentamento:

FOTO 1: Caixa d'água indicando PDS da Barra



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 02/2017.

O modelo de assentamento PDS foi criado, através da Portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999, para “atender a demanda por terra de comunidades extrativistas da região Norte. Essa modalidade de assentamento apresenta como característica diferenciadora um forte viés ambiental e a prevalência de áreas coletivas” (CAMARGO et al. 2016, p. 154). O PDS é “de interesse social e ecológico, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental” como definido no Art. 1^o. Este modelo foi trazido para o Estado de São Paulo para garantir a não

utilização de agrotóxicos e, conseqüentemente, sem ocasionar prejuízos ao meio ambiente, pois se encontra localizado sobre uma área de recarga de um dos maiores mananciais de água subterrânea do mundo, o Sistema Aquífero Guarani (FERRANTE & FLHO, 2009, p.02).

É importante frisar que a propriedade da terra de um PDS [de um Projeto Agroextrativista (PAE) e de um Projeto de Assentamento Florestal (PAF)] é diferente dos projetos tradicionais de assentamentos, nos quais se firma, inicialmente, um Contrato de Concessão de Uso (CCU), entre o Incra e a família, provisório, sucedido por um Título de Domínio (TD). Já o PDS também firma o CCU, mas o TD é substituído por um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da área (CCDRU),

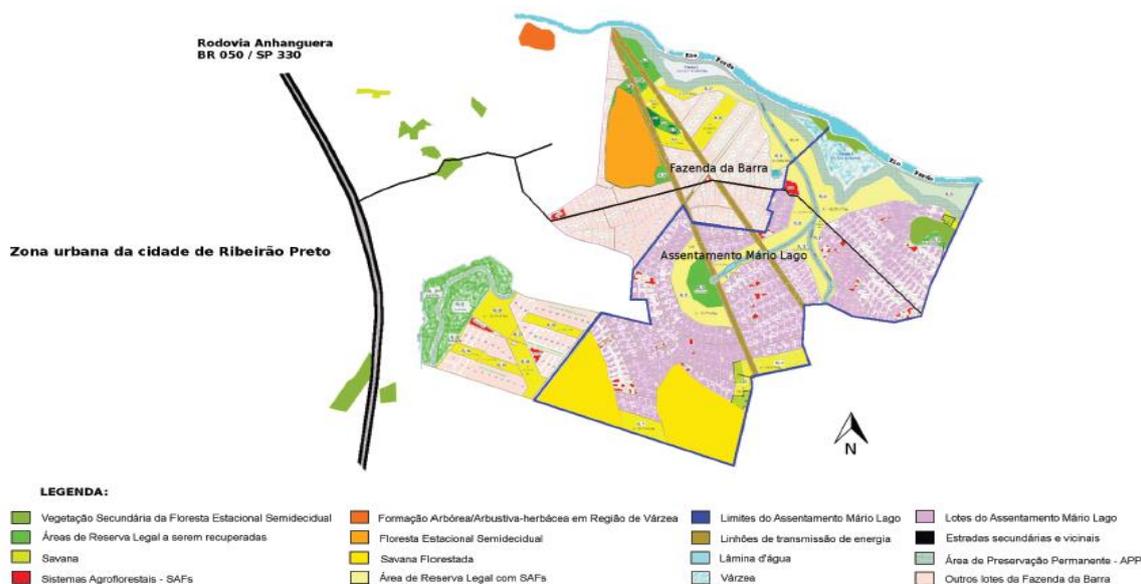
²http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1999/portaria_incra_p477_041199.pdf.

graças ao comprometimento com a questão ambiental contida em todo espaço do assentamento.

Fruto de disputas a partir de visões de mundo distintas entre os participantes da ocupação, sobretudo, devido a desacordos com a proposta de organização do MST, o PDS da Barra ficou dividido em 4 assentamentos: o Mário Lago, vinculado ao MST, o Santo Dias da Silva, vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), o Índio Galdino e o Luísa Mahin, ambos independentes, como explica Rosa (2012). Em 2017, como mostra o sitio virtual³ do Incra, todo o território da antiga fazenda da Barra contém 473 famílias (com capacidade de 474).

Abaixo, podemos ver uma representação esquemática do PDS da Barra, com destaque para o Mario Lago.

FIGURA 1: Fazenda da Barra e seu território.



Fonte: Machado & Bizzo, 2016, p. 17.

Como vemos na figura acima, o assentamento Mario Lago representa mais da metade do território da fazenda da Barra, somando 264 famílias divididas em núcleos de moradia com média de 10 a 20 grupos familiares, em lotes de aproximadamente 1,7 hectare, sendo que as “áreas de Reserva Legal destinadas para produção coletiva agroflorestal incrementam aproximadamente 0,5 ha das áreas produtivas das famílias” (NUNES & SILVA, 2016, p. 44). O projeto tem lotes familiares de menores dimensões,

³ <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

tornando “somente possíveis a realização de pequenas plantações e a criação de animais de pequeno porte”. (FERRANTE & FILHO, 2009, p. 07).

Em seguida, uma foto indicando somente o Mario Lago.

FOTO 2: Placa indicando a direção da sede do assentamento Mario Lago



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas 02/2017.

Camargo et al. (2016) explicam que todo assentamento porta um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), contrato que estabelece suas regras de proteção ambiental. Ele é assinado entre os assentados e o Incra ou entre o órgão local e o Incra, como é o caso do PDS da Barra, cuja assinatura deu-se junto à Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente, justamente quem começou o processo de desapropriação da fazenda. O TAC do PDS da Barra determina que a produção deve ser agroecológica (conforme definida na Portaria nº 38 de 4 de julho de 2014), feita preferencialmente de forma associativa, e que a infraestrutura, como eletrificação, moradias, fornecimento de água e coleta de esgoto, seja disponibilizada pelo INCRA, (Ibid., 2016 apud CARVALHO 2011). Ou seja, em geral o TAC determina:

organização produtiva com incentivo às práticas cooperativas em diversas áreas; não arrendamento de terra, parceria ou venda, sob pena de criminalização; reflorestamento e defesa ambiental; destinação de 35% da área para Reserva Legal, considerando a região de recarga e afloramento do Aquífero Guarani, sendo 20% de Reserva Legal estrita e 15% de Reserva Legal por Sistema Agroflorestal; incentivo às práticas de produção agroecológica, programas de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia, além de programas de agrobiodiversidade, programa florestal, manejo sustentável da água e irrigação e rejeição do uso de agrotóxicos, também sob pena de criminalização (NUNES & SILVA, 2016, p. 44).

A Agroecologia e o Sistema Agroflorestal (SAF) são, respectivamente, o princípio e a técnica de produção utilizada por todos os assentados da cooperativa Comuna da Terra. A produção agroecológica foi definida institucionalmente em 4 de julho de 2014, quando a Secretaria da Agricultura Familiar publicou a Portaria nº 38, definindo, no Art. 1º, que a produção de base agroecológica é

aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação (BIANCHINI, 2014).

A Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 ficou conhecida como Lei de Agricultura Orgânica. Ela definiu, no artigo 1º, o significado de um sistema orgânico de produção agropecuária como todo sistema de produção em que

se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003B).

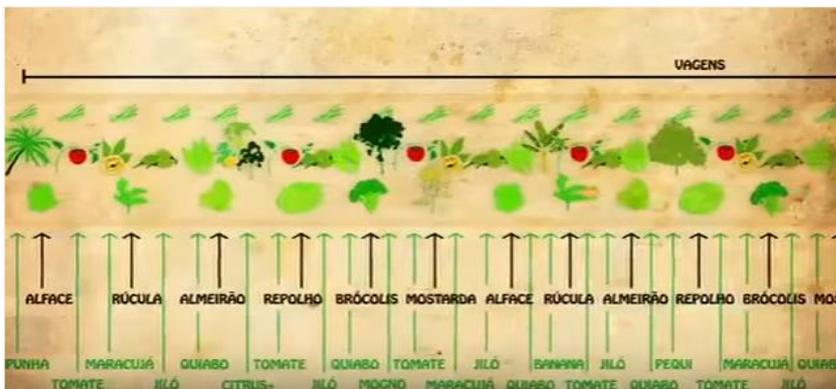
O parágrafo 2 do Art. 1º determina que esses sistemas orgânicos de produção apresentam denominações como produção ecológica, biodinâmica, natural, regenerativa, biológica, agroecológicas, permacultura, entre outros que estejam adequadas as normas desta lei.

Já os Sistemas Agroflorestais foram definidos institucionalmente no Art. 2º, inciso XVI, do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que complementa a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, como

sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (BRASIL 2012).

Abaixo segue um exemplo esquemático de um SAF mostrado no vídeo “Implantação de Agrofloresta Acampamento Mario Lago 2013”.

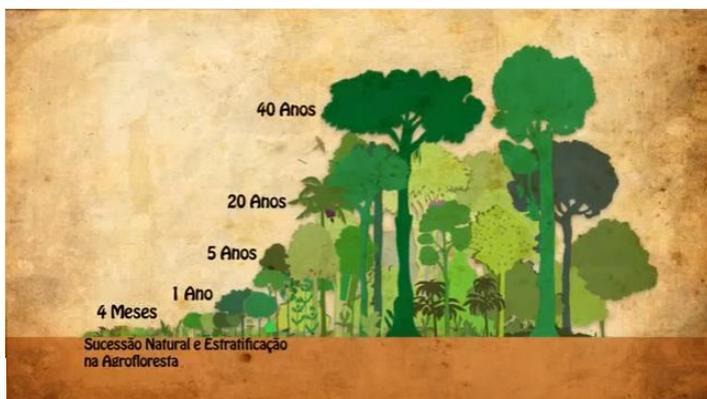
FIGURA 2: Exemplo de um Sistema Agroflorestal.



Fonte: vídeo “Implantação de Agrofloresta Acampamento Mario Lago 2013” contido no sítio virtual *Youtube*

Esta figura mostra um exemplo da forma de plantio de uma agrofloresta. Como explica Nelson (coordenador do Projeto Agroflorestar), no vídeo “Implantação de Agrofloresta Acampamento Mario Lago 2013”, para formar uma agrofloresta, deve-se plantar as espécies em uma ordem de acordo com sua altura (planta alta, planta média e planta baixa), com espaçamento adequado que proporcione a troca de nutrientes pelas raízes, e que apresente tempos de vida semelhante. Ele explica que, no primeiro ano, as alturas de cada trinca de plantas já se destacam entre si, maximizando a absorção da luz solar de acordo com a necessidade de cada espécie. Abaixo temos o exemplo de uma agrofloresta depois de 40 anos, evidenciando que umas espécies ficam mais exposta à luz solar e outras ficam protegidas.

FIGURA 3: Exemplo de um Sistema Agroflorestal de acordo com sua idade.



Fonte: vídeo “Implantação de Agrofloresta Acampamento Mario Lago 2013”

Ou seja, após 40 anos, o reflorestamento está formado e ainda proporciona a geração de renda pela venda dos alimentos produzidos por ela.

Abaixo fica evidente que a produção agroflorestal é bastante registrada no Mario Lago:

FOTO 3: Outdoor do Projeto Agroflorestar indicando a sede do Mario Lago



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 02/2017.

Por fim, Nunes e Silva (2016) explicam que, no assentamento Mario Lago, existem duas cooperativas, a Cooperativa Mãos na Terra (Comater) e a Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo (Cooperares), além de três associações – Associação de Mulheres assentadas de Ribeirão Preto (AMARP), Associação Eldorado e Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara. O Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara lida com a implantação das agroflorestas e organiza a via de comercialização direta tanto pela implantação de pontos de feira, como pela entrega de cestas semanais da produção agroflorestal. Já a venda institucional, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Doação Simultânea e da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é responsabilidade das outras organizações (Ibid.).

O campo e os agentes

Nesse item irei narrar como se deu meu contato com o *locus* de estudo, de forma a mostrar como tive acesso às informações sobre o Pronaf e sobretudo informação sobre as cestas de produtos orgânicos produzidas no assentamento, consideradas por nós, um

interessante achado da pesquisa, já que se trata de elementos que constroem o mercado local.

O trabalho de campo pode ser dividido em duas partes: antes e depois de conhecer o “grupo das cestas”, como denominado informalmente. Na primeira parte, meus conhecimentos sobre o assentamento eram mínimos, desconhecendo, inclusive, a existência da cooperativa “Comuna da Terra” (grupo das cestas ou grupo dos SAFs).

As primeiras visitas se deram pelo contato com o médico vinculado ao assentamento Mario Lago, Nélio Domingos, que me levou para conhecer alguns membros do MST que poderiam me dar informações importantes sobre o Pronaf naquele contexto.

Na primeira visita passamos pelo ambulatório móvel (do tamanho de um cômodo médio), onde fui apresentado à Dona Madalena, enfermeira (concurada), e à Marina, agente comunitária de saúde no Mario Lago. A segunda contou que havia chegado há pouco tempo ao assentamento, mas seu marido já estava desde o início. Tudo que ele planta é orgânico. Parte é para consumo familiar e o excedente é vendido em um ponto no bairro Ipiranga em Ribeirão Preto, por ela e sua filha. Não consegui informações sobre o Pronaf, pois essas informações ela não tinha.

Já Dona Madalena me contou mais sobre sua história. Em 1992, em uma praça do centro de Ribeirão Preto, mesmo sem ter muita ideia sobre o assunto, ela colocou seu nome em uma lista da Reforma Agrária. Por volta de dez anos depois, ela recebeu uma ligação para conhecer o processo de luta pela ocupação da fazenda da Barra e participar do acampamento, que objetivava o assentamento. Após a insistência de uma amiga, que já estava acampada, ela começou a frequentar timidamente as reuniões no acampamento, mas diz que não via possibilidade ainda de estar totalmente na ocupação e deixar seu trabalho na cidade. Ela conta que mantinha seu trabalho mesmo morando no assentamento, pois necessitava de alguma renda.

Dona Madalena diz que no acampamento a reciprocidade era acentuada entre as famílias. E que no assentamento aumentou a individualização devido, principalmente, à dispersão territorial.

No acampamento, as pessoas eram mais juntas, tinha mais solidariedade entre a gente. Naquela época, se alguém tava precisando de alguma coisa, comida, ajuda.. era feito tudo junto. Fora que as crianças brincavam toda juntas, sempre estavam correndo, era outra energia. Hoje, é difícil falar com alguém. De um lado ao outro da fazenda a distância é enorme, ficou impossível você falar com gente que mora longe, a locomoção é difícil. Digo, ainda, que você

fica até mais triste.. no acampamento não tinha como ficar sozinha, agora muitos vão pra bebida pra sanar essa tristeza (Dona Madalena em conversa no dia 03/01/2017 no ambulatório móvel e provisório)

Ela planta para autoconsumo e trabalha no ambulatório médico do assentamento. Em relação ao Pronaf, ela contou que acessou este crédito e que tenta pagar no tempo correto para ter direito ao desconto por bom pagador. Ela está na segunda parcela de seu empréstimo. Foi central esta primeira conversa com Dona Madalena para me introduzir também na história do Mario Lago.

Em seguida, Nélio me levou a um galpão projetado para ser uma padaria, projeto da cooperativa, composta por mulheres, em sua grande maioria, como me contou a Kelli Mafort, assentada e membro da direção nacional do MST. Também conversei com a Nivalda, assentada e líder da “cooperativa das mulheres”, como é usualmente chamada. Elas contaram que começaram um projeto para montar uma padaria, porém ele foi adiado pelo início das vendas para a “merenda escolar” de escolas públicas de Ribeirão Preto, por meio do PNAE.

Como a Cooperativa Mãos na Terra (Comater) – a “das mulheres” – vende unicamente pelo PNAE, Kelli (membro do MST nacional) me indicou conhecer o “grupo das cestas” – um grupo de assentados que utilizavam a técnica da agrofloresta e vendiam cestas desses alimentos – que estavam de fato construindo um mercado para além dos mercados institucionais.

Abaixo segue uma foto deste momento:

FOTO 4: Conversa informal no galpão que deverá ser uma padaria.



Fonte: Pesquisa de campo realizada por Giovanni Barillari de Freitas, 01/03/2017.

FOTO 5: Da esquerda para a direita: Nélio, Nivalda, Kelli, Marina, Eu, Jesabel (minha companheira), Maria Lúcia (enfermeira da equipe médica) e Dona Madalena.



Fonte: Pesquisa de campo realizada por Giovanni Barillari de Freitas, 01/03/2017.

Na segunda visita, março de 2017, fui novamente com Nélio, que levava um estudante de medicina e duas terapeutas ocupacionais. Os três faziam estágio com ele. Logo, foram até a área médica, onde há uma sala de atendimento, médica e odontológica (não funcionando até este dia), além de uma recepção com um espaço de espera com cadeiras, bancos e uma televisão.

Neste momento iam acontecer duas exposições aos assentados. A primeira, uma vereadora (de Ribeirão Preto) apresentou o projeto Guri (projeto social da secretaria da cultura para educação musical), como uma possibilidade de participação para os filhos dos assentados. A segunda foi feita por pessoas interessadas em propor um projeto de escola sustentável que poderia ser feita pelo arquiteto estadunidense Mike Reynolds, que veio para Ribeirão Preto nos dias 23 e 24 de março fazer um ciclo de palestras e construir um Vila Sustentável para a população em vulnerabilidade social.

Antes de começar estas apresentações, conversei com alguns assentados que foram aos eventos. Conheci os seguintes assentados: seu Carlos, conhecido como Nei, dona Zilda, Luciano, Paraguai e Rafaela (filha de Paraguai). Com essas conversas fiquei sabendo que eles faziam parte do grupo ao qual se referiu a Kelli, aquele que vende cestas de alimentos de suas agroflorestas, uma técnica que os diferenciava dos que plantavam monocultura sem usar os chamados agrotóxicos.

NOME: Luciano.

Idade: Em torno de 35 anos.

Composição familiar: Ele e mãe.

Nível escolar: Ensino superior – Agroecologia e Direito

Técnica: Agrofloresta

Luciano é de família de assentados, vivia em um assentamento em Restinga e mudou com sua mãe para o Mario Lago há 1 ano. Ele trabalhou como assistente técnico para a empresa IBS (terceirizada do Itesp) até o mês de abril de 2016. Ele não é membro oficial do MST e da cooperativa Comuna da Terra.

Luciano é filho de assentados, militante do MST, mas não filiado. Ele contou que viveu no assentamento em Restinga durante 15 anos até vir para o Mario Lago, onde está há 1 ano e vive com sua mãe. Ele é formado em Agronomia com ênfase em agroecologia, está cursando Direito e trabalhava na empresa IBS (Instituto BioSistêmico – Inovação para a Sustentabilidade), terceirizada do Incra, que era responsável por dar assistência técnica aos assentados do PDS da Barra e região (na data desta conversa, 03/03/2017, a IBS tinha contrato de assistência técnica, mas terminou no começo de abril). Ele conta que eles trabalhavam em mais ou menos 15 assistentes técnicos para o PDS da Barra e, com o governo Temer, ficaram reduzidas em 2 assistentes para toda a região de Ribeirão Preto. A promessa, segundo ele, é de novas contratações em breve. Ele conta que, até 2011, não havia assistência técnica, ano em que ocorreu a chamada pública que deu início ao trabalho da IBS.

Segundo Luciano, o assistente técnico tem uma multifunção, indo além da assistência técnica em si, como, por exemplo, assessorar o assentado para conseguir aposentadoria. Ele conta que ele é responsável por ajudar os assentados a se cadastrarem no DAP. Ele orienta os assentados a não dizer que o produto é orgânico por não haver a certificação. Desta forma, Luciano tem mais informações sobre o assentamento e sobre os assentados.

Em resumo, sobre as estratégias de comercialização dos assentados em geral, Luciano conta que somente a cooperativa “das mulheres” (possui quase que exclusivamente mulheres) vendiam pelo PNAE, e que praticamente todos os assentados vendiam pelo PAA, porém, para ele, muitos se acomodaram entregando, somente, por esse programa.

NOME: Carlos, apelido Nei.

Idade: Em torno de 60 anos.

Composição familiar: Ele e sua esposa.

Nível escolar: Ensino fundamental

Técnica: Agrofloresta

Seu Nei chegou um ano depois no acampamento, em 2003. Hoje está assentado, é membro do MST e da cooperativa Comuna da Terra.

Seu Nei, conta que sua família é de Ribeirão Preto, tem descendência alemã e espanhola. Estudou até a quarta série. Sua profissão era motorista: “trabalhei muito de motorista, trabalhei como encanador e aí depois eu parei, precisei parar né, fiquei doente”. Seu filho morou no assentamento até quando ele conseguiu se assentar sem necessidade de trabalhar na cidade. Atualmente, seu filho não mora no assentamento “ele só vem pra almoçar e vai embora, não dorme nem uma noite mais. Ele casou, tem uma oficina lá fora, comprou duas casas, tá bem...”. E perguntado se seu filho consome as cestas, ele me disse “O que eu tiro aqui, eu mando pra ele” (Nei/Carlos, 04/2017).

Seu Nei resume conta como foi sua chegada ao acampamento:

Depois de um ano que estavam acampados em 2003... O pessoal entrou, aí fez 1 ano e eu entrei. Um amigo meu morava aqui né, aí ele me chamava, eu tenho o apelido de cavalo, aí ele falava ‘o cavalo, vamo lá pra você conhecer’, eu falava ‘vou conhecer, mas não posso ficar porque eu trabalho com caminhão né, então não tem como’. Eu cheguei aqui e estavam marcando a terra ‘onde você quer ficar?’ eu falei ‘marca esse lote’. Pensei ‘vou por meu filho né, ele tava parado’. E ele ficou aqui até... uns 5 anos pra mim. Eu chegava com o caminhão pra fazer a guarda, porque tinha que fazer a guarda naquela época né (Nei/Carlos em entrevista no dia 25/04 durante a organização das cestas).

Com a conversa com seu Nei (Carlos) comecei a perceber as características do acesso ao Pronaf desses assentados e as diversas relações que cercam o “grupo das cestas”.

Sobre o Pronaf, ele informa que teve acesso a este programa em 2011 com o Pronaf A⁴. Ele reafirma o que disse dona Madalena sobre as condições precárias do

⁴ Como vemos no MCR (2014) e na Cartilha Pronaf 2016/2017, os créditos do Grupo "A" são para investimento na reforma agrária e somam até R\$ 25 mil com bônus de adimplência de até 40%, mais R\$ 1,5 mil para o pagamento da ATER com bônus de até 43,396%, destinados à estruturação dos lotes. Aos beneficiários enquadrados no Grupo “A/C” é autorizada a concessão de até três créditos de custeio, sendo o limite de financiamento de até R\$7.500,00 com taxa efetiva de juros de 1,5% a.a. Por fim, como vemos

assentamento no início, principalmente devido à dificuldade de acesso à água. Ele conta que o crédito do Pronaf era para a estrutura do lote e que ele construiu, dentre outros, uma cozinha com o projeto de fazer comida e vender.

Seu Nei contou também que são oferecidos cursos do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo) como, por exemplo, cursos “de feira” e “de horta”, que o ajudaram muito.

NOME: Zilda.

Idade: Em torno de 60 anos.

Composição familiar: Ela e sua esposa.

Nível escolar: Ensino fundamental

Técnica: Agrofloresta

Dona Zilda chegou um ano depois no acampamento em 2003. Hoje está assentada, é membro do MST e faz parte do grupo que vende as cestas que está por se formalizar como cooperativa Comuna da Terra.

Questionada sobre sua vida antes de chegar no assentamento, ela diz que

Sou descendente de italiano, português e índio. O pai da minha mãe veio de Portugal mesmo e a mãe do meu pai era índia, bugre mesmo, ‘catado’ no laço e o pai do meu pai era italiano. Minha família veio há 13 anos de Ribeirão Vermelho, sul de Minas. Primeiro a gente foi pra Batatais, aí deu um tempo e viemos pra cá. Em 2004 eu tava aqui já. Hoje eu moro com meus filhos.. um na verdade, mas ele trabalha fora do assentamento e o outro está no acampamento aqui perto (Dona Zilda, 04/2017).

Dona Zilda esteve praticamente desde o início do acampamento Mario Lago. Sobre o crédito do Pronaf, ela fica em dúvida sobre a data de acesso, mas diz ser por volta de 2011, e que, com o dinheiro, buscou água, construiu uma granja e um chiqueiro.

Ela nos informou que fará um curso de orgânico em breve para aprimorar cada vez mais seu conhecimento sobre plantar, pois é tradição familiar o não uso de “agrotóxicos” ou “defensivos químicos”.

Aqui a gente busca aprender sempre.. tem cursos do SEBRAE, por exemplo, tem curso de feira, de horta, tudo isso é importante pra plantar orgânicos. Mas, na verdade, meu pai já plantava assim, não é novidade. O que estamos fazendo hoje aqui, meus antepassados já faziam, eles não usavam veneno.. (Dona Zilda, 03/2017)

Sobre suas estratégias de comercialização ela conta que, até ano passado, ela e outros assentados vendiam sua produção agroflorestral para uma cooperativa do Assentamento Sepé Tiaraju pelo PAA. Eles buscavam, com um caminhão da cooperativa, os alimentos de alguns assentados do Mario Lago. Entretanto, em 2017 ela só estava vendando através das cestas, já que o PAA e o PNAE foram reduzidos.

Agora é só daqui, pela cooperativa do Sepé não estão comprando esse ano. Aqui eu consigo 300... 400 reais, até ano passado dava quase mil por mês. Agora vamos ver se conseguimos com o Tempero Brasileiro. Quanto mais lugares tiver, mais a gente ganha. Perdi muita mercadoria já.. a gente compra uma bandeja de muda, planta e quando tá pronto e não tem pra onde passar, você perde (Dona Zilda, 04/2017).

Perguntada sobre porque não participa da cooperativa das mulheres (Comater), ela afirma que

Porque também não dá certo, não. Vendi uma vez pra elas e demoraram 1 ano e 6 meses, quase 2 anos pra me pagar. Elas vendem pra merenda escolar, não sei se estão vendendo ainda.. acho que parou também. O que eu sei é que não estamos podendo mandar pra Conab né, o governo cortou, o governo cortou mesmo o PAA. Era uma segurança né..Você via que ia perder, juntava tudo e mandava... era fundamental. Agora acabou mesmo. Só Deus agora pra fazer com que aquele *maledeto* daquele homem pare de nos atrapalhar né .. (Dona Zilda, 04/2017).

NOME: Paraguai e Rafaela.

Idade: Em torno de 55 e 17 anos.

Composição familiar: Paraguai e filhos.

Nível escolar: Ensino fundamental

Técnica: Agrofloresta

Paraguai está desde o início, é membro do MST e faz parte da cooperativa Comuna da Terra. Além de vender por meio de outra página, denominada Horta Livre.

Em uma das minhas visitas tive uma conversa com Paraguai e sua filha Rafaela, o assunto foi principalmente sobre suas estratégias de comercialização.

Paraguai teve acesso ao Pronaf, não lembra ao certo o ano, mas supõe ter sido neste período de 2011, quando a verba foi utilizada sem o conhecimento técnico que ele possui hoje sobre agrofloresta. Ele me contou que, além de fazer parte da cooperativa “do SAFs” (a Comuna da Terra), seus filhos vendem em uma banca na praça conhecida como “Praça do Canhão”, em Ribeirão Preto, por meio de outra página virtual denominada Horta Livre. Rafaela me explicou melhor sobre essa via de comercialização:

Os alimentos vendidos são os do SAF do meu pai e, no dia seguinte ao pregão, eu ligo pra alguns assentados para perguntar se eles querem vender pela Horta Livre também. Então a gente anuncia por outra página no *facebook* e os consumidores vão buscar um dia na semana. A gente tem consumidores de muitos anos, alguns até vêm conhecer aqui, conhecer nossa agrofloresta (Rafaela, 04/2017)

Ela conta que, nas vendas pelo Horta Livre, não é falado para o consumidor que o alimento é orgânico, mas que está em “processo de produção orgânica”, pois não possuem certificação ainda. Esses consumidores compram constantemente e há anos estabelecem uma relação com eles.

A partir de então, percebi que este grupo está em processo de construção deste mercado e, sendo assim, deveria conhecê-lo melhor.

Em abril de 2017 fui de carro para o assentamento, 30 minutos de distância da minha casa. Cheguei às 15h30, no final da reunião e início do pregão. Como estavam no meio do processo, que percebi ser um processo único (reunião + pregão), fiquei observando, sem conversas ou entrevistas, mas podendo notar que ali estava parte fundamental da construção do mercado das cestas agroflorestais.

Na quarta visita (17/04/2017), participei da reunião do grupo às 14h, e do Pregão (organização das cestas “no papel”) em seguida. E na quinta visita (25/04/2017), dia seguinte ao pregão, fui conhecer e participar da organização práticas das cestas, ou seja, todas as terças-feiras, às 12 horas, os assentados levam para a sede os alimentos disponibilizados no dia anterior para montar as cestas e leva-las aos pontos de distribuição.

Pude conversar com os seguintes assentados

NOME: Vandef.

Idade: 43 anos.

Composição familiar: Ele, Cristine e filha.

Nível escolar: Ensino superior – Geografia

Vandef está desde o início, é membro do MST e tesoureiro da cooperativa Comuna da Terra. Além de coordenar a reunião, o pregão, a organização das cestas e o transporte delas até os pontos de distribuição.

NOME: Lucinei.

Idade: 42 anos.

Composição familiar: Ele, esposa e três filhos.

Nível escolar: Ensino fundamental

Lucinei chegou um ano depois do início do acampamento em 2003. Ele é membro do MST e presidente da cooperativa Comuna da Terra.

NOME: Cristine.

Nacionalidade: Suíça.

Idade: 35 anos.

Composição familiar: Ela, Vandef e filha.

Nível escolar: Ensino superior

Cristine é membro do MST e da cooperativa Comuna da Terra, e administradora da página do *facebook*. Além de ajudar Vandef na tesouraria.

NOME: Zaqueu.

Idade: 45 anos.

Composição familiar: --

Nível escolar: --

Técnica: Agrofloresta

Zaqueu está desde o início, é membro do MST e da cooperativa Comuna da Terra.

NOME: Patrícia Nunes Joia (Biju).

Idade: 30 anos.

Função: coordenadora técnica do setor produção e projetista do Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara dos assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto.

Nível escolar: Mestre

Biju está há 8 anos no MST e já foi assentada no Mario Lago.

As entrevistas e conversas com Cristine, Vandeí, Zaqueu, Lucinei e Biju serão exploradas no capítulo 3. Mas iremos adiantar algumas informações para melhor entendimento sobre a organização do grupo. Cristine explicou que alguns cargos já foram definidos, devido à necessidade de se ter um Estatuto para formalizar a cooperativa. Sendo assim, ela explica que “o Nei (Lucinei) é o presidente da cooperativa. Vandeí é o tesoureiro e eu o ajudado, tem um conselho fiscal que tem três pessoas, tem o conselho de administração...” (Cristine, 04/2017). Vandeí completa: “tem uma diretoria executiva com presidente, secretário e tesoureiro e mais três na diretoria consultiva e o conselho fiscal que são mais 3, todos com suplentes. Mas tudo isso ainda está em construção” (Vandeí, 04/2017).

No próximo capítulo traremos o arcabouço teórico-metodológico que possibilitará concluir o objetivo da pesquisa.

CAPÍTULO I – Inspirações teóricas e metodologia

I.1 -A Sociologia Econômica

A sociologia econômica tem como essência a crítica à teoria do homem econômico reproduzido pelos economistas do século XIX, conhecidos como neoclássicos. O conceito de *homo economicus*, como um sujeito que possuiria comportando racional, calculista e interessado em maximizar o resultado de suas decisões econômicas, já era criticado pelos teóricos clássicos da sociologia, que viam as ações econômicas do sujeito como produto de uma imersão cultural formada por influências morais, religiosas, tradicionais, institucionais, etc. (ABRAMOVAY, 2004). Steiner (2016) esclarece que Adam Smith não considerava que o indivíduo estivesse isolado em sua racionalidade e interesse; para o autor, Smith via “que o comportamento interessado nos mercados associava-se a um princípio de solidariedade, suporte da moralidade de uma sociedade de mercados”, assim como Quesnay e os fisiocratas (século XVII) que já haviam tido a preocupação “de explicar que a economia política era uma ciência moral e política” (Ibid., p. 12).

Foram somente os teóricos do século XIX, criadores da teoria econômica neoclássica, baseada no indivíduo que age direcionado pela utilidade, que definiram pressupostos para que os mercados funcionem, supostamente, com sua máxima eficiência, a partir de uma concorrência pura e perfeita, sem a intervenção do Estado. Assim como explica Bourdieu (2005), a noção de mercado como uma força inteligente “encontra sua expressão completa em Walras, com as noções de mercado perfeito, caracterizado pela concorrência e a informação perfeitas, e de equilíbrio geral num universo de mercados interconectados” (Ibid., p. 20). Nessa perspectiva, Steiner (2016) afirma que desde “meados do século XIX até os nossos dias, o indivíduo considerado pela teoria econômica é racional e movido por interesse próprio” (Ibid., p. 22).

Durkheim, por sua vez, rompe com o conceito de mercado natural e isolado. Para ele, o mercado, assim como o Direito, por exemplo, são instituições, fatos sociais, “no sentido de ser exterior, coercitivo e geral” (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 135). Durkheim entende o mercado como uma instituição relativa à troca, assim como vê que outras instituições são relativas à produção e à distribuição. Tais instituições sociais não devem ser entendidas de maneira isolada, mas “em termos de regras, formais ou informais, e de valores” (Ibid., p. 130). Para Durkheim o mercado é uma instituição que

organiza as relações sociais e as atividades econômicas, influenciando o estabelecimento dos contratos, podendo ser caracterizada, segundo Raud-Mattedi, pela ideia de “custos de transação”, custo para garantir o que está acordado sob influência de convenções ou de tradição.

Já Simmel observa diferentes influências sobre os indivíduos nos mercados, não somente uma estrita corrida por utilidade. Ele considera que o intercâmbio, a competição e a negociação, por exemplo, são fatores existentes em qualquer mercado da sociedade moderna (GONZÁLEZ, 2008). Além da confiança, do segredo e da mentira, que “igualmente contribuem para caracterizar as estruturas sociais e para explicar os processos sociais do mercado” (Ibid., p. 283).

No mesmo sentido da crítica sociológica, Weber vê a “ação social econômica” permeada por costumes, emoções, com foco em seus interesses, principalmente, materiais, mas, também, ideais. Ao contrário do homem da economia neoclássica, isolado em suas decisões, Weber enxerga o sujeito sob constante interação com os outros atores e, sendo assim, movido pela oportunidade de utilidade⁵ e não pela utilidade em si (SWEDBERG, 2005, p. 51).

Um autor importante para nos ajudar a pensar que mercados estão enraizados no social é Karl Polanyi, que desenvolve, no livro *A Grande Transformação*, de 1944, o conceito de *embedded* (incrustação/enraizamento/embebidamento), que, embora utilizado poucas vezes neste livro, torna-se um marco na sociologia econômica, seguindo com a construção da crítica à teoria econômica hegemônica. Como afirma Polanyi (2001), “em vez de existir uma economia incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que são incrustadas no sistema econômico (Ibid., p. 120). Mesmo sem utilizar tanto o termo, ao longo do livro ele deixa clara a ideia de imersão da economia na vida social, contrapondo a intenção de descolar as ações de caráter econômico da totalidade social, devido às diferentes influências na prática do indivíduo, em suas relações econômicas, como é o caso da reciprocidade. Por exemplo, como afirma Polanyi,

o mesmo vale para as condições governadas pela reciprocidade: os atos de troca encontram-se habitualmente incrustados em relações duradouras que supõem segurança e confiança, e tais condições tendem a toldar o caráter bilateral da transação (POLANYI, 2001, p. 124).

⁵ Diferentemente da Teoria econômica que foca em um sujeito com interesses materiais, movido por utilidade e sem considerar outros atores. Já a Sociologia de Weber em si foca igualmente nos interesses materiais e ideais do sujeito, movido por “objetivos pretendidos” (SWEDBERG 2005, p. 48).

O autor, a partir de seus estudos de caso, afirma que os indivíduos possuem variadas motivações em suas relações sociais, ou seja, para Polanyi (2001), “os costumes e as leis, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a observar regras de comportamento que, em seguida, presidiam ao modo como agia no interior do sistema econômico” (Ibid., p. 119). Segundo Abramovay (2004), Polanyi queria mostrar que o mercado (neoclássico) era uma entre as “inúmeras formas que assumia a coordenação social na luta pela sobrevivência da espécie e se insurgia contra a tendência, de fato, dominante à sua época, de fazer dele a expressão máxima da racionalidade econômica” (Ibid., p. 10). Desta maneira, conforme Jardim (2015), Polanyi entende que “(...) uma sociedade de auto-mercado já nasceria fadada ao fracasso, pois retiraria toda sua capacidade de coesão social, de solidariedade, de dádiva (...)” (Ibid., p. 13).

Em uma análise no sentido da sociologia econômica, Garcia-Parpet apresenta os pressupostos para um mercado formar concorrência perfeita para mostrar que ele até pode se concretizar, mas, pontualmente, a partir de uma construção dada no espaço/tempo. A concorrência perfeita necessita de quatro condições:

- cada agente econômico age como se os preços fossem dados, ou seja, nenhum dos vendedores ou compradores é forte o bastante para poder exercer uma influência perceptível sobre os preços (atomicidade);
- o produto é homogêneo, quer dizer, tem o mesmo uso social, e é identificável independentemente de seu vendedor (homogeneidade);
- o mercado é fluido: a entrada ou saída dos trocadores potenciais é livre (fluidez);
- o mercado é transparente: os agentes econômicos dispõem de um conhecimento perfeito de quantidades, qualidades e preços dos produtos ofertados (transparência) (GARCIA-PARPET, 2003, p. 09).

Assim, ao analisar o mercado computadorizado de morangos de mesa de Fortaines-em-Sologne, a autora observa que a tecnologia de ponta utilizada neste espaço de trocas garante que seu funcionamento seja próximo “daquelas que correspondem à realização do mercado de concorrência pura e perfeita descrita pela teoria econômica” (Ibid., p. 05). Toda a organização do espaço físico onde acontecem as trocas comerciais, permite que as quatro condições da concorrência perfeita se formem, facilitadas pelas informações rápidas em um painel sobre os preços estabelecidos em leilão. Garcia-Parpet (2003), assim como Bourdieu (2005), evidencia que, mesmo um mercado onde

se apliquem as principais condições do modelo de concorrência perfeita, não deixará de ser uma construção social. Ou, pelas palavras de Bourdieu:

as condições que devem ser preenchidas para que todo equilíbrio de mercado seja um optimum (a qualidade do produto é bem definida, a informação é simétrica, os compradores e os vendedores são numerosos o bastante para excluir qualquer cartel monopolista) quase nunca são realizadas, e os raros mercados em conformidade ao modelo são artefatos sociais repousando sobre condições de viabilidade extremamente excepcionais, tais como redes de regulações públicas ou de organizações (BOURDIEU, 2005, p. 21)

Logo, a sociologia econômica busca a análise sociológica dos mercados e suas influências, como a cultura e o Estado, a partir de seu estudo empírico, considerando, também, as características historicamente adquiridas dos atores em questão. Nesse sentido, como afirma Abramovay (2004), a abordagem sociológica dos mercados “procura compreendê-los não como premissas da ação econômica, mas como resultados concretos – e sempre imprevisíveis, uma vez que dependemos da evolução real da relação entre os atores – da interação social” (Ibid., p.25).

Na mesma chave da sociologia econômica, em 1985, como mostra Santos (2001), Granovetter formaliza “um programa científico demarcado na sociologia norte-americana”, que se estabeleceu como “o estatuto de primeiro manifesto da área disciplinar” (Ibid., p. 25). Neste artigo, Granovetter (2007) utiliza, assim como Polanyi (2001), o termo *embeddedness*, que pode ser traduzido como “incrustação” e “imersão”, segundo Grisa (2009). Granovetter entende que a ação social está incrustada na ação econômica ou que a ação econômica está imersa, ou, ainda, embebida no social, ou mais especificamente, a ação econômica é dependente “das redes de relações sociais em que os atores estão inscritos”, ou seja,

as relações sociais não se distribuem aleatoriamente, estão estruturadas em redes com alguma estabilidade no tempo. Assim, as propriedades estruturais da rede, a posição dos atores sociais nessa estrutura e os tipos de relações em que se envolvem seriam os fatores explicativos mais imediatos das ações econômicas, bem como da construção das instituições econômicas e dos próprios mercados (SANTOS, 2001, p. 25)

Granovetter (2007) se afasta das análises sociológicas estruturalistas chamando-as de “supersociologizadas”, isto é, ele entende que os indivíduos são incontestavelmente “sensíveis às opiniões dos outros e, portanto, obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores,

interiorizados por meio da socialização, de forma que a obediência não é percebida como um peso” (Ibid., p. 3). Contudo, seu foco principal de crítica é a vertente que ele denomina de “subsociologizada”, isto é, a concepção das economias clássica e neoclássica do sujeito atomizado, utilitarista. Como explica Granovetter (2007), os argumentos teóricos desta tradição “rejeitam por hipótese todo impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo” (Ibid., p. 04). Já sua alternativa propõe que o nível de imersão ou incrustação do comportamento econômico “é mais baixo em sociedades reguladas pelo mercado” em contraponto aos “teóricos do desenvolvimento”, mas de qualquer maneira o nível de imersão “sempre foi e continua a ser mais substancial” do que o considerado pela teoria econômica hegemônica (Ibid., p. 03).

Mas a principal ideia de Granovetter (2007), que ajudará na objetivação da pesquisa, é a de que o comportamento em geral e, sendo assim, o econômico, “está profundamente imerso em redes de relações interpessoais” (Ibid., p. 29). Ou seja, a imersão enfatiza “o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé” (Ibid., p.12). Ele entende que, quando um mercado está em funcionamento, a confiança formada nesta rede, e o desencorajamento da má-fé, são fundamentais para seu funcionamento. E esta rede de confiança é construída pelas relações sociais e não por uma moralidade generalizada ou por mecanismos institucionais, sendo mais fácil de ser estabelecida em relações familiares⁶.

I.2 - Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu

Em 1985, como explicam Jardim e Campos (2012), Bourdieu e sua equipe produziram uma crítica à supremacia das ciências econômicas como produtoras e reprodutoras de crenças, a partir de estudos empíricos sobre o mercado imobiliário e editorial na França. Para Bourdieu, a partir da “revolução marginalista⁷, o mercado cessa de ser algo concreto para se tornar um conceito abstrato sem referência empírica, uma ficção matemática remetendo ao mecanismo abstrato de formação dos preços

⁶ Ao pensar no dilema dos prisioneiros, em que somente a cooperação entre dois indivíduos faria que eles tivessem suas penas reduzidas, Granovetter (2009) mostra que a confiança construída no âmbito familiar poderia efetivar a decisão de ambos não delatar e ter suas penas reduzidas.

⁷ Desenvolvimento do pensamento de Smith por autores do século XIX, como Jevons, Pareto, Walras, Marshall, os quais incorporaram a matemática para explicar as relações econômicas, partindo de axiomas calcados no indivíduo utilitarista.

descrito pela teoria da troca” (BOURDIEU, 2005, p. 20). Assim, Bourdieu (2005) considera que o mercado é o desencadeamento de duas construções sociais, a oferta e a demanda.

Para o autor, a oferta é construída pelos indivíduos e pode ser estimulada, por exemplo, por políticas de créditos subsidiados pelo Estado para estimular a produção de determinada mercadoria. Já a demanda é construída pela “produção das disposições individuais e, mais precisamente, dos sistemas de preferências individuais (...)” através, por exemplo, de incentivos do Estado, via bancos, para consumos específicos (Ibid., p. 17). Para Bourdieu, qualquer mercado é

uma construção social, uma estrutura de relações específicas, para a qual os diferentes agentes engajados no campo contribuem em diversos graus, através das modificações que eles conseguem lhe impor, usando poderes detidos pelo Estado, que são capazes de controlar e orientar (BOURDIEU, 2005, p. 40).

Desta maneira, a ação econômica não se efetiva por um “agente econômico isolado, mas por um coletivo, grupo, família ou empresa, funcionando à maneira de um campo” (Ibid., p. 18). E as características dessas ações se definem de maneiras distintas conforme as características do mercado, se um mercado convencional ou não convencional.

Na obra intitulada *Estruturas sociais da economia*, sobre o mercado de habitação na França, o autor observa que este mercado é bastante influenciado pelo Estado, ou seja, ele é, não apenas controlados, mas construído, “pelo Estado, muito especialmente através da ajuda concedida aos particulares, que varia no seu volume e modalidades de atribuição, favorecendo mais ou menos uma ou outra categoria social e, dessa forma, este ou aquele segmento (...)” (BOURDIEU, 2006, p. 125).

Para entender tanto o conceito de mercado como o de Estado, é preciso acionar o conceito de campo – um universo social onde se lida com poder, capital, relações de força, estratégias, manutenção ou de subversão, interesses, etc. Um “(...) mundo à parte, dotado de suas leis próprias de funcionamento que fazem com que não seja nenhum dos traços designados pelos conceitos utilizados para descrevê-lo o que lhe dá uma forma específica, irredutível a qualquer outra” (BOURDIEU, 2008, p. 88).

As relações de forças entre os agentes que coexistem no mesmo mercado dependem muitas vezes de políticas públicas direcionadas, “em particular, das regras que regem a ajuda pública à construção e a concessão de créditos, desta forma

introduzindo formas de arbitragem entre os diferentes intervenientes no campo da produção" (BOURDIEU, 2006, p. 128). O Estado, então, não é simplesmente uma instância de privilégios e interesses privados de uma elite ou produtor de discurso de legitimação, é um campo de disputas que podem desencadear inclusive políticas públicas na direção de grupos que não os dominantes.

Como efeito das disputas neste “campo do poder”, o Estado exerce um poder que vai além das questões militares, políticas e econômicas. Ele exerce um poder simbólico, isto é, um “(...) poder que se exerce de maneira tão invisível que até nos esquecemos de sua existência já que ele só se exerce por se ignorar sua existência” (BOURDIEU, 2014, p. 224). O autor explica que este poder exercido produz princípios de construção da realidade social, Estes princípios são “formas simbólicas”, que atuam nas estruturas cognitivas dos agentes sociais. Desta maneira, o Estado pode ser pensado como um

“produtor de princípios de classificação, isto é, de estruturas capazes de serem aplicadas a todas as coisas do mundo, em especial as coisas sociais (...) essas formas de classificação são formas sociais socialmente constituídas e arbitrárias ou convencionais, isto é, relativa às estruturas de um grupo considerado” (BOURDIEU, 2014, p. 227).

O Estado tem condições de impor essas formas simbólicas, princípios de classificação e princípios de visão e de divisão de forma universal. Ele gera efeitos de crença, de submissão generalizada, influi nas divisões objetivas no mundo do trabalho, produz hierarquias e princípios de hierarquização como “sistemas de valores, a hierarquia das disciplinas, dos gêneros” (Ibid., 2014, p. 249). Este efeito de crença generalizada interfere sobre o que Bourdieu denomina de capital simbólico dos grupos institucionalizados pelo Estado.

Primeiramente, o conceito de capital em si que, conforme Bourdieu (2008), é um princípio de diferenciação ou “(...) armas (que) comandam as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (Ibid., p. 27). Já o capital simbólico é “traduzido como uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 2001, p. 107). Em outras palavras, o capital simbólico “é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento” (BOURDIEU, 2008, 150).

Como explica Bourdieu (2008), quando o presidente da república assina um decreto, ele mobiliza “um capital simbólico acumulado em toda a rede de relações de reconhecimento, constitutivas do universo burocrático” (Ibid., p. 113). Este decreto gera a “passagem de um capital simbólico difuso, apoiado apenas no reconhecimento coletivo, a um capital simbólico objetivado, codificado, delegado e garantido pelo Estado, burocratizado” (Ibid., p. 108). Este capital simbólico objetivado é definido, pelo autor, como capital jurídico, ou seja, aquele capital gerado pelo marco regulatório que dá direitos à um grupo social definido.

Como o capital simbólico é a tradução de outro tipo de capital, pensando na agricultura familiar, consideremos o capital social que é o mais indicado para pensar seu desenvolvimento.

O debate sobre o “capital social” pende para dois lados. Um que diz que o Estado deve estimular o desenvolvimento rural em locais “onde não se evidenciam aspectos socioculturais que caracterizam a alta formação de capital social”, por meio de iniciativas que induzam a criação de um “processo sinérgico de relacionamento com a sociedade” (SIMÃO et al. 2017, p. 289). E outro, que afirma que “de nada adiantaria esforços para o desenvolvimento local por meio de práticas coletivas se não houver capital social suficientemente desenvolvido que exerça influência na sinergia entre os atores locais” (Ibid., p. 289). De qualquer maneira, como afirma Abramovay (2000), é preciso tratar a promoção do desenvolvimento rural via Estado, não pelo estímulo às vantagens geográficas, mas à formação de redes via instituições, que permitam a conquista, por exemplo, de bens público. O capital social pode ser usado, para Abramovay (2000), como uma espécie de garantia para os que não possuem bens físicos, empenhar suas relações sociais, a fim de “ampliar os serviços de créditos disponíveis nessas comunidades e para aumentar a eficiência com que aí operam os mercados” (PUTNAM 1993,1996 p. 178-179 apud Ibid., p. 06).

De maneira mais concisa, considerando os fatores simbólicos, o capital social trata do

conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo

observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2001, p. 65)

Para o autor, o capital social é resultado de estratégias de investimento, consciente ou não, em relações sociais possivelmente utilizáveis. Ele representa a transformação de relações ocasionais, como as relações de “vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos)” (Ibid., p. 66)

Essas relações, que implicam obrigações duráveis institucionalmente garantidas, transcritas pelo autor como “direitos”, dão-se a partir da criação de um aparato institucional para tratar de determinado segmento social (leis e instituições), como o caso da agricultura familiar. Todo este instrumento institucional fortalece o capital social, que, por sua vez, é traduzido em capital simbólico.

Dessa forma, a perspectiva dessa pesquisa é considerar o mercado como atrelado ao Estado, ou seja, nem deus, nem o diabo, como afirma Abramovay (2004), mas um espaço de sociabilidade, onde agentes, em aliança com o Estado, produzem novas realidades. Em síntese, o conceito de mercado é constituído a partir da cultura e da sociabilidade dos agentes, no nosso caso, os assentados do Mário Lago. Dessa forma, como Jardim (2015) sugere, vamos “falar em mercados, no plural, já que a diversidade de povos e de culturas permitem a construção de diversas e distintas arquiteturas de mercados” (Ibid., p. 14). Na perspectiva adotada por essa pesquisa, o mercado, no assentamento Mário Lago, vai além de variáveis econômicas. A intenção, então, é analisar a construção social da oferta de cestas, já que a construção social da demanda demandaria outra pesquisa.

Considerando a importância do método de Pierre Bourdieu para nossa pesquisa, optamos por apresentar no próximo item sua contribuição para os temas rurais e também para a sociologia econômica da atualidade, por tratar-se de pesquisa que aponta a existência de diversos tipos de racionalidade, em negação à racionalidade econômica do *homo economicus*.

I.2.1 – Metodologia da pesquisa

A metodologia para realizar o trabalho de campo foi composta de descrição etnográfica das reuniões da cooperativa “Comuna da terra” e da organização das cestas no dia seguinte. Além de entrevistas para entender a dinâmica do grupo e características dos assentados individualmente, utilizando perguntas abertas realizadas no decorrer de minha visita ao assentamento.

Foram utilizados, também, três vídeos produzidos sobre o Sistema Agroflorestal no Mario Lago: 1) “Implantação de Agrofloresta Acampamento Mario Lago 2013”⁸, produzida pela Cooperafloresta (Associação de Produtores Agroflorestais da Barra do Turvo e Adrianópolis); 2) “Produção Agroflorestal no Assentamento Mario Lago”⁹, produzido pelo programa Conexões Ribeirão Preto; e 3) “Comercialização de produtos Agroflorestais”¹⁰, produzidos pela Cooperafloresta. O primeiro vídeo é um tutorial que ensina passo a passo o plantio de sementes para formação de uma agrofloresta. O segundo, mostra uma entrevista com membros da cooperativa Comuna da Terra no local de organização das cestas. E o terceiro, é um curta-metragem sobre a comercialização das cestas, com entrevistas e imagens da organização.

I.2.2 – Contribuição de Bourdieu para temas rurais

Bourdieu buscou entender as consequências do avanço da estrutura econômica do capitalismo moderno junto ao campesinato, no que diz respeito à interação entre a economia de mercado, trazida pela colonização francesa, e as crenças tradicionais, quando das suas pesquisas sobre os cabilas na Argélia. Ele não discute o futuro da existência camponesa, mas observa as características da interação entre lógicas distintas.

Bourdieu (2003) descreve os camponeses cabilas como uma população de montanha retraída e isolada, que conserva as tradições de uma economia pré-capitalista e, ao mesmo tempo, através do avanço da colonização, convive com um sistema econômico baseado na lógica de mercado. Segundo ele, na sociedade cabila, as trocas entre parentes ou vizinhos seguiam a lógica do dom e ao contra dom¹¹. Esta lógica

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=DdNsJMejy28&t=5s>.

⁹ https://www.youtube.com/watch?v=QO2aiOtA_rI.

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=bL9RylrIwxg>.

¹¹ Mauss identificou uma tríade de ação coletiva na lógica da reciprocidade que se constitui em dar, receber e retribuir bens simbólicos e materiais, denominada “dom ou dádiva”. Para o autor, como explica Jardim (2015), o dom permearia toda a vida social, “já que incorpora tudo aquilo que participa da vida humana, sejam bens materiais ou simples gestos, favores, etc., para a produção e reprodução das regras da sociedade, isso sem ignorar os paradoxos que existem nesse sistema” (Ibid., p. 10). Tanto nas sociedades

estabelecia que os produtos que fossem a base da alimentação não deveriam ser comercializados, principalmente entre pessoas mais próximas. Por exemplo, o aluguel de um boi em troca de certa quantidade de sementes só seria consumado entre quase estranhos.

Desta forma, o autor via uma coexistência da generosidade e do sentimento de equidade com o interesse e o cálculo. A década de 1950, para Bourdieu (2003), marca o início do declínio da hegemonia da agricultura, através da introdução de novas atividades como o artesanato e o comércio. A transição do moinho tradicional para o moinho a motor às custas de economia (poupança, por exemplo) e não da herança, desencadeia a lógica do investimento e do cálculo de custos, substituindo a lógica da satisfação da realização autárquica (autossuficiente). Já na década de 1960, o surgimento do comerciante em tempo integral significa a adoção da lógica do lucro de mercado e simboliza o desmoronar do mundo antigo.

Bourdieu (1979) identifica, então, uma sobreposição das estruturas econômicas capitalista às relações pré-capitalistas camponesas baseadas em outro sistema de crenças. Segundo o autor, “(...) a organização econômica e social não é resultado de uma evolução autônoma da sociedade que se transforma segundo sua lógica interna, mas de uma mudança exógena e acelerada, imposta pelo poderio imperialista” (Ibid., 1979, p. 14). O que exige, segundo Bourdieu, a incorporação de um entendimento e comportamento econômico racional, pressionando o indivíduo pré-capitalista a se converter em sujeito considerado “desenvolvido” e, assim, beneficiar-se das vantagens econômicas de uma economia considerada desenvolvida.

A organização econômica, segundo Bourdieu (1979), à medida que evolui, tende a se impor, como um sistema praticamente autônomo, que exigiria do sujeito determinada característica de ação e de disposições econômicas. Assim, o autor constata que os “agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente” coexistem com a economia monetária, adaptando-se às custas de uma “reinvenção criadora (...)” (Ibid., p. 14). Desta maneira, autor observa um descompasso na relação entre as disposições econômicas do camponês de Cabília e as estruturas econômicas que se impõem a ele.

O descompasso entre disposições econômicas de uma economia pré-capitalista e o universo econômico que, para Bourdieu (2003), é importado e imposto pela

antigas como nas modernas, o sistema “dar, receber e retribuir” coexiste com os sistemas de troca comercial (STEINER 2016).

colonização, exigiu, assim o descobrimento dos comportamentos econômicos como “trabalho assalariado, poupança, crédito, regulação dos nascimentos, etc.”, não tendo um surgimento endógeno. Portanto, o agente econômico “dito ‘racional’” é o produto de condições históricas inteiramente particulares” (Ibid., p. 10). Esse ponto é importante na nossa pesquisa, pois estaremos em contato com agricultores que, diante do Pronaf, deparam-se com os desafios colocados por Bourdieu em contexto cabila, a saber, a construção do mercado de economia doméstica, em relação com as estratégias da economia racional tradicional.

I.3 – Agricultura familiar e Campesinato

O debate sobre a questão agrária, desde a metade do século XIX até a metade do século XX, estava em torno de entender as consequências do avanço da produção industrial ao campo. Neste período, é possível dividir a questão em duas linhas. A corrente que se hegemonizou neste período defendia que o modo de produção camponês desapareceria de acordo com o avanço industrial, transformando o camponês em trabalhador assalariado. Já a segunda linha interpretativa entende que o campesinato é fruto da contradição presente no desenvolvimento histórico, propondo o estudo singular do modo de produção familiar camponês, criando categorias específicas de análise. As consequências das diferenças dessas duas vias de pensamento estão na orientação das políticas públicas, no sentido de aportar, ou não, as famílias pequenas produtoras rurais.

Faremos uma breve explanação sobre o debate clássico da questão agrária. Em seguida finalizaremos relacionando-o com a agricultura familiar no Brasil.

Kautsky e Lênin partiam da mesma metodologia de análise desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, ou seja, acreditavam em uma generalização das relações capitalistas de produção. Embora eles discordassem de certas interpretações metodológicas entre si, entendiam que a lei da expansão do capital valia tanto para indústria como para a agricultura, isto é, para eles, “a grande indústria aniquilou todo elemento natural na medida em que isso é possível no âmbito do trabalho, e conseguiu dissolver todas as relações naturais para transformá-las em relações monetárias” (MARX & ENGELS 2007, p. 72).

Mais especificamente, Lênin (1980), ao comparar dados referentes à indústria e à agricultura, de mesma natureza e para uma mesma época, constata “uma notável identidade das leis de evolução e a eliminação da pequena produção tanto numa quanto

na outra." (Ibid., p. 63). Assim, confirma a tese de que o campesinato era uma classe das formações sociais e econômicas anteriores ao capitalismo.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo e da agricultura nos Estados Unidos, o autor conclui que a pequena agricultura é, geralmente, eliminada pela grande, e que "(...) o 'progresso' no emprego de fertilizantes entre 1900 e 1910 reforçou ainda mais a superioridade da agricultura capitalista sobre a agricultura em pequena escala, a qual foi ainda mais substituída, asfixiada" (Ibid., p. 46). Portanto, Lênin acredita que o modo de produção camponês desaparecerá, conforme a grande produção agrícola se generalize, formando-se uma relação entre proprietário da terra e trabalhador assalariado.

Já Kautsky (1974) entende que a desintegração do campesinato e sua completa proletarização poderiam até ser freadas pela resistência camponesa, mas, ele também via a superioridade da grande propriedade agrícola de exploração capitalista frente à pequena propriedade agrícola familiar. Os autores consideram a possibilidade de o camponês se proletarizar ou se organizar em cooperativas para se manter, mas para Lênin (1980), isso seria inviável em longo prazo. Já para Kautsky (1974), a sociedade organizada como social-democracia, pautada na cooperação, poderia sustentar essas formas de organização camponesa, diferentemente de uma sociedade organizada sobre as características do liberalismo econômico, pautada na concorrência.

Por outro lado, Chayanov (1974) afirma que os camponeses estão inseridos na sociedade capitalista, porém, em relações não não-capitalistas de produção. Para ele, a existência do campesinato, na sociedade industrial, é fruto de contradição, sempre presente na história. Ao analisar o campesinato russo, ele descreve que a produção destas famílias depende de suas necessidades de consumo, logo sua produção não teria influência da concorrência, como no caso das firmas. A produção das famílias camponesas é influenciada por uma relação entre consumo, trabalho e membros da família.

Chayanov (1974) defende não ser possível aplicar as mesmas categorias criadas para análise da produção capitalista à produção familiar camponesa, pois, entre o campesinato russo do final do século XIX, não há, por exemplo, o fenômeno social do salário nem o do lucro líquido. Desta forma, o autor defende a coexistência de diferentes sistemas econômicos na sociedade capitalista, acreditando na "não construção de uma teoria única e universal da vida econômica, mas na concepção de vários sistemas teóricos, que correspondam à série de ordens econômicas passadas e presentes (...)"

(CHAYANOV 1924, p. 502). Assim, o autor defende a necessidade de estudar os diversos modos de produção que coexistem com o capitalista, como o modo de produção familiar camponês.

O importante para a pesquisa é a influência exercida por este debate, sobre os pensadores brasileiros, gerando, conseqüentemente, efeitos sobre as políticas públicas orientadas aos pequenos produtores rurais, como trataremos adiante.

A discussão passou a ser sobre os termos a serem utilizados para designar o pequeno produtor rural. Além de entender legítima a permanência do campesinato na sociedade capitalista, diversos pensadores brasileiros passaram a defender o esvaziamento do termo “camponês” em prol do uso do termo “agricultor familiar”, com o argumento de que este abarcaria características distintas às do campesinato.

Desta forma, no Brasil, como explica Grisa (2012), o conceito de *agricultura familiar* tem origem na década de 1980, quando as pesquisas olham para uma parte da pequena produção que consegue incorporar novas tecnologias, acumular capital econômico e reproduzi-lo, dando novos contornos para a unidade familiar. Para Abramovay (1998), por exemplo, a ampliação das relações no campo brasileiro, trouxe a necessidade de redefinir o termo camponês, considerado, por muitos, categoria não capitalista, para um conceito que denomina um sujeito integrado ao jogo econômico, aos mercados. Abramovay (1998) utiliza o termo *agricultor familiar* como uma categoria que se integra, não simplesmente como fornecedor de matéria prima à produção e comercialização, mas como ator responsável pela produção de alimentos a preços estáveis.

Os argumentos que defendem este termo, no entendimento de Fernandes (s/d), geram a marginalização dos movimentos de luta, pautados na identidade histórica da luta camponesa, como a luta pela reforma agrária, não estando inserida na agricultura familiar tecnificada. De qualquer maneira, a pesquisa não tem interesse em aprofundar esta discussão, logo, assim como Wanderley (2003), ao invés de se preocupar em verificar uma suposta “passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar ‘moderno’, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais” (Ibid., 47).

Entendemos, então, conforme Carneiro (1999), que a “expansão de formas capitalistas de produção na agricultura não conduz, obrigatoriamente, à extinção de unidades de produção familiares (pequenas e médias) nem a sua transformação em uma

única forma de produção” (Ibid., p. 329). Para Carneiro, Wanderley e Pires & Ramos (2009), ampliaram-se as desigualdades entre os pequenos produtores rurais e os produtores de subsistência, que não demandavam ou absorviam inovações mecânicas, físico-químicas ou biológicas, formando a heterogênea agricultura familiar brasileira.

I.3.1 As características da Agricultura Familiar brasileira

Altafin (2007) mostra que a agricultura familiar brasileira tem variadas origens, nos povos indígenas, nos migrantes do continente africano; nos mestiços, que formaram o campesinato no período colonial, nas “populações mestiças livres, formadas por filhos bastardos dos senhores de engenho, sem direito a herança” (Ibid., p. 6), nos brancos não herdeiros, filhos não primogênitos sem direito à herança e nos imigrantes europeus do começo do século XX.

Segundo Carneiro (1999), pode-se considerar um consenso a definição de agricultura familiar, como “uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (Ibid., p. 329). Tratando-se, todavia, de “uma noção ampla que inclui um grau de ambiguidade elevado por integrar em um único rótulo grupos sociais bastante heterogêneos e princípios definidores divergentes” (Ibid., p. 329).

A autora mostra que a atividade da agricultura familiar vai desde a subsistência até a monocultura tecnificada voltada para a demanda do mercado, por exemplo. Ela define três formas de unidades familiares¹² agrícolas considerando sobretudo suas estratégias (conscientes e inconscientes) de reprodução econômica: 1) *Família agrícola de caráter empresarial* cuja estratégia de reprodução social é determinada pela busca de rentabilidade e produtividade. A autora afirma que o governo (pelo menos até 1999, ano que data o artigo da autora) considerava este como o “verdadeiro agricultor”, o de maior potencial para o desenvolvimento rural brasileiro; 2) *Família camponesa* cuja lógica da atividade agrícola não é dada pela lógica da produtividade e da rentabilidade crescente, mas pelo objetivo de reprodução de suas condições sociais e culturais; e 3) *Família agrícola rurbana* que se assemelharia às famílias camponesas, mas com um grau de interação com a cidade e com o mercado, apresentando produção e fontes de renda diversificadas. “Esse modelo de família rural repousa sobre um sistema de valores

¹² Termo usado pela autora para designar a complexidade da família em suas relações sociais e não somente econômica, para diferenciar a família de uma unidade exclusivamente produtiva.

próprios (em elaboração), que orienta a produção agrícola, não em função do lucro e da produtividade crescente, mas para a melhoria da qualidade de vida, sem deixar de considerar a realidade do mercado (...)” (Ibid., p. 340).

Por sua vez, Altafin (2007) também define categorias diferentes da agricultura familiar, separando-as em 5 tipos, cujo critério é a inserção no mercado: Tipo A – tecnificado, com forte inserção mercantil, predominante na região de cerrado; Tipo B – integrado verticalmente em Complexos Agroindustriais; Tipo C – agricultura familiar tipicamente colonial como nos estados do Sul e em Minas Gerais; Tipo D – agricultura familiar semimercantil, típicas do Nordeste e no Sudeste; e Tipo E – “de origem semelhante ao tipo D, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes” (Ibid., p. 14).

A construção do conceito de agricultura familiar brasileira, mostra a heterogeneidade territorial, cultural, étnica e econômica, que se unificou na tensão da disputa por políticas públicas, que objetiva a reprodução da vida no campo, com diferentes níveis de integração aos mercados. Estas definições evidenciam que as diferentes famílias agricultoras se desenvolveram, ao longo do território nacional, de diversas formas, no que tange, principalmente, a sua reprodução econômica e capacidade de construir e se incorporar aos mercados.

Em resumo, se, por um lado, o capital simbólico da categoria agricultura familiar é reflexo de uma associação a adjetivos positivos ligados a tecnologia e sustentabilidade, por outro este capital é distribuído de maneira desigual. Esses valores se relacionam com o processo de construção de um modelo de agricultura atual e de um agricultor familiar como personagem político. Porém, devido à heterogeneidade da agricultura familiar brasileira, determinados grupos estariam menos encaixados na ideia de que a agricultura familiar é tecnificada e moderna.

No próximo capítulo abordaremos as disputas que desencadearam a entrada de grupos não hegemônicos no orçamento brasileiro, categorizada como “agricultura familiar”.

CAPÍTULO II – As disputas do espaço social da agricultura familiar brasileira

II.1 – A modernização conservadora e o pequeno produtor à margem do projeto de desenvolvimento nacional

Os marcos legislativos, em âmbito nacional, importantes para o desenvolvimento rural brasileiro, tiveram início em 1850, com a promulgação da Lei de Terras “que vinculava o acesso à terra à compra da propriedade rural, acabando com o até então regime de posse por ocupação” (CAMARGO et al., 2016, p. 150). E, com o Decreto 1.318, de 1854, que regulamentou a Lei de Terras e determinou, dentre outros, o registro das terras através de requerimento do registro em livros paróquias, inclusive das terras que não haviam sido compradas nem ocupadas. No Estado de São Paulo, por exemplo, houve o registro de uma propriedade com 238 mil e outra com 356 mil alqueires, explicam Camargo et al (2016).

No período denominado Primeira República (1889 a 1930), explica Borges (2007), houve a expansão da produção cafeeira em São Paulo, deslocando do Nordeste a centralidade político-econômica do país. Segundo o autor, com a chamada Revolução de 30, a política nacional passou a ser dominada pela oligarquia cafeeira e, a partir da influência direta do governo nacional, a industrialização do início do século foi incentivada sem nenhuma alteração na estrutura agrária. Durante o Estado Novo (1937-1945) e a reabertura democrática em 1946, o cenário permaneceu sob a pauta da industrialização nacional, o que começou a transformar a questão agrária em um percalço ao desenvolvimento industrial.

Enquanto todos os esforços políticos voltavam-se para a industrialização, a contestação da estrutura agrária agudizava-se crescentemente. As políticas sociais voltadas para o meio rural, especialmente posseiros, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários, praticamente não existiam. Isso se refletia na situação de grande pobreza da população rural marginalizada pela forma como o ideário desenvolvimentista vinha sendo implementado no país. Essa situação de descaso foi decisiva para a eclosão de movimentos ligados à questão agrária, com destaque para as Ligas Camponesas do Nordeste (BORGES, 2007, p. 21-22).

Desta maneira, os atores que não vinham se favorecendo com estas possibilidades de acesso à terra começaram a se organizar, principalmente a partir da década de 1950, com a criação das Ligas Camponesas. Como afirma Jesus (2011), a

história do Brasil, principalmente a do meio rural, é marcada pela violência iniciada já pela relação dos colonizadores com os povos indígenas na disputa do território. Por exemplo, as lutas de “Canudos, na Bahia; Contestado, entre Santa Catarina e Paraná; a guerrilha de Porecatu, também no Paraná; as greves de colonos nas fazendas de café em São Paulo; Trombas e Formoso em Goiás; dentre outras” (Ibid., p. 06), que contestavam o poder do Estado e desafiavam o poder do latifúndio, foram reprimidas violentamente. Assim como a perseguição do regime militar aos membros das Ligas Camponesas, que somavam entre 70 e 80 mil pessoas, atuavam em 14 estados brasileiros e aumentavam sua representação política pela organização de milhares de camponeses em âmbito nacional (JESUS, 2011).

Como mostra Garcia (2003), neste contexto de avanço das Ligas, o Congresso Nacional aprovou, em 2 de março de 1963, a Lei nº 4.214 (Revogada pela Lei nº 5.889, de 1973), que definiu o empregado rural como “(...) toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário” (Art. 2º). Esta regulamentação determina que

todo trabalho efetuado para o patrão deve ser retribuído segundo o valor do salário mínimo, e todas as vantagens anexas, férias, repouso remunerado, décimo terceiro, são calculáveis pelos mesmos parâmetros; há também limites para descontos pelo fornecimento de moradia, assim como atribuição de lotes de subsistência e concessão de criar animais não podem dar lugar a contraprestações monetárias (GARCIA, 2003, p. 174).

Desta maneira, para Garcia (2003), é possível fazer uma comparação com o processo descrito por Bourdieu sobre os camponeses de Cabila já que, com esta lei, os costumes tradicionais já não instauram mais uma dívida do dependente com o proprietário, ou seja, a relação entre o dono da terra e o trabalhador deve seguir a lógica da economia monetária e não mais a economia de dons e contra dons. Ao mesmo tempo, foi permitido o rompimento do poder simbólico que “assegurava a hierarquia existente entre os que ‘tinham nome na praça’ e a multidão de ‘João-ninguém’” (Ibid., p. 173). A racionalidade capitalista avançava, permeando as relações de trabalho no rural brasileiro.

É neste cenário que a construção teórica e política da questão agrária brasileira toma corpo. Como explica Delgado (2005), as interpretações se diferenciavam sobretudo a partir de quatro grupos: os teóricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB),

setores da Igreja Católica, representantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e os economistas conservadores da USP, como assim define Delgado. 1) Os principais intelectuais agrários do PCB, como Caio Prado Jr., acreditavam na tendência expressa por Lênin, ou seja, “(...) na tendência ao assalariamento crescente da força de trabalho rural e por isso destaca a tese de defesa da legislação social-trabalhista, tendo a reforma agrária um papel secundário” (Ibid., 2005, p. 53). Por exemplo, nesta linha de pensamento de Caio Prado Jr., em 22 de dezembro de 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sendo ela a primeira entidade sindical do campo, segundo seu sítio virtual¹³. Alberto Passos Guimarães via “(...) o latifúndio brasileiro como uma espécie de feudalismo agrário, cuja transformação o capitalismo não realiza, mas que a reforma agrária deveria fazer” (Ibid., p. 53). E Ignácio Rangel se preocupava com o desequilíbrio da liberação de mão-de-obra do setor rural para os demais setores, ora em excesso ora escassamente. 2) Os setores da Igreja Católica buscavam a “aplicação da doutrina social da Igreja em contraste a uma realidade agrária de grave injustiça e exclusão social, então denunciados pelo Episcopado” (Ibid., p. 54). 3) O pensamento cepalino, principalmente de Celso Furtado – ministro da fazenda de João Goulard – enxergava um caráter inelástico da oferta de alimentos, ou seja, a quantidade de alimentos produzidos não variava de acordo com as variações dos preços, dadas as pressões advindas da demanda urbana e industrial. Logo, como formulado no Plano Trienal, uma das respostas a esta inelasticidade seria a alteração da estrutura fundiária através da reforma agrária. E 4) Delfim Neto e economistas e econometristas da USP tinham a intenção de refutar a ideia de oferta inelástica de alimentos, afirmavam que a estrutura fundiária como estava permitia manter a oferta de alimentos e aumentar a oferta de mão-de-obra para a indústria, além de criar mercado para os produtos da indústria e expandir as exportações. Assim, como afirma Delgado (2005), eles defendiam uma modernização da agricultura para fins econômicos e reformas pontuais, mas não estruturais como uma reforma agrária.

Por outro lado, como abordado no capítulo 1, o Estado é um campo de disputas que permite a criação de políticas a grupos não dominantes. Em 1964, subscrito por Roberto Campos, então ministro do planejamento, o Estatuto da Terra é criado com foco na função social da propriedade da terra e nas premissas de igualdade de direitos e

¹³ (<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1>)

justiça social, explicam Camargo et al. (2016). O que possibilitou a criação, em 1970, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pelo Decreto-lei nº 1.110 de 09/07/70, “com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União”, como está em seu sitio virtual¹⁴. A reforma agrária se caracterizou pela ação do Estado em desapropriar áreas consideradas “improdutivas para implantar assentamentos¹⁵, beneficiando diversas famílias de agricultores sem-terra. Essa política é conduzida pelo Incra, tendo como primeiro marco legal o Estatuto da Terra” (BÚRIGO et al. 2015, p. 362).

Direção política criticada, em 1962, pelo então acadêmico da Universidade de São Paulo (USP) Delfim Neto, que assumiu o Ministério da Fazenda em 1967 e continuou a modernização técnica da agricultura brasileira. A modernização foi colocada em prática através da absorção do avanço tecnológico de práticas agrícolas iniciado nos Estados Unidos e Europa que ficaram conhecidas como Revolução Verde. O regime militar adotou medidas para modernizar a produção agrícola, estimulando a adoção das tecnologias desenvolvidas nos países centrais, porém sem destruir “efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime” (PIRES & RAMOS 2009, p. 412). O que ficou definido como uma modernização “conservadora”, termo cunhado por Barrington Moore Jr., e assumido por Graziano da Silva,

para retratar o caso específico de progresso capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes (PIRES E RAMOS, 2009, p. 420).

No Brasil, explicam Pires e Ramos (2009), embora esta modernização tenha sido comandada pelo alinhamento político e econômico da burguesia nacional e dos grandes proprietários de terras, eles não proporcionaram a melhora de vida da população não contida neste pacto, ao contrário do que ocorreu no Japão e na Alemanha. Em resumo, o regime militar

¹⁴ <http://www.incra.gov.br/historico-do-incra>.

¹⁵ Um século antes, em 1876, o decreto nº 6.129 criou o Inspeção de Terras, Colonização e Imigração do Estado para gerir núcleos coloniais formados por imigrantes europeus e “promover a imigração e a colonização estrangeira”, como vemos no sítio virtual da Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) (<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=9839>). Esses núcleos podem ser considerados, segundo Camargo et al., “os primeiros assentamentos com intervenção do Estado em São Paulo” (CAMARGO et al 2016, p. 155).

financiou a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, causando grandes transformações no campo. De um lado, aumentaram as áreas de cultivo de monocultura de soja, laranja, cana-de-açúcar, dentre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados no campo (JESUS, 2011, p. 10).

Como afirma Hespanhol (2008), países como EUA, Canadá, Austrália, Brasil, Argentina e México expandiram substantivamente a produção agropecuária com a adesão ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Contudo, a estrutura fundiária brasileira preservou a concentração de terras já que, como afirmam Pires e Ramos (2009), ela não se estabelecia como “um obstáculo para a expansão da industrialização nacional” (Ibid., p. 418). Este financiamento se efetivou através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) “como principal estrutura de fomento à produção agropecuária” (DELGADO 2005, p. 57). Como explica Hespanhol, o crédito rural neste momento era o

principal instrumento utilizado para promover a modernização da agricultura (e) foi altamente seletivo, pois a sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores rurais. Os pequenos arrendatários, parceiros e meeiros com reduzido ou nenhum patrimônio não tiveram acesso ao crédito oficial em razão de não disporem das garantias exigidas pelo sistema financeiro (HESPANHOL, 2008, p. 382).

Como organizado na cartilha do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013/2014) sobre a legislação do crédito rural, a primeira lei que inicia a regulamentação do crédito rural no país é a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) para ordenar as instituições financeiras e creditícias. No ano seguinte, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro, define as atribuições do CMN e do Banco Central do Brasil, e formaliza o SNCR para conduzir os financiamentos ou, como afirma Gonçalves (2010), para canalizar parte dos depósitos bancários para o setor agrícola e para as agroindústrias¹⁶.

Ou seja, a modernização técnica tem seu caráter conservador justamente a partir desta política seletiva de crédito. Portanto, os médios e grandes “produtores rurais que tiveram acesso ao mercado de dinheiro conseguiram incorporar em suas funções de

¹⁶ Esta lei cria também o Manual de Crédito Rural (MCR) que, através do Decreto nº 58.380/66, define os objetivos específicos do crédito rural como sendo, como diz no parágrafo primeiro do Art. 3º, “estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor em seu imóvel rural”.

produção as inovações tecnológicas desenvolvidas, principalmente pelas multinacionais dos setores voltados para a agricultura” (HESPANHOL 2008, p. 419). Já as famílias rurais expulsas para a cidade, por terem suas terras absorvidas por esses produtores em modernização, esbarravam na especulação imobiliária, no desemprego e na falta de adaptação. Havia um descompasso entre a oferta e a demanda de trabalho, já que “a expulsão de mão-de-obra livre do setor rural foi mais forte vis-à-vis à absorção destes trabalhadores pelos núcleos capitalistas” (Ibid., p. 420).

Uma saída para essas famílias são, justamente, os projetos de assentamentos. Em sua maioria, o perfil das famílias de assentamentos na região de Ribeirão Preto é de “trabalhadores migrantes que, entre os anos de 1970 e 1990, vieram, geralmente, da região Nordeste para, temporariamente, trabalhar nas agroindústrias de cana ou laranja, de modo informal e precário” (MELO et al. 2016, p. 49). As migrações geraram, para os excluídos do campo, um processo de “desenraizamento”, que significou a perda das múltiplas raízes culturais, fragmentando a identidade do sujeito, pois, como afirmam Alvaides e Scopinho (2013), “a ‘base objetiva material’ desta nova condição de vida não condiz mais com a ‘configuração subjetiva do sujeito’” (Ibid., p. 288). O indivíduo desenraizado busca reconstruir sua identidade, introduzindo-se em movimentos de luta pela terra, conseguindo trabalho e melhores condições de vida. Desta forma, como afirmam Ferrante e Filho (2009), os projetos de assentamento têm como objetivo dar “acesso à terra a uma população que em seu passado viveu no campo e, em razão da modernização agrícola, foi obrigada a deslocar-se para outras regiões ou centros urbanos em busca de melhores condições de vida” (Ibid., p. 04).

Em seguida veremos como estas populações atingidas pela expansão das agroindústrias passaram a ter um espaço dentro do Estado brasileiro.

II.2 – O Pronaf e a inserção do pequeno produtor rural na agenda do desenvolvimento.

Seguimos, então, para mostrar a transformação do rural brasileiro, considerando a influência direta do Estado sob a tensão de agentes organizados.

Em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), como explica Grisa (2012), representando um crédito rural de custeio

diferenciado ao produtor rural. Em 1996, fruto de mobilizações¹⁷ para ampliação do público alvo do Provape e por novos direcionamentos do crédito, preenchendo um espaço institucional vago. O Provape foi substituído, através do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a “finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Art. 1º). A intenção do Pronaf é financiar

projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, (...) seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários¹⁸.

A Portaria nº 38 especifica os limites que devem ser considerados para a construção de um projeto técnico de crédito para o financiamento de sistemas de produção de base agroecológica (como o caso do PDS da Barra) ou para transição agroecológica. O Art. 2º desta portaria determina que, para esses sistemas, o Pronaf não poderá contemplar o uso de:

- I - fertilizantes sintéticos de alta solubilidade;
- II - agrotóxicos, exceto os biológicos e os produtos fitossanitários registrados com uso aprovado para a agricultura orgânica;
- III - reguladores de crescimento e aditivos sintéticos na alimentação animal; e
- IV - organismos geneticamente modificados (BIANCHINI, 2014, p. 40).

Para Grisa, o Pronaf “significou a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar” (GRISA, 2012, p. 13). Como mostram Saron e Hespanhol (2012), o Pronaf foi criado com o objetivo de financiar “projetos individuais e coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária”¹⁹. Segundo o sitio virtual do Ministério do

¹⁷ Como explica Grisa (2012), o II Grito da Terra Brasil foi realizado em 1995 organizado pelas entidades – CONTAG, CUT, MST, MAB, CNS, MONAPE, CAPOIB e Organizações das Mulheres Trabalhadoras Rurais, reivindicando “a inclusão dos pescadores artesanais, pequenos garimpeiros e extrativistas no público beneficiário, (...) destinação de 40% dos recursos totais deste Programa para o crédito de investimento; a priorização dos recursos de custeio para culturas alimentares e algodão; a concessão do crédito para a unidade produtiva e não por produto”, entre outros (p. 109).

¹⁸ <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>.

¹⁹ <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>.

Desenvolvimento Agrário, o programa vê a necessidade do crédito por parte da família, para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Isto é, o Pronaf prevê o

apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural²⁰.

Desta maneira, o modelo de modernização conservadora deixa de ser exclusivo dos grandes e médios produtores rurais, pelo menos em relação ao acesso do produtor familiar ao mercado de crédito. Até o início dos anos de 1990, o apoio ao projeto de modernização conservadora iniciado em 1964, inclusive e, principalmente, de crédito – era para adesão do médio e do grande produtor aos avanços tecnológicos, que se preocupavam exclusivamente em aumentar a produtividade agrícola. O Pronaf tem uma intenção diferente, já que o apoio do crédito é para o pequeno produtor rural em sua heterogeneidade.

Para Abramovay e Veiga (1999), o Pronaf é inovador, pois mobiliza, facilita e regula as atividades da sociedade civil, dando protagonismo aos agricultores familiares no planejamento, implementação e avaliação de projetos, principalmente através do financiamento de infraestrutura e serviços e do crédito de custeio e de investimento. Para os autores, já nos primeiros anos de atividade, o programa conseguiu produzir um ambiente institucional para o desenvolvimento rural. De acordo com os autores, desde o princípio o Pronaf beneficia em maior volume a integração agroindustrial, além dos agricultores que já tomavam crédito anteriormente. Para Gorgen (2012), o Pronaf foi o principal e mais massivo instrumento construído pelo Estado através do sistema bancário oficial, fazendo muito bem às famílias rurais, fomentando sua "permanência no campo, o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento da produção de alimentos e a melhoria da autoestima dos moradores do campo." (Ibid., p. 01). Entretanto, o autor vê limites estruturais no programa e entende que os avanços devem priorizar a estabilidade

²⁰ <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>.

do fornecimento de alimentos baratos, variados e de qualidade, além da preservação ambiental.

Em suma, como definido no Manual de Crédito Rural (MCR), o Pronaf “destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas” (MCR 2014, p. 113).

Para operacionalizar o Pronaf, foram definidos grupos que delimitavam o público alvo, sendo que o agricultor deva assinalar, na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), definida, segundo a Cartilha Pronaf de 2017, como o "principal instrumento para sua identificação", em que grupo pertence, conforme as características de sua Unidade Familiar de Produção Rural (UFPR). Preencher a DAP é o primeiro passo para aceder às políticas públicas.

Até 2002, como explica Fernandes (2013 p. 34), o programa separava os agricultores em 4 grupos: o A, referente “aos assentados da Reforma Agrária; B, destinado aos agricultores de baixa produção e pouco potencial de aumento; C, destinado aos agricultores com limitação de investimentos, mas com potencial de aumento, e D, aos agricultores estabilizados economicamente”. Em 2003, como mostra a autora, foram criados os grupos A\C e E. O primeiro é “destinado aos agricultores vindos do processo de reforma agrária e que passaram a receber os primeiros créditos”, e o segundo era “destinado aos agricultores com os melhores índices de renda bruta familiar no ano”.

Já em 2008, segundo Fernandes (2013 p. 38), “os grupos C, D e E acabam se tornando um grupo único, agora denominado Grupo Agricultura Familiar”. O novo rearranjo ficou definido por cinco grupos – grupos A, grupo B, grupo A/C, Agricultores Familiares e Demais Beneficiários – baseados na Lei nº 11.326 de 24/07/2006, que definiu as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecendo no Art. 1º, “os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL 2006). Logo, para o indivíduo se considerar, perante o Estado, um agricultor familiar ou empreendedor familiar rural e, conseqüentemente, ter acesso às linhas de crédito do Pronaf e outras políticas públicas, é necessário seguir os requisitos definidos no Art. 3º:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL 2006).

Os “demais beneficiários” são definidos no parágrafo 2 do Art. 3 que, de maneira geral, abarca os pescadores, aquicultores, silvicultores, extrativistas integrantes de comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais, que estejam enquadrados nos quatro requisitos acima.

Além da Lei nº 11.326, houve uma série de regulamentações relacionadas à agricultura familiar, como o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 2003; a Lei 10.831 (Lei da Agricultura Orgânica), de 2003; o Decreto nº 6.323, que criou o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SBCO), em 2012; o Decreto nº 7.830, que regulamentou os Sistemas Agroflorestais, em 2012; e a Portaria nº 38, que regulamentou a Produção Agroecológica, em 2014. Anterior ao Pronaf, houve ações pontuais do Estado na direção dos excluídos da modernização conservadora da agricultura brasileira, como o próprio Estatuto da Terra e a criação do Incra (já mencionados), além da criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (decreto nº 3.338 de 14 de janeiro de 2000²¹).

A criação do MDA e da Lei da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais demarcou institucionalmente “a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país” (GRISA & SCHNEIDER, 2015, p. 20). O MDA se contrapôs ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que é, segundo seu sítio virtual, “responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor”. Esta divisão institucional possibilitou o aumento de políticas públicas direcionadas a um grupo não dominante.

²¹ O MDA foi extinto pela MP Nº 726 de 12 de maio de 2016, e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) foi criada pelo Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, para assumir algumas funções do extinto MDA. Medidas que são produto das disputas entre determinados grupos de interesse, fazendo com que a “dualidade estrutural” expressa na existência de dois ministérios deixasse de existir ou que a força nessas lutas ficou ainda mais desigual entre os agentes (da agricultura familiar em relação ao empresariado) no campo.

Assim, temos que, a partir do Pronaf, mas, principalmente, com a mudança dos rumos do governo federal e a implementação do Programa Fome Zero, em 2003, foram criadas diversas políticas públicas²², acompanhando o aumento progressivo do valor do Plano Safra²³ para a agricultura familiar, passando de R\$3,5 bilhões, em 2003/2004, para R\$28,9 bilhões, em 2015/2016 (aumentando, aproximadamente, oito vezes e meia, no período do governo do pelo Partido dos Trabalhadores – PT), tais como: o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003; em 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; em 2006, o Sistema Unificado de atenção à sanidade animal (Suasa); em 2009, o Programa Terra Legal e o Programa Terra Forte, além do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determinar a compra de 30% da agricultura familiar (Art. 14 da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009); e, em 2010, o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) que, através do MDA, atuava na entrega de retroescavadeiras e motoniveladoras às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes, não localizados em regiões metropolitanas. Além de caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para o Semiárido (MDA, 2013, p. 35).

Atrelado a essa expansão das políticas públicas e do marco regulatório orientado à agricultura familiar, houve um efeito de crença, um reconhecimento “universal” de que a agricultura familiar é “moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos” (PICOLOTTO 2014, p.64). Contudo, a institucionalização da agricultura familiar não garante que seu desenvolvimento seja linear, mesmo que, por um lado, tenha sido formada uma base legal de reconhecimento, garantidora de direitos e políticas públicas a diversos grupos sociais que compõem esta categoria, pois, por outro, tornaram homogêneas distinções latentes no meio rural brasileiro, ao abarcar tanta diversidade em uma única categoria.

II.2.1 – O Estado e as vias de comercialização da agricultura familiar brasileira

Existem variadas alternativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Como afirmam Darolt et al. (2013), até os anos 2000 acreditava-se que os

²² Ainda em 2001, foram criados a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, e, em 2002, o Programa Cadastro de Terra e Regularização Fundiária.

²³ Para a agricultura empresarial, o Plano Agrícola e Pecuário passou de 27 bilhões para 187,7 bilhões, no mesmo período (2003/2004 – 2015/2016), aumentando, aproximadamente, 7 vezes.

supermercados, conhecidos como circuitos longos de comercialização de alimentos, eliminariam os circuitos curtos, inclusive os de orgânicos. Contudo, este prognóstico foi alterado na década seguinte, e os circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos passaram a tomar corpo, como se verifica a partir de 2012, com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que contabilizou “140 feiras ecológicas certificadas em 22 das 27 capitais brasileiras” (Ibid., p. 8).

Podemos dividir em 4 formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar: 1) Integração Vertical; 2) Vendas para distribuição ao agronegócio; 3) Venda direta e 4) Venda indireta.

A “integração vertical” corresponde à venda de produtos como matérias primas para o agronegócio como, por exemplo, o leite, fumo, tomate, suínos e aves, etc. As “vendas para distribuição” correspondem às vendas para “atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação” (FERREIRA et al., 2014, p. 687).

Contudo, a forma mais comum de comercialização são as vendas diretas, correspondendo a “todas as operações de entrega direta do produto pelo produtor ao consumidor final” (Ibid., p. 687). O parágrafo 19 do decreto nº 6.323 define a venda direta como a “relação comercial direta entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários ou preposto, desde que seja o produtor ou membro da sua família inserido no processo de produção e que faça parte da sua própria estrutura organizacional” (BRASIL, 2007). A venda direta é concretizada, principalmente, através da feira livre. Segundo as autoras, as feiras livres existem, no Brasil, “desde o tempo das colônias, e mesmo com o desenvolvimento global, elas ainda permanecem ativas, seja nas grandes ou pequenas cidades, sendo que nas pequenas cidades do Brasil elas são o principal e, às vezes o único local de comércio da população” (FERREIRA et al., 2014, p. 685). As vendas diretas também são efetivadas pela entrega em domicílio, feiras especializadas, eventos comerciais, lojas de produtores, além de vendas na própria propriedade.

Por sua vez, a venda indireta se caracteriza quando há somente um intermediário entre o produtor e o consumidor final. Este intermediário pode ser o Estado através dos mercados institucionais, “outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local” (DAROLT et al., 2013, p. 8). Os mercados institucionais formados pelo Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) buscam ser “um meio de aproximar a produção do consumo, aliando o incentivo à produção de base familiar à melhoria nos aspectos nutricionais” (KAMIMURA et al., 2012, p. 35).

A ligação do PNAE com a agricultura familiar, como explica Gomes e Lopes na Cartilha sobre o PNAE, formalizou-se na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009²⁴, no Art. 14, estabelecendo que,

do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.” (GOMES & LOPES 2017, p. 04).

Com isso, foi aberta mais uma possibilidade de mercado para a agricultura familiar, fundamental para o desenvolvimento rural brasileiro, principalmente no que tange à produção de alimentos e a alimentação escolar. Como afirmam Gomes e Lopes, o PNAE, para o agricultor familiar, “representa um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo”²⁵ (GOMES & LOPES, 2017, p. 05).

No mesmo sentido do PNAE, em 2003, a Lei nº 10.696 instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito do Programa Fome Zero, com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) como principal operador (BRASIL, 2003; SOARES, 2011). Em resumo, o PAA tem o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Desta maneira, o PAA atua no campo da comercialização, cuja finalidade é completar o ciclo que se inicia na produção de alimentos pela agricultura familiar, incentivado pelo crédito do Pronaf.

²⁴ A constituição de 1988 assegurou que os governos federal, estaduais e municipais devessem garantir o direito civil à alimentação escolar aos alunos do ensino fundamental público. A partir de 12 de julho de 1994, a Lei nº 8.913 iniciou a descentralização dos recursos do Programa, através de convênios com os municípios e com as Secretarias de Educação dos Estados. Em 14 de dezembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.784 concluiu a descentralização do PNAE através do repasse direto do FNDE aos municípios e secretarias de educação.

²⁵ E, para os alunos do ensino público, “é o acesso regular e permanente a produtos de melhor qualidade nas escolas: um passo adiante para a garantia de alimentos e hábitos saudáveis, com respeito à cultura e às práticas alimentares regionais” (GOMES & LOPES 2017, p. 05).

O PAA²⁶ faz uso de mecanismos que favorecem a aquisição direta de produtores da agricultora familiar a partir de suas cooperativas. A cooperativa comercializa os alimentos, disponibilizados pelos agricultores, com o governo, que forma estoques estratégicos e distribui aos que estão em maior vulnerabilidade social. Os alimentos comprados pelo Estado são repassados às “entidades assistenciais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e, ainda, para cestas de alimentos distribuídas pelo governo federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios” (KAMIMURA et al 2012, p. 37).

Em 2007, a criação do Sistema Brasileiro de Conformidade Orgânica, possibilitou que o agricultor familiar passasse a agregar valor simbólico e mercantil ao seu produto, com o selo SisOrg. Como vemos na cartilha do MAPA (2008B), existem três diferentes formas de formalizar que o produto é orgânico: a certificação por Auditoria²⁷, pelos Sistemas Participativos de Garantia²⁸ e pelo Controle Social para a Venda Direta sem Certificação – OCS²⁹. A primeira e a segunda formam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica com o selo SisOrg, como mostra a figura abaixo:

²⁶ O PAA se divide em seis modalidades: Apoio à Formação de Estoques, Compra Direta, Compra com Doação Simultânea, PAA Leite, Compra Institucional e Modalidade de Aquisição de Sementes (<http://www.mda.gov.br/portalmlda/noticias/como-acessar-os-mercados-institucionais>).

²⁷ A Certificação é feita por auditoria realizada por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura, obedecendo determinações tanto definidas internacionalmente, como aspectos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira. O produtor orgânico poderá vender seu produto no mercado interno com o selo SisOrg de Certificação por Auditoria e com o selo da certificadora.

²⁸ Por sua vez, os Sistema Participativo de Garantia, como vemos no MAPA (2008B), é um sistema composto por produtores, consumidores, técnicos e demais interessados que devem estar atrelados a uma Organização Participativa de Avaliação da Conformidade (OPAC) credenciada pelo MAPA, como a Rede de Agroecologia Povos da Mata (primeira OPAC do estado da Bahia), para que esta faça uma vistoria e permita o uso do SisOrg e do selo da OPAC.

²⁹A OCS pode ser formada “por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares” (MAPA, 2008B, p. 11). Elas devem se cadastrar nas superintendências do MAPA ou em outro órgão fiscalizador conveniado para que, em seguida, seja emitida a Declaração de Cadastro para cada produtor que deve estar sempre disponível no instante da venda direta. Desta maneira, os agricultores familiares entram no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

FIGURA 4: Selo SisOrg obtido por auditoria e o Selo SisOrg obtido pela Organização Participativa de Avaliação da Conformidade (OPAC), como explicado na nota de rodapé.



Fonte: <http://www.organicsnet.com.br>.

Já o Controle social na venda direta sem certificação é uma forma dos produtores venderem seus produtos como orgânicos, mas sem precisarem da certificação, valendo somente para venda direta. É necessário que os agricultores estejam vinculados a uma OCS para “garantir que o consumidor final sempre possa tirar suas possíveis dúvidas sobre o processo de produção do produto que está levando” (MAPA 2008A p. 09). Como afirma Nunes e Silva (2016), a certificação orgânica “é uma necessidade para expansão dos canais de comercialização e garantia ao consumidor final da qualidade no processo de produção (...)” (Ibid., p. 49). Esta alternativa de vínculo com uma OCS para conseguir o cadastro nacional é uma via mais democrática para os assentados.

II.3 – O MST, a luta pela terra e a incorporação do desenvolvimento sustentável

O êxodo rural e o desemprego dos que não eram absorvidos pelo trabalho industrial, demandavam organização e luta. A partir da segunda metade da década de 1970, as organizações dos trabalhadores rurais e camponeses voltaram a tomar corpo. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), “para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização”³⁰, formalizando a “atuação da parte do clero da igreja católica ligada ao movimento conhecido como Teologia da Libertação, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990” (CAMARGO et al., 2016, p. 150).

Na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi formado, tendo um embrião já em 1979, quando

³⁰ <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>.

centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar (...)³¹

O movimento, datado de 1984, constitui-se como um movimento camponês de âmbito nacional, “com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”³². Como vemos em Silva (2011), o MST se formou impulsionado pelo fluxo migratório gerado pelas políticas de modernização da agricultura. Assim, desde o princípio sua base social era “composta essencialmente de ex-camponeses expulsos de suas terras pelo avanço das atividades empresariais rurais” (Ibid., p. 32). Característica que moldou as práticas iniciais do movimento a partir dos costumes comunitários e de reciprocidade destes migrantes. Além disso, a gestação do movimento possuiu influência direta da Igreja Católica pelo trabalho da CPT, o que gerou um “(...) direcionamento coletivo na produção, elemento este por vezes estimulado pela Igreja Católica, a partir da fundamentação bíblica, baseada em ideais de solidariedade” (Ibid., p. 31). Já no final da década de 1980, “a base social do MST passa a incorporar em especial trabalhadores rurais assalariados, ocupantes de terra para se livrarem do assalariamento” (Ibid., p. 35). Como explica Borges, até 1985, a organização nos assentamentos era caracterizada por “pequenos grupos coletivos e grupos de ajuda mútua, que tinham o objetivo de se organizarem contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo. Foram práticas isoladas e articuladas no contexto local de forma espontânea” (BORGES 2009, p. 04).

O objetivo inicial, definido pelo MST, era a luta pela terra, objetivada em estratégias de ocupações para desapropriações de latifúndios improdutivos, o que expandiu o movimento por todos os Estados brasileiros, já na década de 1990. Neste processo, o MST avançava em suas pautas, percebendo que “a terra em si não significa a superação de suas demandas, pois estas são amplas, e se encontram também na reivindicação por créditos, estradas, saúde, educação, lazer” (SILVA, 2011, p. 30). Após 1985, como explica Borges (2009), a organização coletiva nos assentamentos passou a ser caracterizada por associações de trabalhadores, que se preocupavam sobretudo com a infraestrutura dos assentamentos. A adoção do cooperativismo pelo MST buscava formar “uma estrutura político-organizacional pautada em objetivos que assegurariam a

³¹ <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>.

³² <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>.

minimização da pobreza no campo, através do desenvolvimento das relações de trabalho superiores àquelas tradicionalmente constituídas” (Ibid., p. 04).

Durante o regime militar brasileiro, diminuíram os assentamentos rurais. No estado de São Paulo, por exemplo, entre os anos de 1964 e 1980, explica Camargo et al. (2016), não houve novos projetos de assentamentos, contudo, em 1985, com o fim do regime militar, foi promulgada a Lei Estadual 4.957/85 que prevê a formação de assentamentos “em terras públicas ociosas, mal utilizadas ou utilizadas irregularmente” (BRASIL, 1985A, p.156). Desta forma, entre 1984 e 1994, o governo estadual assentou, aproximadamente, 1.675 famílias em 24 projetos, em áreas de dez municípios (CAMARGO, 2016).

Como vemos em Bruno (2002), em meio às tensões para a Constituinte em meados dos anos 1980, foi criado, pelo Decreto 91.766 de 10/10/1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que seguia as determinações do Estatuto da Terra. Contudo, de acordo com Bruno (2002), paralelo ao desenvolvimento produtivo nos assentamentos do MST, era necessário que o movimento entrasse na luta política, já que se estruturava também a União Democrática Ruralista (UDR), organizada por donos de terras para defender o direito à propriedade, a manutenção da estrutura fundiária e seu modelo produtivo baseado na monocultura de larga escala. Entre 1986 e 1989, a UDR foi presidida por Ronaldo Caiado, que ainda lidera, em 2017, a bancada ruralista no senado, por Goiás. Reeleito em 2015, ele se organiza para frear a reforma agrária e aprovar medidas que favorecem os grandes proprietários rurais. Como explica Bruno (2002), a UDR nasceu, tendo o *lobby* como prática, além de utilizar da “intimidação e a violência física como principais instrumentos de luta política” (Ibid., p.292). O grupo critica os “currais eleitorais”, clientelismo, corporativismo, e defende o voto classista (Ibid., p. 292). Ou seja, os grandes donos de terras se uniram em torno da UDR para defender seus interesses dentro do Estado brasileiro³³.

Desta maneira, a luta entre o MST e os grandes produtores rurais era pelo controle do direcionamento da reforma agrária e pelo acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura. O objetivo do movimento, então, era lutar por espaço no orçamento do Estado, visando abrir condições para compra de máquinas, insumos, etc. e acesso ao, até então, inexistente mercado de crédito subsidiado pelo Estado. Como

³³ Mesmo com as regulamentações do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), acusadas de criminalizar a luta pela terra por atacar a estratégia de ocupação territorial, o MST conseguiu passar de 65.565 famílias assentadas entre 1990-1994 para 299.323 entre 1995-1999 (CARVALHO, 2005, p. 06)

explica Borges (2009), “para o MST, o desenvolvimento dos assentamentos, via incentivo governamental, seria possível através de uma organização que viabilizasse economicamente os assentados – as cooperativas” (Ibid., p. 04). Segundo o autor, nas cooperativas de produção agropecuárias (CPAs) era previsto o uso de técnicas de produção modernas, o trabalho coletivo tinha inspiração na organização fabril, buscando “alta produtividade e acesso à competição no mercado interno e externo (o que) levou as CPAs a direcionarem a produção para culturas de larga escala, principalmente milho, algodão e soja” (Ibid., p. 10). A partir da segunda metade da década de 1990, o MST começa a diversificar suas estratégias em relação ao seu modelo produtivo. A absorção das técnicas modernas pelas cooperativas gerava os “velhos” problemas sobre a mão-de-obra. Além disso, os mercados de commodities deixavam os produtores dependentes das variações externas, isto é,

esse tipo de produção era extremamente dependente de fatores externos, principalmente, os implementos agrícolas da indústria e o preço de venda da produção, regido internacionalmente (commodities). As cooperativas ficavam reféns da volatilidade do mercado para escoamento e comercialização da produção. A matriz tecnológica moderna oferecia riscos econômicos para os assentamentos; além de ser dependente de recursos externos, a rentabilidade para o montante de associados era muito pequena (BORGES, 2009, p. 10)

Assim, aos poucos, o cooperativismo produtivista foi perdendo sua centralidade no modelo produtivo do MST, dando lugar à agroecologia. A partir do 3º Congresso Nacional do MST, em 1995, realizado em Brasília, a retórica do desenvolvimento sustentável é incorporada no discurso político do movimento, propondo, justamente, a desconstrução do modelo produtivista, como explica Borges (2009). Também em 1995 o MST passa a fazer parte da Via Campesina³⁴, “como forma de realizar alianças estratégicas e construir uma plataforma mais ampla de embate político”³⁵ (Ibid., p. 14).

³⁴ A Via Campesina é uma instituição internacionalista que congrega pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres camponesas e comunidades indígenas de distintos países do globo, e tem como objetivos lutar pela preservação ambiental, pela defesa da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais, alarmantemente fagocitados nas últimas décadas pelo modelo do agronegócio (SILVA 2011, p. 51).

³⁵ Além do MST, foi criado, ainda, o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1988, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 1991, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em 1996. Esses grupos, organizados a partir de suas identidades sociais, explica Altafin (2007), pressionam o Estado por políticas que os inclua. Por exemplo, como afirma Grisa (2012), na Constituinte de 1988, representantes do fórum da agricultura familiar argumentavam sobre a importância econômica dos pequenos produtores na produção agrícola nacional, ainda que com grande desigualdade fundiária e de dificuldades de acesso ao Estado, defendendo uma política agrícola diferenciada para pequenos produtores.

Por sua vez, no ano 2000, o 4º Congresso Nacional do MST, ocorrido em Brasília traça novas diretrizes para seu modelo produtivo e luta política em geral, pautados sobretudo nos princípios da agroecologia, que combina saberes modernos de uma agricultura sustentável à valorização dos saberes locais e tradicionais, não sendo estes mais considerados um entrave. Logo, “os novos princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável foram direcionados para os assentamentos rurais, iniciando as estratégias de transição agroecológica” (Ibid., p. 14).

Como explica Borges (2007), os assentamentos começaram a transição gradual de uma agricultura baseada na revolução verde para uma agricultura sustentável, o que demandou uma transformação de valores e práticas. Daquela intenção de padronizar a produção com a especialização de função e utilização de recursos externos, preservou-se a organização coletiva. Entretanto, “na agroecologia, o trabalho coletivo tem que estar articulado com as necessidades dos contextos locais – diferentemente do paradigma dependente da indústria e dos preços do mercado, externo à realidade dos assentamentos rurais” (Ibid., p. 147). Como afirma o autor, a incorporação da agroecologia à luta pela terra gerou uma nova delimitação da sua oposição. Se antes a disputa era sobretudo com os latifúndios, que representavam a concentração fundiária, agora a oposição é contra tudo o que está a ele acoplado, isto é, sua apropriação por grandes empresas multinacionais produtoras de insumos, máquinas e fomentadoras de pesquisas em biotecnologia, como os transgênicos, preocupada com a especulação com a terra e em sua riqueza financeira.

Além do latifúndio improdutivo (principal adversário do Movimento até o início dos anos 2000), as empresas multinacionais e o agronegócio são extremamente combatidos, sobretudo pelas mobilizações internacionais organizadas pela Via Campesina. Esse embate possui como contraponto a agroecologia e seus princípios, totalmente diversos ao paradigma agrícola agroexportador (BORGES 2007, p.148).

A inserção da agroecologia nos assentamentos é recente e submete o modelo produtivo e organizativo à totalidade que envolve o econômico, social e ambiental, desafio que demanda recursos públicos – alvo de grande disputa entre os agentes do rural brasileiro, com o agronegócio possuindo maior peso dentro do Estado.

II.3.1 – O MST em Ribeirão Preto e o processo de formação do assentamento

O MST vem para Ribeirão Preto em 1999, com militantes jovens para construir o movimento neste município, a partir da conclusão de que o centro da luta pela terra no estado de São Paulo está nesta região, onde o agronegócio é dominante. Já em suas primeiras ocupações, o MST foi amparado pelo Sindicato dos Correios de Ribeirão – influência de Paulo Botelho, militante do movimento – além de obter apoio de entidades, sindicatos, partidos e forças políticas. E, em meio a ocupações sem sucesso, como em Barretos (perto de Franca onde se pensava em formar uma regional do movimento), e em Matão, o MST forma o assentamento Sepé Tiaraju, no município de Serra Azul (entre Ribeirão Preto e Serrana), devendo ali aplicar uma produção que fosse sustentável, agroecológica.

Determinante para a consolidação do MST na cidade, o apoio da arquidiocese ribeirão-pretana cedeu o Sítio Pau D’Alho, desativado nos anos 1980, que foi transformado no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, “centro de atividades políticas do MST na região de Ribeirão Preto, bem como a coordenação regional de todas as suas atividades, associados a um projeto político de formação de quadros para a luta pela terra” (FIRMIANO 2009, p. 97). O Centro de Formação era um espaço onde também se ofereciam cursos em diversas áreas do conhecimento, com militantes e acadêmicos, promovendo-se cursos técnicos de produção coletiva e sustentável, com foco na agricultura orgânica e na preservação, além de cursos de teatro, música e cursos de alfabetização de jovens e adultos.

O processo de desapropriação da Fazenda da Barra teve início, quando, no ano 2000, a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto encaminhou um pedido de vistoria da área ao Inca. Em seguida, como explica Gonçalves,

(...) a Superintendência do INCRA em São Paulo assumiu o compromisso de vistoriar a Fazenda da Barra e encaminhar o processo para apreciação dos órgãos competentes em Brasília. Isto foi feito após a conclusão de um relatório agrônomo realizado pelos técnicos do INCRA em parceria com o ITESP. Neste relatório técnico, a Fazenda da Barra foi apontada como uma propriedade rural improdutiva (...) (GONÇALVES, 2010, p. 85).

A Fazenda da Barra pertencia à Fundação Sinhá Junqueira, tradicional “instituição assistencial da cidade de Ribeirão Preto. Quando o MST ocupou a área, os proprietários eram sócios da Robeca Participações Ltda e da I.S.I Participações Ltda, duas empresas que utilizavam as terras da fazenda para o cultivo de cana-de-açúcar, soja

e amendoim” (GONÇALVES 2010, p. 27) com o projeto de construir um condomínio de luxo, como afirma Firmiano (2009).

Até a desapropriação ser concretizada, houve a luta por meio da ocupação da área. Dia 02 de agosto de 2003, como descrevem Firmiano (2009) e Gonçalves (2010), aproximadamente cem famílias (posteriormente somando mais 300), lideradas pelo MST, ocuparam o Sítio Bragheto, uma área ao lado da Fazenda da Barra, já que, com as regulamentações do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), as ocupações dificultariam o processo de desapropriação da área ocupada. Nesta ocupação se formou o acampamento Mario Lago, como estratégia para pressionar o governo federal a desapropriar a fazenda.

No acampamento, o MST já havia levado às famílias sua estrutura política-organizacional, o que levou a um estranhamento por parte de muito acampados que possuíam até então "experiência cotidiana privada, seja nos centros urbanos ou no espaço rural - em que estavam nas condições de trabalhador assalariado ou trabalhador volante" (FIRMIANO 2009, p. 110). O acampamento era dividido por núcleos com representantes, escolhidos em eleição direta, que compunham a coordenação geral, instância administrativa e deliberativa composta pelos coordenadores dos núcleos. Desta forma, o MST formava militantes adaptados à participação coletiva e para realizarem discussões democráticas sobre a comunidade. Em seguida são criados setores administrativos como o "setor de saúde e higiene, de segurança, de esporte, cultura e lazer; de finanças; de educação; de produção e a secretaria" (Ibid., p.111).

Como explica Firmiano (2009), a estratégia seguinte foi levar parte do acampamento para o parque Maurílio Biagi, ao lado da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, um acampamento que durou 10 dias com mais ou menos 420 sem-terras ligados ao MST (vieram assentados do Sepé também). Em 21 de novembro, esses acampados e as famílias acampadas no sítio Bragheto foram para o bairro parque dos Flamboyans, a partir de uma proposta da prefeitura de Ribeirão Preto, onde ficaram por 4 meses até uma nova ofensiva à Fazenda da Barra, ocupando uma estrada vicinal que passa por toda a área da fazenda. Esta ocupação gerou uma ordem judicial de reintegração de posse e a polícia chegou cedo, com 8 viaturas e um helicóptero para retirar as famílias do local. Depois de alguma resistência, amparado na decisão do promotor do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários, Marcelo Pedroso Goulart, de que aquelas terras não cumpriam sua função social e não deviam ser executada sua reintegração de posse, a

qual não foi cumprida, forçando as famílias a se deslocarem para o “sitinho” (sítio ao lado na fazenda da Barra), cedido por um simpatizante do movimento (Ibid.).

Em 10 de fevereiro de 2004, 150 integrantes do MST ocuparam uma área da prefeitura em frente à fazenda. Em 21 de outubro de 2004, foi feita uma ocupação com cerca de quatrocentas famílias, que acabou sendo definitiva, já que em dezembro de 2004 "o presidente da República assinou o decreto destinando a área para fins de reforma agrária" (Ibid., 2009, p. 118).

Entre 2004 e 2007, ano da constituição legal do assentamento, este ficou conhecido como "pré-assentamento", definido assim pelo próprio Incra para projetos que ainda não haviam se tornado assentamentos rurais. Como explica Firmiano (2009), o MST acredita que este período tenha sido somente para retardar a formalização do assentamento, atrasando também as políticas públicas destinadas a ele, já que neste período de pré-assentamento não havia assistência nenhuma às famílias. Neste espaço de tempo, foi elaborado pela coordenação do MST, e deliberado pelas famílias acampadas, um regimento interno para o acampamento, a fim de estabelecer parâmetros para a construção de uma sociabilidade coletiva no âmbito cotidiano. Este regimento proibia qualquer forma de agressão, de consumo de bebidas alcoólicas, assim como quaisquer infrações presentes no Código Penal. No começo do acampamento, explica o autor, foi definido em assembleia que o MST orientaria a organização política, o que levou o movimento a poder propor seu sistema organizativo, definindo algumas regras de convivência, como a presença contínua em reuniões, o que gerou conflitos. Segundo Firmiano (2009), ainda na ocupação no Parque dos Flamboyans, foi deliberado que um acampado desrespeitou o regimento interno e deveria ser expulso do acampamento. Porém ele, e mais seis famílias, sob a bandeira do Movimento de Libertação dos Sem-Terras, fundaram outro acampamento denominado Sandro Dias, agregando mais famílias em seguida.

Por fim, em 2006, “a Justiça Federal de Ribeirão Preto, por meio do juiz Nelson Porfírio, autorizou o Incra a construir o assentamento rural na antiga Fazenda da Barra. O valor da desapropriação foi fixado pelo Incra em R\$ 23 milhões” (Ibid., p.132). E em junho de 2007, foi formalizado o assentamento na Fazenda da Barra, com o nome de PDS da Barra, especificando o modelo de assentamento sustentável.

CAPÍTULO III – A construção social da oferta de cestas de alimentos agroflorestais

Podemos dividir a construção social da oferta de cestas em dois processos, a produção e a comercialização. Desta forma, o objetivo será mostrar a construção social do campo da produção de alimentos agroflorestais e a construção social do campo da comercialização das cestas desses alimentos, identificando os elementos não econômicos, que influenciam tais construções.

Para isso, dividimos este último capítulo em 2 partes. A primeira mostra, a partir da pesquisa de campo, a construção social da comercialização das cestas. A segunda mostra o resultado do trabalho de campo, evidenciando a construção social da produção.

III.1 A construção social do campo da comercialização

Em seguida traremos detalhes sobre a primeira parte da comercialização, a reunião que antecede o pregão. Em outras palavras, observei, em pesquisa de campo, que a reunião do grupo é parte essencial para a construção da oferta das cestas de alimentos, possibilitando, junto com a demanda de alimentos orgânicos, a construção do mercado das cestas.

III.1.1 A reunião

Como vemos no relato de Cristine, o grupo requer seriedade dos membros:

tem alguns que saíram, outros que entraram, mas a base é a mesma. A gente é exigente, a gente pede para participar das reuniões pra organizar nossas coisas, quem não participa fica de fora, então tem gente que não tem vontade ou tempo disso né (Cristine, 04/2017).

Particpei de uma dessas reuniões, que passo a descrever:

O grupo se reúne uma vez por semana para discutir temas em comum ao grupo e até assuntos individuais (como problemas familiares). Em seguida à reunião, há aquilo que eles chamam do pregão. Assim, a reunião serve para dar coesão ao grupo e desenvolver novas estratégias de comercialização.

FOTO 6: Reunião da cooperativa Comuna da Terra na sede do assentamento Mario Lago



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

A composição desta reunião foi de 15 mulheres, dentre elas duas estudantes de jornalismo que queriam conhecer as agroflorestas para um trabalho acadêmico. Uma é formada em um curso relacionado ao meio ambiente. E 15 homens, dentre eles, eu, Augusto, argentino que estava conhecendo projetos agroflorestais no Brasil e, neste momento, estava estagiando no Mario Lago, além de um consumidor que queria conhecer a cooperativa, 9 mulheres e 7 homens têm mais que 55 anos.

Inicialmente, Seu Nei anotou os nomes dos presentes e foi responsável pela ata. A reunião, em geral, foi coordenada por Vandei, como vemos na foto abaixo:

FOTO 7: Reunião da cooperativa Comuna da Terra na sede do assentamento Mario Lago



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

A pauta da reunião teve diversos itens, seguindo, principalmente, três vieses: a questão do trabalho, a relação da cooperativa na rede da agrofloresta e a produção e comercialização.

Sobre o primeiro ponto, foi levantada a questão da presença no último mutirão para montar a agrofloresta de outro assentado, além da necessidade de organizar o próximo. Foram recolhidos 10 reais de cada assentado para comprar mudas. Neste momento Paraguai reclama a necessidade de planejamento. Ele questiona se os canteiros foram preparados e que não deveria ser pedido dinheiro para as mudas, já que estas, com mais planejamento, poderiam ter sido preparadas por eles mesmos. Entretanto, foi respondido que isto foi acertado coletivamente na reunião anterior, o que não dava margem para esta reclamação. Todos os assentados que faltaram no último mutirão se justificaram. A maioria tinha sido delegada a estar em um evento relacionado à agrofloresta. Por sua vez, Paraguai pagou a multa de 30 reais estipulado em reunião e outro assentado faltou no mutirão e nesta reunião.

Naquele momento, instaurou-se uma polêmica em torno da multa para quem faltar no mutirão. Uma senhora defendia que o pagamento não era efetivo, que o valor não pagava o dia de trabalho de outra pessoa, além da própria dificuldade em conseguir serventes para trabalhar no mutirão. Seu posicionamento se resumiu em sua fala: “a mão-de-obra é nossa moeda. É fácil pagar e não ajudar”. Foi decidido coletivamente, portanto, acabar com a multa e dar à responsabilidade de quem faltar colocar alguém em

seu lugar para ir ao mutirão. Desta maneira, não haveria o risco de diminuir a mão-de-obra e frear o avanço do trabalho. Entretanto Dona Zilda questiona: “mas quero ver se vão realmente (no mutirão) sem o peso da multa!”.

Avançando na pauta, Vandef iniciou a discussão para organizar a ida a um SAF em outra cidade, com o objetivo de intercambiar conhecimentos e experiências. Foi definido, então, os interessados, destacando a necessidade de se calcular os custos da viagem. Em seguida, Vandef alerta sobre a visita de 100 alunos da faculdade de direito da USP. Ficou decidido (e delegado) quem deveria buscar mais detalhes sobre a visita, como data, horário, se a alimentação dos alunos será no assentamento, demandando, assim, a cobrança de uma taxa, por exemplo. Além de esclarecer a intenção da visita, para que o grupo definisse o viés da apresentação, ou seja, se deveriam organizar a visita para os alunos conhecerem mais sobre a questão da produção agroflorestal, sobre a comercialização ou sobre a questão política e organizacional do assentamento.

Em seguida, Luciano dá um informe de que as visitas dos consumidores aos lotes, como parte do processo de certificação, foram remarcadas para outra data por problemas de planejamento e custeio. Neste momento, quando a estudante de jornalismo pede para marcar uma ou algumas visitas para conhecer as agroflorestas, ninguém se voluntariou de imediato, havendo um direcionamento a Paraguai, já que a estudante chegou até o assentamento pelo contato com sua filha, Rafaela. E, após ele falar “depois não vão dizer que é só lá em casa...”, outros se sentiram à vontade em oferecer seu lote para visita da estudante. Ficou definido que Seu Nei combinaria com ela, o que ocorreu rapidamente e paralelo à reunião.

Já relacionada a questão da produção e comercialização, podemos frisar a preocupação acerca do conhecimento agroflorestal, através, por exemplo, do convite de Vandef aos demais, para comprar um calendário que organiza os períodos de plantio e colheita. Ele anotaria os interessados e disse que quanto maior a compra, menor o valor. De imediato houveram dois interessados.

Em seguida, Lucinei dá um informe sobre seu encontro com o secretário e a nutricionista da prefeitura do município de Batatais. A reunião foi sobre o interesse da cooperativa em participar da chamada do PNAE, que acontecerá em breve. Lucinei disse que o secretário considerou alto o preço que eles estão cobrando, e que, sendo assim, eles nem precisariam participar, pois não ganhariam. Luciano esclarece sobre o funcionamento do PNAE, conforme a última alteração da lei. Ele diz que “a última mudança da lei do PNAE define que a prioridade é para o produtor local, depois

regional.. grupo formal.. informal” e que “nós só poderemos concorrer se vier para o regional.. se não, o preço nem interessa”.

Lucinei, então, passa para outro informe, o da reunião com uma representante do restaurante “Tempero Brasileiro”. Ele conta que foi pedida uma lista com alimentos e preços que podem ser vendidos ao restaurante. Neste momento, Paraguai fala da necessidade de planejamento:

“tem que haver um pedido para que a gente trabalhe com isso.. eu tenho rúcula que já tá perdendo..eles têm que falar o quanto precisam para que a gente plante com este planejamento. Como a gente vai dizer o que temos para vender? Sabendo o que se precisa, podemos dizer o que podemos produzir” (Paraguai, 04/2017).

Após esta reunião, a disposição das cadeiras mudou para iniciar o pregão.

III.1.2 O pregão

O “pregão” é um momento importante para definir quais alimentos irão nas cestas em determinada semana. Vandei faz um pequeno resumo do processo de organização das cestas:

A gente faz uma reunião toda segunda às duas da tarde pra organizar a composição.. pra organizar os projetos.. e aí no final dessa reunião faz um pregão pra venda dos produtos. A gente tem um modelo da cesta que tem que montar né.. então tem que ter chá.. folhas.. folhas refogadas, legumes, frutas.. ou PANC também né.. produtos não convencionais também, como Taioba, Ora pro Nobis.. depende da época do ano, tem que colocar também. E aí o pessoal vem pra montar a cesta. A gente tem uma clientela que fez muito pela internet.. tem uma página do facebook que ajuda bastante e a gente participa dos eventos também.. das atividades que tem na cidade.. essas coisas.. tem que divulgar também (Vandei, 04/2017).

Ou seja, após a reunião, o pregão acontece da seguinte maneira: como vemos na foto abaixo, em frente à lousa fica Vandei, responsável por perguntar para os demais assentados quem tem determinados alimentos na ordem estabelecida, como vemos na primeira coluna da foto abaixo, ou seja, quem tem algum tipo de chá e de tempero, dois tipos de salada e de refogado, quatro tipos de legumes e de frutas, sendo que a cesta pequena fica com alguns itens a menos. Também na lousa (para anotar), fica outra pessoa – neste dia, ficou Rafaela. Os assentados que quiserem oferecer seus alimentos levantam o braço e dizem a quantidade oferecida, para Vandei somar e decidir, de

acordo com a quantidade de cestas daquela semana, quanto deste alimento deve ir para as cestas e quantos devam ir para os dois pontos de feira (Jardim Bela Lira e USP/Ribeirão), como na quarta coluna da lousa.

FOTO 8: Momento do pregão



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Abaixo temos a disposição dos alimentos em cada cesta (pequena e grande) e para as feiras, na lousa do dia 17/04/2017.

FOTO 9: A lousa do dia 25/04/2017.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Desta maneira, vemos que cada uma das 43 cestas pequenas irá conter: melissa (chá), cheiro verde (tempero), alface e chicória (saladas), espinafre (refogado), abóbora “cabotia”, rabanete e milho (legumes), limão, mamão e laranja (frutas). Já cada uma das 14 cestas grandes conterá: melissa (chá), manjeriço (tempero), alface e almeirão (saladas), couve (refogado), abóbora “cabotia”, rabanete, pimenta e milho (legumes), limão, mamão, abacate e banana (frutas).

Vandéi explica como é definida a composição das cestas:

A gente que define o padrão das cestas .. a pessoa que recebe não sabe o que vai ter na semana seguinte, na segunda-feira a gente define o que vai ter e a gente publica na segunda à noite pra pessoa sabe do que vai chegar na terça lá. E tem dois tamanhos, um pequena e uma grande.. a pequena dá em média 5 kilos e a grande 9 kilos.. No começo acontecia de ir muita folha, então a gente tenta variar. Folha tem que ter, mas enjoa muito, por exemplo, cheiro verde mesmo se você picar e guardar, já vai chegar outro na próxima semana e acaba acumulando, isso é complicado (Vandéi, 04/2017).

Para entender melhor sobre o grupo, é fundamental saber no que ele se baseia. Em resumo, o grupo é uma adaptação do conceito de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura),

modelo de um trabalho conjunto entre produtores de alimentos orgânicos e consumidores: um grupo fixo de consumidores se compromete por um ano (em geral) a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida os consumidores recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Desta forma o produtor, sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção. E os consumidores recebem produtos de qualidade, sabendo quem os produz e aonde são produzidos³⁶.

Neste modelo, é o grupo das cestas que define os produtos que virão. Eles buscam diversificar ao máximo, respeitando a época específica de cada alimento. De maneira mais geral, podemos entender a construção deste grupo a partir do conceito de empreendedorismo social.

O conceito de empreendedorismo social difere do conceito de empreendedorismo. Como explica Bose (2012), o conceito de empreendedorismo foi desenvolvido pela tradição liberal, aparecendo pela primeira vez em 1755, na obra “Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral”, de Richard Cantillon, descrito como o ato de um empresário assumir riscos em buscar de lucro. Posteriormente, em 1803,

³⁶ <http://www.csabrazil.org/csa/>.

Jean-Baptiste Say, na obra “Tratado de Economia Política”, coloca o empreendedor como um fator de produção, como o trabalho, o capital e a terra, e ressalta seu papel central na dinâmica econômica com “habilidade de reunir, planejar e combinar os diferentes meios de produção para oferecer novos bens” (Ibid., p. 32). Como afirma Bose, somente em 1911, na obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, que Schumpeter retoma o conceito de empreendedorismo, mas para fazer uma crítica à econômica liberal. Para ele, os mercados não eram perfeitamente competitivos e não podiam ter seu funcionamento explicado pelas leis do equilíbrio geral, já que o empreendedor rompe com o equilíbrio do mercado e de seu modelo organizacional. Para Schumpeter, o empreendedor é aquele que inova, por meio de sua criatividade e intuição, constituindo-se como principal motor do desenvolvimento econômico. Desde então, não houveram contribuições às ideias centrais de que o empreendedor é aquele que assume riscos e promove inovações, defende Bose.

Em 1980, explica Bose, o termo *Empreendedor Social*, que já vinha sendo construído por diferentes autores, foi atribuído ao indiano Bill Drayton, fundador da empresa Ashoka³⁷. No sítio virtual da Ashoka no Brasil, o conceito de “empreendedor social” dá sentido às ações daqueles “indivíduos que combinam pragmatismo, compromisso com resultados e visão de futuro para realizar profundas transformações sociais”, apontando tendências e

soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais, seja por enxergar um problema que ainda não é reconhecido pela sociedade e/ou por vê-lo por meio de uma perspectiva diferenciada. Por meio da sua atuação, ele (a) acelera o processo de mudanças e inspira outros atores a se engajarem em torno de uma causa comum³⁸.

A diferença do empreendedorismo social é seu encorajamento coletivo e valor social, geradora da ação inovadora, com visão de médio e longo prazo. Abaixo, Bose resume as características do empreendedor social:

³⁷ Conforme seu sítio virtual, a Ashoka se define como “organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social, trabalho e apoio aos Empreendedores Sociais – pessoas com ideias criativas e inovadoras capazes de provocar transformações com amplo impacto social. Criada em 1980 pelo norte-americano Bill Drayton, a Ashoka cunhou o termo Empreendedorismo Social e o caracterizou como campo de trabalho. Seus primeiros focos de atuação foram Índia e Brasil e hoje está presente em mais de 85 países” (<http://brasil.ashoka.org/quem-somos>). Acessado em 03/10/2017.

³⁸ <http://brasil.ashoka.org/conceito-0>.

- Podem ser oriundos ou ligados a setores lucrativos, não lucrativos ou públicos e destacam-se pela criatividade, determinação e foco na inovação social;
- São visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas;
- Conciliam o pragmatismo empresarial com habilidades profissionais e com a busca de benefícios sociais;
- Combinam risco e valor com critério e sabedoria;
- Desenvolvem ideias, procedimentos e serviços para resolver problemas sociais;
- Buscam promover mudanças sociais de longo alcance em seus campos de atividade;
- Criam parcerias e alianças estratégicas para promover transformações sociais e para sustentar a iniciativa;
- Suas iniciativas buscam emancipar as pessoas, tornando-as menos dependentes do governo e da caridade (BOSE, 2012, p. 37).

III. 1.3 A organização das cestas

Com as cestas definidas, todos se despedem e vão a outros afazeres.

No dia seguinte ao pregão, ou seja, todas as terças-feiras às 14 horas, os assentados devem voltar à sede com seus alimentos prometidos no dia anterior, para pesá-los e montar as cestas. A foto abaixo mostra a chegada de duas assentadas com seus alimentos.

FOTO 10: Duas assentadas chegando com seus alimentos disponibilizados no pregão do dia 17/04/2017



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Em seguida à chegada dos assentados, geralmente em uma camionete ou uma carroça, seus alimentos devem ser passados para caixas e organizado no mesmo galpão em que acontece a reunião e o pregão, como mostram as fotos abaixo.

FOTO 11: Alimentos na caixa, prontos para serem pesados.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

FOTO 12: Dona Zilda e Cristine organizando os alimentos nas caixas.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

FOTO 13: Organização das cestas. À esquerda as cestas pequenas enfileiradas.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Cada assentado deve pesar todos os seus alimentos e deixá-los disponíveis para que os mais jovens (filhos de alguns assentados) e outros assentados comecem a montar as cestas, pois às 15 horas estas são levadas aos destinos. A pesagem é feita de duas formas, quantidades maiores são pesados na balança mostrada nas duas fotos abaixo:

FOTO 14: Vandeí esperando a pesagem.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

FOTO 15: Momento em que dona Zilda pesa suas mandiocas, disponibilizadas para as cestas.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

E, como mostra a foto abaixo, a pesagem de quantidades menores é feita em outra balança.

FOTO 16: Pesagem de uma pequena quantidade de jiló disponibilizado por um assentado.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Em seguida, Vandeí faz uma nota (como mostra a foto abaixo) discriminando o peso de cada alimento para que o assentado possa cobrar e receber o valor correspondente ao da nota.

FOTO 17: Nota de seu Nei contabilizando a quantidade de alimentos disponibilizados por ele para as cestas desta semana.

QUANT.	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL
1,90	CORAÇÃO		
4,50	MAMÃO		
5,60	BANANA PAATA		
0,24	HORTIÇÃ		
4,02	OVOS		

Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Este processo mostra a racionalização advinda da preocupação econômica, ou seja, mesmo com o interesse coletivo do grupo, há um balanço relativo ao que “entrou” e ao que “saiu”, às receitas e despesas, ao que foi gasto e o que deve ser recebido para cobrir tais gastos.

Abaixo segue uma foto da cesta pequena quase pronta:

FOTO 18: Exemplo da cesta pequena em construção.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

III. 1.3 A venda/distribuição das cestas

Por fim, todas as caixas com as cestas são levadas, em geral pelos homens, para o caminhão. Abaixo, uma foto um pouco antes de serem levadas aos pontos de distribuição:

FOTO 19: Todas as cestas da semana organizadas no caminhão e prontas para sair.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

O caminhão é dirigido por Vandei, acompanhado por dois jovens (filhos de assentados) que ajudam no descarregamento e organização das cestas e da banca de venda direta:

FOTO 20: Caminhão para levar as cestas para distribuição.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Abaixo temos a banca de alimentos montada na escola Jardim Bela Lira para vender os alimentos que não foram para as cestas, permitindo que os consumidores escolham de forma avulsa.

FOTO 21: Jardim Bela Lira – Ponto de distribuição da cesta com venda direta às terças-feiras das 17 horas até as 19 horas.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Perguntado como se estabeleceu o contato com o Jardim Bela Lira, Cristine diz que

foi através da mãe de uma criança dessas escolas Waldorf, ela achava interessante essa linha de alimentação saudável e ela entrou em contato com o grupo para abrir um ponto. Eles se mostraram interessados e nós também. É através dessas pessoas, que estão nesta linha da alimentação saudável, que tem essas preocupações, que foi se construindo. Mas tiveram altos e baixos, o lugar não é obvio, nem todo mundo acha, você não passa lá a toa, não é uma avenida. Tinha tempo que era melhor. No início era mais individual, depois as pessoas desanimavam e paravam, então depois a gente tornou isso mais coletivo (Cristine, 04/2017).

Para fechar o ciclo, pergunto sobre os alimentos que não são comprados nem na cesta e nem nas feiras, Vandei responde que

Aqui no bairro tem uma escola que é uma ONG.. a Sathya Sai.. e aí minha esposa que fez contato com eles.. com o pessoal lá.. eles estavam precisando de doação, então a gente entrega lá na quarta-feira. E agora ta tendo a ocupação no Galo Bravo, então entrega pro acampamento lá também (Vandei, 04/2017).

Ou seja, em último caso os alimentos são doados para instituições que direcionarão a populações que necessitam alimentos. Já em relação ao prejuízo de não ter vendido uma parte dos alimentos nas feiras, Cristine explica como é feito o balanço

do que foi ofertado e o que não foi vendido. Este prejuízo não fica para o assentado, fica para o grupo.

A gente monta o que vai nas cestas e o que fica pra feira, tudo é pesado e pago. O que não vende, fica no prejuízo do grupo. E o que não é vendido, é doado. Depois se faz o balanço do mês, a gente tem um item que chama “perda”, entra nisso. Aí faz parte do balanço, ‘entrou tanto e saiu tanto, dentro desse que saiu, teve tais perdas e...’ então, se a gente coloca muito nas bancas porque diminuiu a quantidade de cesta e ainda não vende, a gente fica pra baixo (Cristine, 04/2017).

III.1.4 O ciclo entre produtor – rede social virtual – consumidor – pontos de distribuição

O processo de produção, de reunião para definição da cesta, transporte até os pontos de entrega e recebimento pelo consumidor, só acontece graças ao uso de uma página na rede social *facebook*, o elo entre o consumidor e o produtor/comerciante. Nesta página, denominada “Cestas Agroflorestais”, há um *link* onde é possível conhecer o “Funcionamento das cestas agroflorestais”, havendo uma apresentação dos produtores sobre a agroecologia, sobre o sistema agroflorestal, etc.:

As cestas agroflorestais são produzidas e comercializadas por um grupo de agricultores familiares do Assentamento Mario Lago, situado no município de Ribeirão Preto. O sistema de produção dos itens das cestas segue preceitos da agroecologia, o que inclui um cultivo sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, além disso, os produtos são provenientes de sistemas agroflorestais (SAFs), os quais, aliam produção de alimentos ao reflorestamento. Os produtores do grupo estão em processo de adesão ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos através de Organização de Controle Social (OCS). Para isso, no primeiro sábado de cada mês, é realizada visita às Unidades de Produção Familiares (UPFs) que compõem o grupo das “Cestas Agroflorestais”, que tem por finalidade proporcionar aos consumidores uma vivência e melhor entendimento da forma de produção de alimentos a que apoiam e da importância dela para a saúde humana e do ambiente.

Em seguida há a explicação sobre as formas de pagamento:

A adesão anual é feita na forma de mensalidades. Nos meses de 4 semanas, o valor é de R\$ 130,00 (relativo a R\$ 32,50 semanais) para a cesta pequena e de R\$ 180,00 (relativo a R\$ 45,00 semanais) para a cesta grande, a ser pago antecipadamente até o dia 10 de cada mês. Nos meses com 5 semanas, o coprodutor paga um valor proporcional a 5 cestas e no mês com 3 semanas, ele paga o valor proporcional a 3 cestas. O preço dos produtos não oscila durante o ano oferecendo estabilidade para produtores e consumidores.

Dedicaremos alguns parágrafos para explicar sobre a formação dos preços.

Perguntado como fazem para definir os preços dos alimentos pagos aos produtores, Vandei responde:

Fazemos uma média considerando os preços pagos pela CONAB e os preços que estão no mercado dependendo da época. Nosso preço varia muito pouco. Tem coisa que pesa mais, então o peso da cesta sobe mais (subindo também o lucro por cesta), por exemplo, quanto tem mais fruta e legume, o preço cai bastante (Vandei, 04/2017).

Já Cristine diz que

Nós fazemos uma média. Tudo é discutido em reunião, se alguém não está de acordo levanta mão e discutimos. Por exemplo, o preço do tomate, tem época do ano que ele está muito alto, tem época que ele fica mais barato, então fazemos essa média pra deixar o preço estável todo o ano (Cristine, 04/2017).

Na reunião em que tivemos a oportunidade de participar, foi discutido o preço a cobrar para tentar vender para a merenda escolar em Batatais. A discussão era em torno de como tornar o preço mais competitivo. Vandei disse que no preço das cestas se embute 20% de logística, sendo que, para vender em Batatais, deveriam colocar “60% de logística”, perdendo competitividade.

Em resumo, sobre o preço cobrado pelos alimentos, Zaqueu esclarece em entrevista ao Globo Rural³⁹:

Nós sentamos com os consumidores e definimos os preços que vão vigorar durante todo o ano, independentemente do que alterar no mercado. Isso tem dado muito resultado, porque, com a venda direta, eliminamos o atravessador do sistema. Quem determina o preço é o custo de produção.

Há também a explicação sobre as cestas, a quantidade de itens em cada cesta (grande e pequena) e sua composição genérica:

Os produtores se reúnem às segundas-feiras para decidir a composição das cestas. A cesta grande contem em média 11-13 itens, entre eles folhosas, legumes e frutas. A cesta pequena contem em média 8-10 itens, entre eles folhosas, legumes e frutas, e em menor quantidade. Essa composição varia dependendo dos produtos disponíveis no momento. A composição das cestas é divulgada todas as terças-feiras de manhã na página *Facebook*, no grupo *WhatsApp* ou por *e-mail*. Os produtos das cestas vêm dentro de uma sacola

³⁹

<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/05/mst-produz-cestas-agroecologicas-que-incentivam-pequenos-produtores-assentados.html>.

retornável, devendo a mesma ser trocada semanalmente nos respectivos pontos.

Em seguida, está descrito os pontos de retirada das cestas nos quais devem ser escolhidos somente um – União Geral dos Trabalhadores (UGT), onde funciona o Memorial da Classe Operária; Estação Luz, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, ligada em tecnologia sustentável; Loja Livre Leve, ligada à alimentação saudável; Escola Bela Lira, que adota a pedagogia Waldorf; e a ARFUSP, associação de funcionários ligados à USP – além de outros detalhes sobre a relação entre produtores, consumidores e intermediários.

Para iniciar o recebimento semanal da cesta, o consumidor deve se cadastrar, preenchendo uma ficha contendo: nome completo, telefone celular e fixo, e-mail, endereço, ponto de retirada da cesta, tipo e tamanho da cesta, dia da retirada, comunicados oficiais, forma de pagamento e dúvidas, observações ou comentários. Depois deste cadastro e da concordância virtual com os termos explicados no “Funcionamento das cestas agroflorestais”, o consumidor deve solicitar, através do *e-mail* dado, a versão oficial do “contrato de parceria que deverá ser assinado e entregue em papel” no ponto de retirada da primeira entrega da cesta. Este contrato segue este modelo, cedido na própria página:

FIGURA 5: Contrato presente na página do *facebook* de venda das cestas agroflorestais.

CONTRATO DE PARCERIA DAS CESTAS AGROFLORESTAIS

Nome completo _____

Telefone _____ Celular _____ E-mail _____

Endereço completo _____

Tipo de cesta Grande Pequena Adesão anual Teste 1 mês

Ponto de retirada UGT Estação Luz Bela Líria Livre Leve ARFUSP

Meio de comunicação Página Facebook Grupo Whatsapp E-mail

Forma de pagamento Dinheiro Cheque Transferencia Deposito

Termo de Acordo

CESTAS AGROFLORESTAIS – ASSENTAMENTO MARIO LAGO

Neste ato consigno minha intenção de fazer parte do Grupo das Cestas Agroflorestais, na qualidade de consumidor, condição que me dará direito a uma cesta semanal de hortifrúti agroflorestal proveniente de Unidades de Produção Familiares e áreas coletivas de Reserva Legal Manejada do Assentamento Mario Lago. Estou ciente de que o Grupo das Cestas Agroflorestais não é uma mera iniciativa de compra e venda de hortaliças, legumes e frutas, mas sim uma nova forma de consumo co-construída na relação entre o grupo de consumidores e os produtores do Assentamento que, ao mesmo tempo que oferecem alimento ajudam na preservação e recuperação do ambiente através do reflorestamento.

Os produtores se comprometem a produzir anualmente produtos agroflorestais e agroecológicos sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e a garantir uma produção variada e de qualidade respeitando a regionalidade e a sazonalidade. Comprometem-se também a adequar suas Unidades de Produção de acordo com as normas de conformidade da produção de orgânicos previstas na **LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**.

Estou ciente que nesse grupo, os riscos, sucessos, investimentos, fatura ou escassez de produção são compartilhados. Portanto disponho-me, dentro de minhas possibilidades, a ajudar nesta construção em conjunto, compreendendo dificuldades, auxiliando com sugestões, participando dos encontros e até possivelmente participando de atividades coletivas, como mutirões e visitas às Unidades de Produção, etc.

No caso de algum imprevisto impedir a entrega da cesta, ela será ressarcida.

Li o documento que descreve o funcionamento do Grupo das Cestas Agroflorestais e concordo com seu conteúdo.

Meu compromisso, enquanto consumidor, com os produtores será permanente, de forma que pagarei minha mensalidade em dia e sem interrupções, para que os recursos destinados ao custeio da produção agroflorestal (renovação de plantios e colheita) não sofra cortes.

Local e data: _____ Assinatura: _____

Fonte: <https://www.facebook.com/cestasagroflorestais/>

Com a entrega deste contrato e o pagamento, a participação efetiva do consumidor nesta dinâmica proposta, além da própria compra, pode ter início. O próximo passo é buscar a cesta, por exemplo, no Jardim Bela Lira, com a oportunidade de comprar o alimento separadamente também, como mostrou a foto 21.

III. 1.5 As limitações e o empreendedorismo do grupo

A demanda pelas cestas e feiras ainda é pequena, representando, segundo Vandei, 5% da quantidade de alimentos produzidos ano anterior, quando era vendido

também ao PAA pela Cooperares e ao PNAE pela Comater. Segundo Cristine, o grupo das cestas não consegue comprar mais pela demanda estável e incentiva os assentados a buscarem novas maneiras de comercialização.

A gente nunca tem condição de pegar tudo, mas a gente fala ‘tem que se organizar pra vender fora também’. Mas esse é o grande desafio, ter um planejamento constante, agroflorestal e coletivo. É muito difícil, porque não é como uma monocultura, então esse sistema de produção é um grande desafio que a gente não resolveu ainda. O que eu ia dizer, as pessoas também não querem plantar grande quantidade, porque a gente não dá conta de comprar tudo e nem necessariamente se consegue vender fora e, no momento, a gente não tem tantos canais de comercialização pra conseguir falar ‘tudo o que você produz, a gente compra’. Então pelo medo de perder, eles estão plantando menos. E, por exemplo, se acontecer de plantar pouco e ter algum problema, algum desequilíbrio do clima e perder, aí fica sem produção, então a gente tem uma margem muito pequena de erro. Aqui não tem seguro, perdeu, perdeu. De qualquer forma, sempre vai ter gente que vende mais. Então, quem vende mais é porque conseguiu plantar coisas que outras pessoas não têm, cheiro verde todo mundo tem, por exemplo (Cristine, 04/2017).

Em relação a minha dúvida sobre o procedimento de quem vende pouco em algumas semanas, por exemplo, Cristine responde:

Em épocas críticas de perda de produção por conta do clima ou ataque de animais, plantava e perdia tudo e a renda era quase zero, nesses momentos, a gente fazia uma fala coletiva e priorizava (os alimentos) dessa pessoa e os outros vendiam outras coisas. Mas isso é só nos momentos críticos, essas pessoas que estão com pouca produção, elas dão um jeito, elas fazem conservas, outras coisas minimamente processadas, aí a gente vende na banca (Cristine, 04/2017).

Desta forma, em busca de fortalecer a economia dos assentados, coletivamente, o grupo tem feito pequenos investimentos, mostrando seu potencial para empreender. Além do próprio caminhão, há uma despoldadeira para agregar valor à cesta, como explica Cristine:

A gente comprou pelo coletivo uma despoldadeira, uma máquina própria pra tirar a polpa da fruta. Então, por exemplo, a acerola que é uma ótima fruta, mas é muito frágil. Se tem uma mais ou menos, até chegar nos pontos em Ribeirão ela já estragou as outras. E fazer doce é muito caro, o agregado do vidro, do açúcar orgânico, tudo isso, fica inviável colocar na cesta. Uma forma seria a desidratação, mas a gente ainda não tem nada pra fazer isso (Cristine, 04/2017).

FOTO 22: Polpas

Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Desta maneira, os principais promotores do grupo buscam possibilidades que dê mais autônomo ao grupo perante o Estado e consiga renda suficiente para subsistência familiar. Podemos entender, na fala de Cristine, a importância deste empreendedorismo no que tange ao seu atrelamento à questão ambiental:

As pessoas que são mais engajadas são, muitas vezes, as mesmas do início, pelo perfil das pessoas que tem essa vocação pra ajudar, organizar, meio ambiente.. enfim... Antes as pessoas vendiam para as cooperativas daqui como a Comater e a Cooperares, mas pra mim não era uma coisa coletiva.. A Comuna da Terra vai ser uma cooperativa orgânica e com tendência a ser, ao máximo, agroflorestal. Essas duas cooperativas não são agroflorestais, elas são como as convencionais, mas que não usam agrotóxicos. A diferença entre a nossa cooperativa para as outras é que, primeiro se formou o grupo vindo com uma longa caminhada já para então formar a cooperativa, já sabendo que linha quer trabalhar (Cristine, 04/2017).

Entretanto, as estratégias de empreendimento e expansão do grupo são freadas devido à dificuldade de planejamento, como a falta de melhores condições de organização:

a gente faz poucas ações, nós temos medo de querer intensificar muito e não ter perna, porque os dois tem que andar juntos, o planejamento e a ação. Estamos esperando também sair a certificação, porque pode ser que mude os preços e também, uma vez que nós temos aquela estrutura lá (o barracão em construção) pode repensar a estrutura toda (Cristine, 04/2017).

Ou seja, o grupo vê a certificação de produtos orgânicos como principal caminho do seu crescimento. Ideia também evidente nas palavras de Nei (Carlos): “Em breve vai sair a certificação orgânica pro nosso grupo, aí as coisas vão melhorar né, a gente pode,

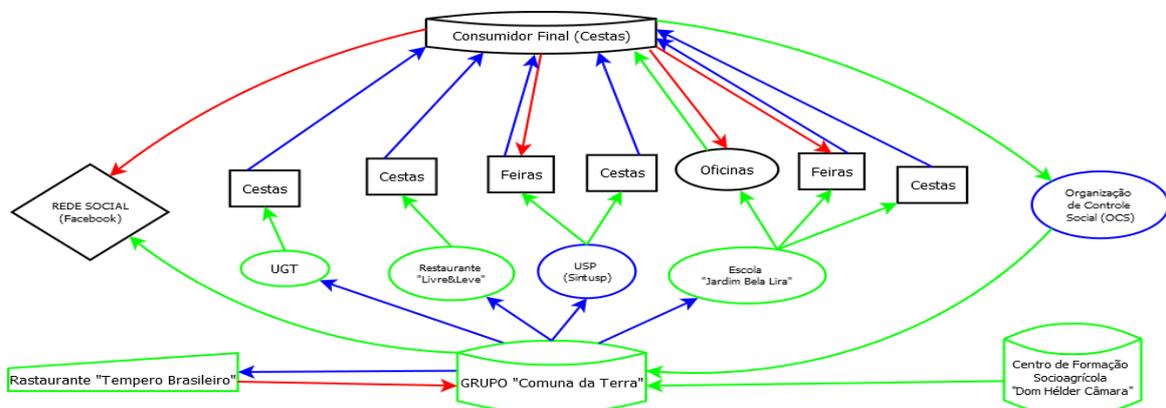
por exemplo, abrir um estabelecimento fixo na cidade. Porque sem a certificação a gente nem pode vender falando que é orgânico, o que mexe no preço e tal” (Seu Carlos, 03/2017).

Todas (as cooperativas) estão no processo de certificação, então tem a visita nos lotes... nós fizemos um manual com todas as normas. Então a ideia é já começar com orgânicos, porque fica muito difícil trabalhar um grupo com certificação orgânico e o outro não, não pode usar o mesmo caminhão. A certificação é bem muito complicada, é muita burocracia. Faz dois anos que estamos caminhando, com as visitas e etc. Já avançou, por exemplo, agora todo mundo tem fossa séptica, então o processo de certificação foi um impulso para as pessoas darem uma agilizada nisso, colocar quebra vento, cobertura de sol.. tem muita coisa que esse sistema necessita, mas já melhorou bem. Tem pessoas mais avançadas e pessoas menos, tem pessoas com mais idade que vivem sozinhas que é mais complicado.. (Cristine, 04/2017).

Como explicam Nunes e Silva (2016), em 2013, cinco assentados começaram o processo de certificação participativa “vinculados a uma Organização de Controle Social (OCS) denominada Associação Agroecológica Terra Viva de Ribeirão Preto e Região, existente desde 2002 e formada por consumidores, comerciantes e produtores agroecológicos” (Ibid., p. 49). Por sua vez, em julho de 2015, “as 80 famílias envolvidas com a implantação das agroflorestas iniciaram o processo de certificação via OCS com acompanhamento do Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara” (Ibid., p. 49).

Após esta explanação sobre a construção do campo da comercialização das cestas, podemos construir o diagrama de rede, a seguir:

FIGURA 6: Diagrama da rede formada pelos assentados do grupo “Comuna da Terra” pela construção social do mercado dos alimentos agrofloreatais.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 02/2017.

Como afirmam Darolt et al. (2013), os mercados da agricultura familiar, em geral, adquirem características singulares distintas dos circuitos formais. Eles são definidos como Circuitos Curtos (CC) ou redes alternativas de comercialização, construídos por meio de relações próximas entre produtores e consumidores com até um intermediário.

Para entender os mercados da agricultura familiar, principalmente os de alimentos orgânicos agroflorestais, é preciso do conceito de bens simbólicos, isto é, bens baseados na distinção da forma de produzir e dos “gostos” dos consumidores na direção dos alimentos, pelo menos, orgânicos. Como vemos em Steiner (2016), os bens simbólicos são bens singulares que se diferenciam e requerem uma percepção específica sobre o bem para ocorrer a troca. E, por isso, o processo de proliferação desta percepção diferenciada no sentido do consumo das cestas de alimentos agroflorestais, depende do fortalecimento desta percepção, sendo um trabalho específico em direção à demanda.

Neste sentido, um exemplo de diferenciação proposta pelo mercado das cestas agroflorestais em comparação aos mercados tradicionais de alimentos é a normatização da postura do consumidor, proposta pelos produtores, expresso no trecho do contrato:

Estou ciente de que o Grupo das Cestas Agroflorestais não é uma mera iniciativa de compra e venda de hortaliças, legumes e frutas, mas sim uma nova forma de consumo co-construída na relação entre o grupo de consumidores e os produtores do Assentamento que, ao mesmo tempo que oferecem alimento ajudam na preservação e recuperação do ambiente através do reflorestamento (trecho do contrato exposto acima).

Esta nova forma de consumo tem seu cerne nos fatores que influenciam a crença de que um alimento orgânico deve ser consumido, mesmo com um valor superior ao não orgânico, como a defesa do meio ambiente, a transformação do modo de vida, uma postura contra a indústria do campo, dentre outras – elementos que fogem da racionalidade econômica de uma mercadoria dita tradicional, em que seria considerado somente o “custo-benefício” econômico.

III.2 A construção social do campo da produção

III.2.1 O projeto político do MST via modelo de assentamento “Comuna da Terra” e Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara

Segundo Aguiar (2011), o Mario Lago foi pensado pelo MST para ser um tipo de assentamento que se chama “Comuna da Terra”, criado em meio aos debates sobre a melhor concepção de Reforma Agrária, em meados dos anos 90 e início dos anos 2000. O projeto foi pensado para ocupações e acampamentos em áreas pequenas e próximas aos centros urbanos. Seus pilares estão calcados no trabalho coletivo e na agricultura agroecológica. Em resumo, ele foi formulado

para pequenas áreas próximas aos centros urbanos e defende que o território seja dividido em áreas de habitação para cada família, em áreas comunitárias de serviços, e em áreas coletivas para a produção agrícola. Além disso, por aliar mão-de-obra intensiva em pequenas áreas, a proposta da Comuna da Terra é baseada na produção agroecológica (FAGGIN, 2009, p 56).

O objetivo, também, está na busca por agregar valor ao produto a ser comercializado, a partir de atividades não-agrícolas, fortalecendo a economia local.

No período entre 2004 e 2008, no estado de São Paulo, foram implantados 14 assentamentos tipo PDS, classificáveis em dois tipos de grupos:

o primeiro é composto por grandes áreas de remanescentes florestais, como é o caso dos dois PDS criados na região do Vale do Ribeira, área com maior remanescente de Mata Atlântica do estado; o outro grupo é composto por pequenas áreas geralmente próximas a centros urbanos e com alguma relevância ambiental. A exceção destes dois grupos é o PDS “Comunidade Remanescentes do Quilombo da Caçandoca”, o primeiro quilombo incluído no programa de créditos da Reforma Agrária, em Ubatuba (FAGGIN, 2009 p. 56).

Esse segundo grupo é o adequado para aplicar o projeto da “Comuna da Terra”, sendo trazido ao Mario Lago em 2007. Como conta Faggin (2009), desses catorze (14) PDS, cinco (5) são Comunas da Terra, a saber: “PDS Sepé Tiaraju (Serrana); PDS Emergencial Comuna da Terra Milton Santos (Americana); PDS São Luiz (Cajamar); PDS Olga Benário (Tremembé); e PDS Manoel Neto (Taubaté)” (Ibid., p. 57). Considerando o PDS da Barra, seis (6) dentre 15 assentamentos neste período se formaram como Comuna da Terra. Além do “Comuna da Terra Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha), projeto de assentamento do governo estadual, e a Comuna da Terra Irmã Alberta (São Paulo)” (Ibid., p. 58).

Desta maneira, vemos que as diretrizes da organização do assentamento são influenciadas pelo projeto Comuna da Terra, centrado na sustentabilidade, trabalho coletivo e integração entre cidade e campo.

Para executar este projeto, existem as três associações, já citadas acima, sendo o Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara o responsável pelas agroflorestas e comercialização das cestas. Como resume Patrícia Joia Nunes (Biju):

o centro de formação é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2003, e responsável por realizar projetos em assentamentos do estado de São Paulo, principalmente, na região de Ribeirão Preto. Através dos projetos de agrofloresta, executados pelo centro de formação, foram implantadas áreas de produção e, iniciado pelos próprios, a comercialização das cestas. O coletivo do centro é formado por assentados. Esse sistema de comercialização nos exigiu a formação de uma cooperativa, pois uma entidade sem fins lucrativos não pode comercializar. Desse modo, o centro de formação e a comuna podem, sim, ter pessoas em comum (Biju, 09/2017).

O Centro se comporta como uma ferramenta institucional para os assentados – os responsáveis pela construção da oferta de alimentos agroflorestais. Por meio desta associação é possível, por exemplo, participar de editais que tragam projetos para o assentamento, vistos como gatilho, ou sementes (como afirma Zaqueu), que permitem a continuação da prática agroflorestal:

‘Como que a gente consegue continuar com tudo isso?’. E durante toda essa conversa a gente foi fazendo sistemas de comercialização do produto através das cestas, através das bancas, de tudo isso, quer dizer, os projetos finalizaram mais a gente continua caminhando.. é claro que não no mesmo ritmo, tem muita coisa pra se fazer ainda, é claro que se a gente tivesse dinheiro de projetos a coisa aconteceria com muito mais.. mas foi plantado a semente e a semente nasceu e deu fruto. E que hoje a gente tem uma árvore com uma sobre pra gente se abrigar estruturalmente em relação a isso. Então tem uma turma que produz nesse sentido, que faz uma prosa nesse sentido, que defende esse tipo de agricultura, que tem uma prática muito coletiva, de vender os produtos coletivamente, fazer comercialização coletivamente, construir uma cooperativa (Zaqueu, 04/2017).

Em suma, como explica Zaqueu, o MST e seu projeto político de produção coletiva e sustentável deram o direcionamento à assistência técnica: “Aqui a gente interferiu muito no sistema, pelo menos o nosso grupo aqui do MST.. Conversávamos com a equipe técnica para saber o tipo de técnico que nós gostaríamos” (Zaqueu, 04/2017).

III.2.2 A formação dos Sistemas Agroflorestais

A partir do trecho da entrevista com Seu Nei (Carlos) – “aqui no nosso grupo chegam outros projetos” – despertou a necessidade de buscar estes tais outros projetos.

Nesta direção, resolvemos construir a história do grupo “Comuna da Terra”, sujeito coletivo que constrói a oferta de alimentos agroflorestais.

No dia 25/04, gravei a conversa entre dois representantes da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e outro da Embrapa, Vandei, Zaqueu e Lucinei, na sede do Mario Lago, sobre o assentamento, sobre o grupo e sobre a relação com a assistência técnica, pois a política de ATER estaria por ser retomada e demandaria melhorias, como afirmam os representantes do poder público. Nesta “roda de conversa”, como assim era chamado pelo representante do Sead, foi possível entender o caminho percorrido até a formação do grupo, como evidenciado nas palavras de Zaqueu:

Nós tivemos a grata satisfação de, uns 4, 5 anos atrás, ter ido em 2011 lá na Cooperafloresta e conhecido o Nelson, é claro que nós já tínhamos alguma experiência de SAF né, com a Embrapa a gente já tinha começado a falar nisso, desde quando a gente criou o assentamento, por isso a gente propôs 35% de reflorestamento 15% a mais de áreas de reflorestamento que é uma área de aquífero, a gente já tinha essa prática, mas quando, de fato, aconteceu o assentamento e que a gente falava ‘SAF, SAF, SAF’, se falava ‘como é que a gente vai falar 140 hectares de reflorestamento.. como ia refazer 140 hectares em SAF? O que de falta na prática é isso?’ E foi quando a gente foi lá e.. é claro que tem uma diferenciação de relevo.. mas o mais importante que aconteceu foi o Nelson dizer ‘tem possibilidade do agroflorestar sair da Barra do Turvo e conversar fora daqui com alguns agricultores’. Assim, da equipe toda aqui, acho que eu sou o mais otimista, o que dá cabeçada.. eu falo ‘vai dar certo” vamo fazer!’ e o Nelson é igualzinho. Eu disse ‘se tem possibilidades vamos sim, topa ir alguém no ônibus?’ e um camarada chamado Osvaldinho disse ‘eu vou’, ele colocou uma mochila nas costas e veio com a gente. Aí se formou uma parceira. É claro que tivemos percalços e problemas, mas com a vinda do agroflorestar pra cá, possibilitou a conversa inicial (Zaqueu, 04/2017).

Vemos, então, que o contato com a Cooperafloresta foi fundamental para a formação dos SAFs. Entretanto, não foi um processo linear e contínuo, houve transtornos devido à falta de planejamento, principalmente do Incra, por não cumprir o TAC, não disponibilizando água para irrigação.

Cristine conta como foi o processo de formação dos SAFs:

Então, o que acontece aqui era um pouco novidade para a cooperafloresta (a cooperativa da Barra do Turvo), as terras que tinham aqui eram planas né, então era como um projeto piloto pra eles, também tinha a mecanização.. eles não estavam acostumados com isso. E aí implementou as áreas coletivas que a gente tem a ideia de reflorestar essas áreas, só que ficou sem irrigação, a terras eram bem desequilibradas por conta de tudo que teve antes da gente, então perdeu muita coisa por conta das palmeiras, planta umas três vezes a biomassa e tudo a base de multirão, então foi bem difícil. O balanço que foi feito, foi o de fazer o SAF mais próximo de casa, porque o SAF é uma coisa

que temos que observar, e sendo mais próximo do seu dia-dia já se consegue pegar mais o jeito. Por isso o Agroflorestar 2 veio pra enriquecer aquele da área coletiva e implantar nos lotes. As pessoas pegarem mais práticas no seu dia-dia pra melhorar os sistemas das áreas coletivas (Cristine, 04/2017).

Processo que vemos também na fala de Lucinei:

Nós começamos os SAF na área coletiva, na área de reserva e depois o projeto da cooperafloresta (agroflorestar II) o levou pra os lotes. Eram 80 famílias e essas 26 foram as que mais se adaptaram. A intenção era para as 264 famílias do Mario Lago, mas viram que só 80 era possível (Lucinei, 04/2017).

Como resume Nunes et. al. (2016), as agroflorestas implementadas nas áreas coletivas de reserva não conseguiram ter o manejo adequado pela falta de adaptação das técnicas agrofloretais, o que trouxe a necessidade de implementar as agroflorestas nos lotes familiares para

ficarem localizadas mais próximas do cotidiano das famílias, o que, possivelmente aumentaria os cuidados com o manejo das áreas implantadas e fortaleceria a apropriação dos conhecimentos agrofloretais pelas famílias. Além disso, seria uma oportunidade de demonstrar a possibilidade de geração de renda com o sistema produtivo adotado. Enquanto isso, as áreas de Reserva Legal foram sendo enriquecidas com matéria orgânica para, posteriormente, os agricultores retornarem a plantar nelas (Ibid, 2016, p. 02).

Em seguida ao contato com o Cooperafloresta, o grupo, através do Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara, conseguiu trazer para o assentamento mais dois projetos, como conta Zaqueu:

E aí o Nelson ajudou a gente escrever dois projetos que a gente conquistou aqui para praticar a agrofloresta nesse espaço aqui. Um da secretaria do meio ambiente estadual e o outro do FUNBIO. E daí a gente conseguiu estruturar algumas coisas, então foi muito importante para gente. Teve as oficinas, teve os modelos de SAF que fizemos com as famílias, mas estruturalmente a gente conseguiu este barracão que a gente tá finalizando, o caminhão, alguns implementos pra ajudar. Mas o mais importante é o entendimento que este é um projeto que não acaba (Zaqueu, 04/2017).

Assim, é possível entender que o embrião da oferta de alimentos agrofloretais já está na proposta, por esse núcleo, de 15% a mais de área de reflorestamento para, justamente, colocar em prática os Sistemas Agrofloretais. E, diante desta grande demanda espacial de reflorestamento, foi feito o contato com a Cooperafloresta, em 2011, para implementar os SAFs no Mario Lago.

Este contato com a Cooperafloresta possibilitou a busca por mais dois projetos, como resume Cristine:

O início se deu através de três projetos, o Agroflorestar, Candeia e Renascer das Águas do Aquífero Guarani. O Renascer é da Secretaria do Meio Ambiente, o Candeia é do FUNBIO⁴⁰ e o Agroflorestar é junto com a Cooperafloresta. A gente fez os editais e não sabia o que ia passar, eles acabaram passando juntos, então a gente conseguiu que um complementasse o outro, ajudou a implantar, deu formação. A ideia desses projetos é dar um ponto de partida, depois a gente tem que ser autônomos pra continuar, mas dar esse impulso. E a gente tem meta de comercialização (Cristine, 04/2017).

Em suma, a partir das conversas com Cristine, Vandei e Zaqueu, e dos artigos de Nunes e Pires (2016) e de Nunes et al. (2016), temos que, no final de 2011, consolidou-se uma parceria entre o MST do Mario Lago e a Associação de Produtores Agroflorestais da Barra do Turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta – que atua na “organização de agricultores, produção e comercialização de produtos provenientes das agroflorestas” (Ibid., p. 42). Em 2012, através do projeto Agroflorestar I, executado pela Petrobras Ambiental, foram implantados 40 hectares localizados nas áreas coletivas de Reserva Legal (RL) por meio de mutirão organizado por grupo de afinidade e de proximidade. Em 2015 foram implementados 500 metros quadrados de agrofloresta em 80 lotes pelo Agroflorestar II. Além do Agroflorestar, outros projetos ingressaram no assentamento, como o "Projeto Renascer das águas do Aquífero Guarani – agrofloresta: vida, alimento, gente e natureza voltado para a agricultura de Ribeirão Preto e região", contido no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II, parceria da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo com o Banco Mundial, e recursos do Crédito Ambiental Paulista. Em outras palavras, Nunes et al. explica que foi firmado,

em 2013, um convênio com o Banco Mundial e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), vinculado ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, que tem como uns dos objetivos a implantação/manejo de 60ha de agroflorestas em áreas de RL, o que tem contribuído decisivamente para o cumprimento do TAC (NUNES & PIRES, 2016, p. 04).

⁴⁰ Como vemos no sítio virtual do FUNBIO, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, foi criado em 1996 para, através de parcerias, viabilizar “os investimentos socioambientais das empresas e a redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais. Na esfera pública, visam consolidar políticas de conservação e viabilizar programas de financiamento ambiental (<http://www.funbio.org.br/o-funbio/quem-somos/>).

Um ano antes, em 2012, o Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara participou do Edital TFCA 04/2012 (*Tropical Forest Conservation Act*) e trouxe para o assentamento o Projeto “Candeia: Agroflorestas iluminando a vida e os caminhos para o renascer das águas do Aquífero Guarani”, via financiamento do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), possibilitando a compra de capital produtivo para o grupo, como o caminhão, o refrigerador, a barraca de feira, as balanças, as sacolas, o computador, o material de comunicação, entre outros, explica Cristine. Há também um viveiro e um barracão em construção logo acima da sede.

Abaixo, foto do caminhão comprado com este financiamento do FUNBIO:

FOTO 23: Caminhão comprado com crédito do FUNBIO.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 04/2017.

Esses projetos foram pautados em quatro pilares principais:

1) gestão participativa; 2) formação teórica e prática; 3) implantação de agrofloresta nos lotes e nas áreas de RL; e 4) estruturação de um sistema de comercialização adequado a realidade das famílias (construção de barracão de beneficiamento, viveiro de mudas, compra de caminhão refrigerado, barracas de feira, escritório para administração dos processos, entre outros) (NUNES & PIRES, 2016, p. 42).

Entretanto, Cristine explica que o fato de não ser permitido, por esses projetos, contratar mão de obra da comunidade, freia o avanço dessas construções:

a contrapartida desses projetos é a mão de obra, então tudo precisa ser feito de forma voluntária, e de multirão é complicado, você sabe que a gente já tem muito multirão. Então tem as escalas do multirão, toda semana tem multirão pra construir o barracão. O que a gente faz aqui, vai ser lá só que mais organizado, aqui é por falta de opção. Lá está colocando azulejos, vai

ter bacias pra limpa e uma vez que tem a estrutura, dá pra fazer outras coisas também, dá pra processar, não sei... (Cristine, 04/2017).

Em resumo, o projeto Agroflorestar, está na terceira fase (Agroflorestar III com duração de 24 meses). Já o projeto Renascer das Águas do Aquífero Guarani foi de setembro de 2013 até setembro de 2015, e o projeto Candeia, de abril de 2014 até outubro de 2015.

III.2.3 A Assistência Técnica

Um fator primordial para o desenvolvimento do setor produtivo do assentamento é a assistência técnica. Contudo, a assistência técnica disponibilizada pelo Estado não estava sintonizada com a demanda pela implementação dos SAFs, tornando-se um entrave para este desenvolvimento.

Como afirma Vandei, “quando a gente começou a montar a cesta, através do projeto agroflorestar, tinha um pessoal que dava orientação técnica do agroflorestar e tinha o pessoal da IBS que é a terceirizada do Inca...” (Vandei, 04/2017). Essas duas assistências técnicas tinham relações distintas com o grupo, o que freou o avanço produtivo.

Zaqueu, nesta mesma “roda de conversa”, afirma a necessidade de haver um técnico que esteja alinhado com a agrofloresta para pensar, não só a comercialização como, principalmente, a produção, pois, segundo ele, “geralmente o serviço de ATER vinha com um conceito que, na verdade, é aquele que a gente combate.”. Ou seja, ele explica que a assistência técnica disponível não conhecia sobre os SAFs e os estimulava a utilizar a técnica de monocultura orgânica, que não era eficiente, pois o solo do assentamento precisava ser recuperado, o que não ocorre em uma monocultura, mesmo que orgânica.

Explicando melhor, como afirma Zaqueu em entrevista ao vídeo “Comercialização de produtos Agroflorestais”: “Nós estamos colocando para as famílias um jeito de comercialização diferente que é através de cestas agroflorestais”. Esta afirmação mostra uma intenção de diferenciar-se das formas comuns de comercialização dos alimentos orgânicos que são as feiras. Os alimentos agroflorestais apresentam aspectos singulares, assim como vemos na fala de Paraguai neste mesmo vídeo:

'eu quero produtos orgânicos, mas o que que é agricultura orgânica?' Então precisamos ter um cuidado com essa questão, porque agricultura orgânica ela pode ser só mudança no pacote, ela pode ser só mudança da tecnologia produtiva, você tirar o químico e por algumas coisa que é permitido, mas a monocultura é a mesma, então.. quer dizer.. é super interessante a gente entender isso. O orgânico e agroflorestal aí é outra.. assim ó.. Aí gente vê.. então isso a gente tem trabalhado muito aí nas nossas feiras e nossos espaços essas diferenças, porque você produzir orgânico e agroflorestal você está cuidando da natureza, você está fazendo sucessão, você está cuidando da terra. (Paraguai no vídeo *Comercialização de produtos Agroflorestais*)

Ou seja, uma produção de alimentos orgânicos pode, ainda, gerar ônus para natureza, por exemplo, através da monocultura. Já a produção agroflorestal, além da não utilização de agrotóxicos, refloresta e recupera totalmente o solo.

A fala de Lucinei também vai na mesma direção, evidenciando distinções entre as intenções do MST e a dos representantes da política de ATER, que traziam um “pacote antigo”, isto é, as técnicas da Revolução Verde, consideradas retrógradas pelos assentados:

e aí eu digo por experiência própria, todos os técnicos do Incra que vieram, traziam um pacote totalmente diferente. No início eles apresentavam uma coisa, por exemplo, ‘aqui você vai usar o adubo isso, o adubo aquilo’ e nós mesmos já barrávamos eles ‘opa.. ó isso aqui não pode, você tá orientando a gente a usar uma coisa que não pode usar’. O pacote que eles traziam na época pra gente era totalmente ao contrário da nossa intenção de fazer, daquilo que a gente aprendeu. Muitas pessoas não sabiam, foram aprendendo com o tempo, mas aquilo que eles traziam parecia que era totalmente ao contrário daquilo que foi discutido durante todo o tempo né, principalmente com eles também, com o pessoal do Incra, na época.. o Osvaldo, o pessoal lá.. o Zé Luiz, aquilo que eles mesmo falavam, a gente via que o pacote que veio era totalmente diferente do que a gente esperava (Lucinei, 04/2017).

Zaqueu explica que o grupo central do MST tencionou para que a assistência técnica se adequasse às intenções do grupo, buscando um técnico que estivesse aberto ao diálogo e à agroecologia:

Então, quando chegou pra nós aqui, a gente chamou pra roda mesmo, ‘olha.. a gente quer uma prosa diferente aqui’. Inclusive, a gente fazia muita questão que o serviço de ATER fosse feito em grupo, claro que tinha o atendimento individual no lote.. aquelas minúcias do atendimento, mas assim.. uma conversa meio que geral. O cara vem pra uma roda, conversa com a equipe, com a turma toda, vê a necessidade da gente.. o Eduardo, por exemplo, tem uma formação que tanto ele pode dar uma assessoria numa monocultura pro agronegócio como também pra agroecologia. Quando ele chegou aqui, ele já se adaptou bem ao sistema que a gente queria.. ‘a gente tá falando em agrofloresta, em agroecologia e acha que o serviço tem que ser voltado...’ então assim, fiquei entusiasmado inclusive quando você disse que vão buscar ‘um técnico pra esse tipo de agricultura né’, porque há uma ansiedade grande do produtor perante a agroecologia, a agrofloresta e muito mais, é uma

agricultura diferente, é nova de certa forma e se tiver um técnico que não entenda essas peculiaridades da agrofloresta, da agroecologia.. começa a falar algumas coisas que não batem, principalmente em relação a horticultura, começa a dar alguns conselhos que vai em contraponto com o que a gente tá aprendendo e que a gente vem formando né. Então assim, formar técnico pra esse tipo de agricultura é importantíssimo pro meu entendimento. A gente conseguiu fazer essa prosa com a equipe que trabalhou conosco nos últimos dias, porque a gente já conhecia o perfil, já sabia que eram pessoas que dá pra conversar nesse sentido né.. então a gente fez uma luta pra conseguir isso. (Zaqueu, 04/2017).

Como vemos nas entrevistas de Zaqueu e de Lucinei, houve um descompasso entre a concepção da assistência técnica do Estado e a real demanda dos assentados do MST.

Na fala de Vandei, confirmamos a importância do técnico, tanto na questão produtiva como na de comercialização:

Agora a gente está sem ATER e fica mais difícil né.. A gente tinha brigado por um técnico aqui dentro pra nós, que é o Eduardo. E ele ajudou muito, foi um parceiro nosso, entende muito com o que a gente quer fazer, inclusive a ideia da cesta um tempo atrás, ele que ajudou a organizar né.. e depois voltou com a gente e saiu de novo.. então nos ajudou muito um técnico presente pra ajudar a organizar a questão da comercialização. Mas o principal do técnico também é a orientação da produção, pensando um planejamento de produção ao longo do ano né. Como varia muito as estações.. em tempo de chuva você não produz folha, em época de seca você produz muita folha e não tem fruta, o técnico ajuda muito nesse sentido e agora pra gente ta fazendo falta porque a gente ta sem agora né. Então o pessoal fala ‘tô precisando fazer um manejo, planejar o que eu vou plantar, mas tá sem orientação né’. Eu acho que faz muita falta sim. Se tivesse um técnico mais próximo e que entendesse um pouco da ideia do grupo né.. que pudesse acompanhar, ajudar a planejar a produção, ajudar a organizar a comercialização.. ajudaria muito. O Luciano está mais na parte burocrática, o Eduardo era mais na parte de produção. O Luciano está se formando agora em direito.. Mas, de qualquer forma, acabou o contrato da IBS com o Itesp né.. (Vandei, 04/2017).

Vemos que o assistente técnico, além de ter instruído sobre a questão produtiva, foi fundamental para implementar a comercialização das cestas, o que tornou ainda mais negativo o descompasso da política de ATER com o objetivo agroflorestral dos assentamentos.

Para entender melhor sobre o quão fundamental é o técnico para o desenvolvimento rural, embora a explicação conceitual sobre o Sistema Agroflorestral já tenha sido feita no item de apresentação, traremos maiores detalhes sobre sua formação no Mario Lago, acentuando, portanto, a importância do fator “assistência técnica agroflorestral” da Cooperafloresta.

Conforme Neto et al. (2016) podemos ter a dimensão de como foram implantadas as agroflorestas no Mario Lago. Vemos que o conhecimento agroflorestal decorre do conhecimento tradicional sobre o cultivo em florestas.

Como explica Neto et al. (2016), o bioma do Assentamento Mário Lago está situado no cerrado, “com uma vegetação nativa bem diferente da mata atlântica e um clima bem mais seco”. Este tipo de bioma tem a herança de um solo rochoso, com maior potencial de fertilidade natural, porém, como já abordado acima, ele foi intensamente “degradado pela cultura intensiva da cana de açúcar, implantada há décadas no local, antes da chegada dos assentados”. Logo, o desenvolvimento dos Sistemas Agroflorestais requer tanto “uma adequação da agricultura como processo produtivo, quanto como forma de recuperação do Cerrado” (Ibid., p. 87).

A assistência técnica da Cooperafloresta tem um imenso capital técnico. Eles partem do princípio, conforme Neto et al. (2016), de que os animais, ao construírem ninhos para seus filhotes, ensinam-nos a importância de moldar a matéria orgânica. Segundo os autores, é preciso alocar a matéria orgânica em um ponto mais alto das margens em relação ao seu centro, adequando os canteiros como ninhos para criação das mudas. Caso os canteiros estejam um do lado do outro, “para formar ninhos, devemos colocar uma camada de matéria orgânica mais alta no espaço entre os canteiros, do que nos próprios canteiros”. Das duas maneiras, o objetivo é fazer com que o ninho traga “a água das chuvas e os nutrientes nela dissolvidos para dentro dos canteiros e não para fora deles”, protegendo dos ventos, as mudas e o solo dos canteiros (Ibid., p. 98).

Abaixo vemos que a matéria orgânica é colocada nas entrelinhas, a ponto de ficarem mais altas que os canteiros, buscando o formato ideal:

FOTO 24: Agrofloresta em formação.



Fonte: NETO et al., 2016, p. 100

FOTO 25: Agrofloresta em formação.



Fonte: NETO et al., 2016, p. 100.

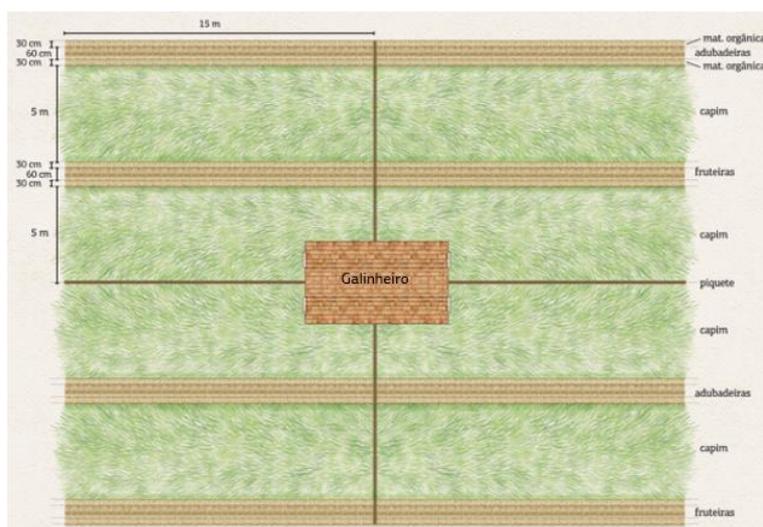
FOTO 26: Agrofloresta em formação.



Fonte: NETO et al., 2016, p. 100.

Em resumo, existem diferentes tipos de agroflorestas – sistemas que utilizam a combinação de árvores com o cultivo agrícola anual, a combinação de árvores com cultivo agrícola e animais (área de pastagem), a combinação de árvores com outras espécies específicas a determinada região. etc. Abaixo seguem dois exemplos esquemáticos:

FIGURA 7: Agrofloresta projetada com um galinheiro no centro.



Fonte: NETO et al., 2016, p.130.

FIGURA 8: Agrofloresta projetada com árvores e áreas de pastagem.



Fonte: NETO et al., 2016, p.132.

Como explicam Neto et al. (2016, p. 133), devido à pequena dimensão dos lotes do Mário Lago, as agroflorestas foram planejadas para produção de hortaliças, visando uma futura criação de galinhas. O projeto consistiu no “plantio de linhas com árvores adubadeiras e bananeiras entremeadas por faixas de capins, e linhas com frutíferas que poderão ser mais ou menos intensamente podadas”. Posteriormente, a área para produção de galinhas poderá ser dividida em pelo menos 4 piquetes, protegendo o galinheiro central.

FOTO 27: Agrofloresta já produzindo.



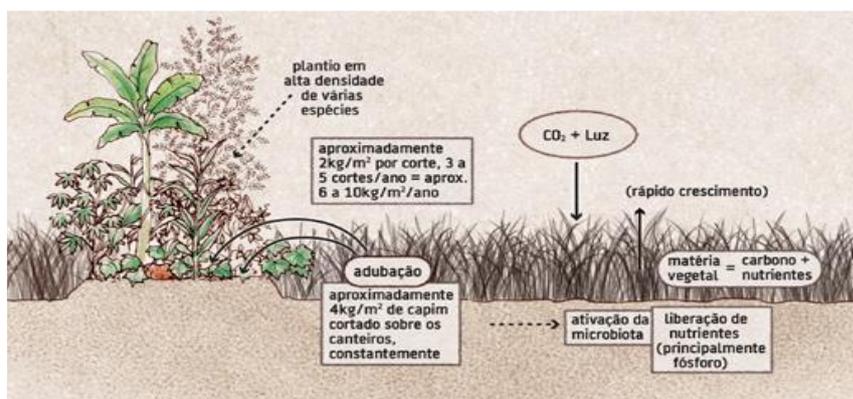
Fonte: NETO et al., 2016, p. 138.

Por fim, os assistentes técnicos da Cooperafloresta fizeram estudos sobre a recuperação do solo no Mario Lago, um dos objetivos de se utilizar os SAFs. Como afirmam os autores, “em todas as áreas de agrofloresta analisadas, houve redução da acidez, aumento de carbono (matéria orgânica) e aumento de fertilidade do solo, ao longo do tempo”. Nas áreas não trabalhadas, não houve “alterações das características químicas do solo durante os dois anos de análise” (Ibid., p. 170). Compara-se, por exemplo, uma área coberta com capim braquiária sem alteração, e um área de mesma característica que foi implantada, pelo assentado Paraguai, uma agrofloresta. O resultado foi:

Na área da agrofloresta, essa mudança foi muito grande, tanto nos canteiros agroflorestais quanto nas entrelinhas de capim consorciado com leguminosas, conforme mostra a figura 3. Em um período de um ano, o pH foi de 4,73 para 5,30 nas entrelinhas e para 6,27 nos canteiros; a concentração de carbono foi de 10,5 para 21,4 g/dm³ nas entrelinhas e para 34,0 g/dm³ nos canteiros e a saturação por bases foi de 32,5 para 59,3 % e para 79,0 %, nas entrelinhas e nos canteiros, respectivamente (NETO et al., 2016, p. 171).

Desta maneira, o ciclo produzido pelo SAF é representado abaixo, mostrando que um de seus produtos é a liberação de nutrientes para o solo:

FIGURA 9: O ciclo realizado pela agrofloresta.



Fonte: NETO et al., 2016, p. 169.

Assim, tentamos mostrar o peso que a assistência técnica tem para a implementação dos Sistemas Agroflorestais. A complexidade que exige um SAF tornou determinante a participação dos técnicos da Cooperafloresta para o caminho do desenvolvimento, para os assentados da cooperativa Comuna da Terra. O que acentua, ainda mais, o quão negativa foi a falta de sintonia do Incra e do Itesp com a real demanda do assentamento.

Podemos elencar, por fim, outro meio de assistência técnica exercida pelo SEBRAE. Cristine esclarece sobre esta participação:

Quem está ajudando muito é o SEBRAE. Como ela (representante do SEBRAE) pega a cesta, ela acompanha a gente, por dentro e por fora, então ela sabe as falhas, ela sabe o que a gente realmente precisa. Agora, por exemplo, estamos fazendo dois cursos, o de feira porque vamos fazer uma feira em outubro e o de horta orgânica também (Cristine, 04/2017).

III.2.4 O Pronaf

Esta pesquisa, inicialmente, partia da hipótese de que o Pronaf agiria como um gatilho para a construção de mercados da agricultura familiar. Contudo, constatamos que outras políticas institucionais (federais ou não) permitiram o impulso do campo da produção do grupo de assentados que vendem as cestas de alimentos agroflorestais. Mas e o Pronaf? Qual o seu papel na construção deste mercado?

O trabalho de campo nos permitiu analisar exemplos da entrada deste programa no assentamento, constatando que isso ocorreu em um momento em que os assentados não tinham condições estruturais para dar maior eficiência a esse crédito.

O acesso ao crédito do Pronaf, por alguns assentados, teve início em 2011, e se deu de distintas maneiras. Dona Madalena, a primeira entrevistada e não membro do grupo, conta que, do início do assentamento, em 2007, até 2011, os lotes não possuíam luz. Ademais, o Incra nunca providenciou acesso à água aos assentados, como prevê o Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Perguntada sobre o Pronaf e suas estratégias de comercialização, ela diz que em 2013, pegou 20 mil no Pronaf (A/C). Mas percebo que isso já não é tão presente em sua vida, pois ela diz que o valor foi gasto em um momento em que ela necessitava concluir sua casa, ter acesso à água e alguma condição de plantar.

Lucinei⁴¹, acessou o Pronaf em 2014. Ele também afirma ter sido problemático, por não ter havido infraestrutura necessária, prometida pelo Incra no TAC. Para ele, o Pronaf seria melhor se fosse melhor pensado:

No início do assentamento foi dito que iriam liberar tudo, crédito pra casa, depois pra comprar ferramentas, depois ia vir o Pronaf, mas primeiro de tudo era pra vir a água, o que não veio até hoje. Se você for ver, como vai liberar um projeto desse sem água?! (Lucinei, 04/2017).

Mais especificamente, ele explica como foi seu percurso pessoal para acessar o Pronaf, evidenciando um processo confuso, em que o diálogo com a assistência técnica, que o ajudou, não o esclareceu suficientemente:

O pessoal falou que estavam fazendo o projeto do Pronaf... a IBS, o Gilmar que ajudavam a gente, aí eles falaram pra fazer o projeto, mas, pra mim, foi uma experiência ruim. O que aconteceu... você fica com aquela euforia de querer melhorar o lote, melhorar... e aí, infelizmente, na época eu trabalhava muito pra fora e pensei 'agora vou pegar o Pronaf e melhorar o lote, melhorar algumas coisas e me manter no lote né'. Neste início eu trabalhava de pedreiro e ficava mais fora que aqui. E foi aí que eu acessei o Pronaf pela IBS né, eles fizeram o projeto pra gente, o Gilmar estava na época, e uma das coisas que eu achei muito difícil foi que a gente parcelou em 3 vezes e depois o banco falou que a responsabilidade nem eram deles, que era do Incra. Eles parcelaram em 7 mil, depois 6 e depois mais 7, dava 20 mil. Mas o que acontece, por exemplo, eu peguei os primeiros 7 mil e ficou quase 2 anos pra liberar a última parcela, falavam que primeiro você tinha que gastar, prestar contas, pra depois pegar o resto. O Incra fez um contrato no banco pra ser assim né e quando a gente ia até o banco reclamar, o próprio Banco do Brasil falava que não era culpa deles, que o Incra que tinha feito o contrato desse jeito, que tinha uma norma lá no contrato que não podia liberar. E isso aí atrasou muito, uma das coisas que atrasou foi isso daí, foi comprava uma coisa e tinha que esperar mais 6 meses pra comprar outra. Não dava pra

⁴¹ Lucinei chegou ao acampamento em 2004. Ele conta que trabalhava de pedreiro na cidade e foi gradativamente deixando esta atividade após conseguir sua renda, exclusivamente, pelo assentamento.

comprar tudo, por exemplo, a primeira etapa eu fiz a caixa, depois algumas mudas... (Lucinei, 04/2017).

Lucinei enxergava o Pronaf como uma possibilidade de se firmar no lote e não necessitar mais dos trabalhos esporádicos na cidade. Todavia, para ele, houve uma falta de clareza em relação ao contrato feito com o banco para liberação do crédito e, também, do discurso do Incra. Além disso, ele afirma que o próprio momento de liberação do crédito foi feito, de maneira equivocada, sem considerar questões técnicas para o plantio, como, por exemplo, a época de chuva:

Acredito que foi falta de planejamento em geral, por exemplo, o meu projeto tinha fruta e, quando eles liberaram, não estava na época de chuva e não tinha água no lote. A IBS até tentava agilizar mais rápido pra liberar o crédito na época da chuva, mas como era muita gente, liberava na época que não chovia. Então a pessoa fazia um projeto pra comprar muda, chegava o crédito quando não tinha água, então ele ia lá e comprava outra coisa (Lucinei, 04/2017).

Já seu Carlos afirma ter maior clareza nesta racionalização que é acessar e lidar com o crédito, tendo-o utilizado para melhorar a estrutura de seu lote, sem depender do Pronaf para projetar sua produção:

O Pronaf era pra mexer nas casas.. eu fiz uma cozinha e uma granja. Comprei mudas de frutas. O Pronaf teve a ver com o lote, com a estrutura. Era pra ser usado pra estrutura da casa, granja, alguma coisa que o pessoal queria fazer no lote, mas não tem nada com o projeto nosso aqui, aqui chega outros projetos (Seu Carlos, 04/2017).

Ou seja, ele esclarece que o Pronaf não tem relação direta com a formação do “grupo das cestas”, referindo-se aos três projetos já abordados.

De qualquer maneira, mesmo com a falta de responsabilidade para com a infraestrutura do assentamento, o Pronaf serviu para potencializar a capacidade de agricultor do assentado, principalmente àquele que trabalhava na cidade. Mas, para que este assentado passasse a se fixar no lote, somente o crédito nestas condições não foi o suficiente. Como vemos nas palavras de Lucinei, o Pronaf gerou frutos que perduraram até se tornarem ativos a partir da implementação das agroflorestas:

No meu caso, todas as mudas com o Pronaf que eu comprei, graças a Deus, eu tenho... acho que eu tenho, pelo menos, 30, 35, de 50, que eu comprei. As poupas de manga, por exemplo, vem dessas mudas. Do Pronaf eu tenho a corbata (tratorito), o reservatório de quase cinquenta mil litros, comprei

coisas pra irrigação que tenho ainda e as mudas. Foi uma ajuda boa, mas acho que poderia ser muito melhor se fosse melhor planejado (Lucinei, 04/2017).

A parte do uso do crédito e sua eficiência na promoção de renda pelos assentados, seu efeito, a partir do momento em que é necessário iniciar seu pagamento, também é problemática.

Dona Zilda, por exemplo, vê-se em dificuldades em pagar seu empréstimo do Pronaf depois de seus três anos de carência. Perguntada sobre o pagamento de seu crédito, ela explicou que seu planejamento era pagar adiantado para ter o desconto (assim como fez com outro crédito), mas um empecilho em seu percurso arruinou esse planejamento:

Se você quer saber, não paguei nenhuma parcela. Eu tinha esse dinheiro que eu ia conseguir pagar ele inteirinho, mas eu tomei um prejuízo aqui, meu filho, que a mulher “deu os canos” em mim e não me pagou. Pra você ver, eu paguei os 5 mil do custeio, que é 1 ano pra você pagar o custeio. Eu peguei esses 5 mil em dezembro e tinha que pagar no outro dezembro, paguei até antes pra ter desconto. Aí tem o Pronaf né e eu pensei ‘vou pagar antes também pra ter desconto’, mas a mulher deu um prejuízo pra gente filho, que só eu teria uns 25 mil pra receber dentre serviço e mercadoria... (Dona Zilda, 04/2017).

Assim como dona Zilda, Lucinei também se vê em um momento de insegurança em relação ao pagamento das parcelas do empréstimo, atrasando a primeira parcela:

Já acabou esses 3 anos de carência, era pra pagar a primeira parcela agora e já não paguei. A intenção é pagar, mas só quando tiver o dinheiro. Hoje eu ainda faço alguns bicos, porque não dá pra ficar só com essa renda e se aparece alguma coisa pra fazer é bem-vindo né. Em média aqui consigo mesmo uns 500 reais por mês (Lucinei, 04/2017).

Ao contrário de Seu Nei, que consegue realizar um planejamento que o permite pagar no prazo correto:

Eu fui lá uma vez antes com o gerente do Banco do Brasil e ele disse ‘se você pagar antes, você paga metade do preço de R\$1.600 reais’. Foi explicado tudo direitinho. Quem não sabe disso, a gente vai falando né ‘você vai um ano antes e paga menos’. Porque aí cai bastante, mais da metade do preço, mas tem que ir antes, se a pessoa deixar pra uma semana antes aí não vai dar certo e não tem aquele desconto. Quando você pega o Pronaf, você tem 3 anos de carência e depois que você começa a pagar. É feito tudo no papel, tudo marcado, certinho, tudo guardado (Seu Carlos, 04/2017).

Seu Carlos mostra um entendimento singular sobre esta tomada de crédito, inclusive em relação ao seu encontro com o bancário que fez o empréstimo. Até agora ele explica que conseguiu pagar adiantado, aproveitando o desconto e mostrando total controle sobre as parcelas seguintes:

to pagando, o meu vai vencer em 2022, eu paguei 3 prestações. As parcelas são de R\$1.600. Agora, se você pagar 1 ano adiantado, você paga metade do preço. Eu pago toda vez 1 ano adiantado, então eu vou lá e pago a primeira de R\$540, a outra eu paguei R\$580, agora essa aqui vai ficar 600 e pouco.. Então no final fica um bom desconto de 44%. Não pode deixar atrasar, se atrasar ele dobra o valor, aí você tem que pagar R\$3.200 (Seu Carlos 04/2017).

E, por fim, perguntado se, neste momento, mais crédito seria importante, seu Nei (Carlos) responde: “Oxi, seria. Hoje nós tá com uma boa ideia na cabeça né, hoje nós temos esse projeto, se a gente tiver um dinheiro para dar um andamento melhor ainda, melhora a renda, abre mais portas na cidade.” (Seu Carlos, 03/2017).

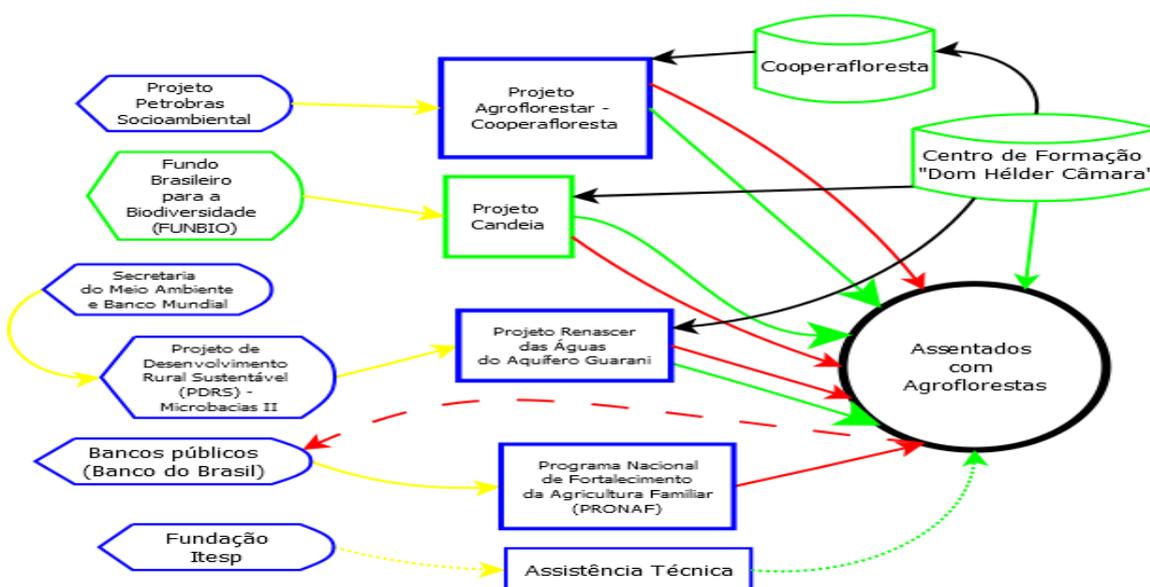
O Pronaf atuou no Mario Lago pelos Pronaf A e Pronaf A/C, nos quais as funções principais são a estruturação e modernização da unidade familiar, possibilitando a compra de reservatório, ferramentas, granja, cozinha, dentre outros. Entretanto, o efeito do Pronaf se limitou de imediato pela falta de infraestrutura, não proporcionada pelo Incra, e pelo descompasso da política de ATER com a produção agroflorestal. Ambos os problemas fizeram com que o assentado continuasse dependendo de “bicos” na cidade. Somente em 2015, com a implementação dos SAFs nos lotes individuais, é que foi possível que os equipamentos e mudas compradas com o crédito pudessem ter eficiência e produtividade.

É possível compreender que as ferramentas compradas com o crédito devem ter função de curto prazo, permitindo que o assentado permaneça no lote (reservatório de água, por exemplo), e que inicie sua produção para subsistência (ferramentas e mudas, por exemplo), caso haja condições técnicas para isso. Caso contrário, uma defasagem no uso destas ferramentas aumenta as possibilidades do assentado se endividar, por tardar sua geração de renda e passarem os anos de carência do pagamento do crédito.

Com todas essas informações, conseguimos construir um diagrama de flechas para mostrar a rede formada pelas políticas institucionais, detalhando o fluxo de serviços (setas verdes), fluxo de dinheiro (setas vermelhas) e de financiamento (setas

amarelas). A flecha preta mostra a ideia de relação, por exemplo, a Cooperafloresta trouxe o Projeto Agroflorestar que prestou os serviços. Por sua vez, as setas descontinuas, mostram problemas da relação de um ponto ao outro. O contorno azul significa “Estado” e o verde “independentes do Estado”, já o contorno preto, dos assentados com agroflorestas, mostra a ideia de “não organização”.

FIGURA 10: Diagrama de flechas significando a rede formada pelas políticas de desenvolvimento rural e os assentados.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 09/2017.

III.2.5 O PAA, o PNAE

Como alternativa à venda das cestas, os assentados podem vender seus alimentos aos mercados institucionais. As vendas pelo PAA e pelo PNAE são importantes para esses assentados pois, como explica Vandéi, o peso das cestas ainda é pequeno, “a venda das cestas corresponde a pouco mais de uns 5% do volume total da produção daqui, mas o bom é que divulga bastante” (Conversa com Vandéi no dia 17/04/2017, após os pregão). Mais especificamente, Vandéi explica a proporção de venda das cestas e feirinhas e pelo PAA:

Ano passado, por exemplo, que estava tendo as cooperativas entregando para o PAA, entregava para a merenda escolar.. os caras entregavam duas vezes por semana e um volume muito maior né. A gente da cesta pegava 500, 600 quilos por semana só.. é pouca produção. (Vandéi, 04/2017).

Assim, vemos que, embora a venda das cestas seja importante para a subsistência familiar, a venda para os mercados institucionais dava a garantia de vender uma quantidade ainda maior. Vandei explica que com o PAA, os assentados podem utilizar a estratégias de enviar ao programa os alimentos que não são vendidos, evitando seu desperdício e compondo a renda familiar.

Lucinei exemplifica a falta que o PAA faz aos assentados, diminuindo em 800 reais por mês a renda familiar:

Até ano passado a gente tinha o PAA né, que era 8.800 reais por ano, se você dividir dá mais ou menos 800 reais por mês. Quer dizer, era 800 mais 500 e mais alguma coisa que você fazia, já ajudava. E até ano passado eu tinha um ponto de feira também, no jardim Juliano. Mas na época da chuva, em dezembro, eu parei por causa da estrutura né, precisaria de uma estufa pra produzir na época da chuva, porque nessas bancas de bairro se você for sem alface, nem precisa ir e alface não dá com chuva, você vai lá com almeirão e não vai vender (Lucinei, 04/2017).

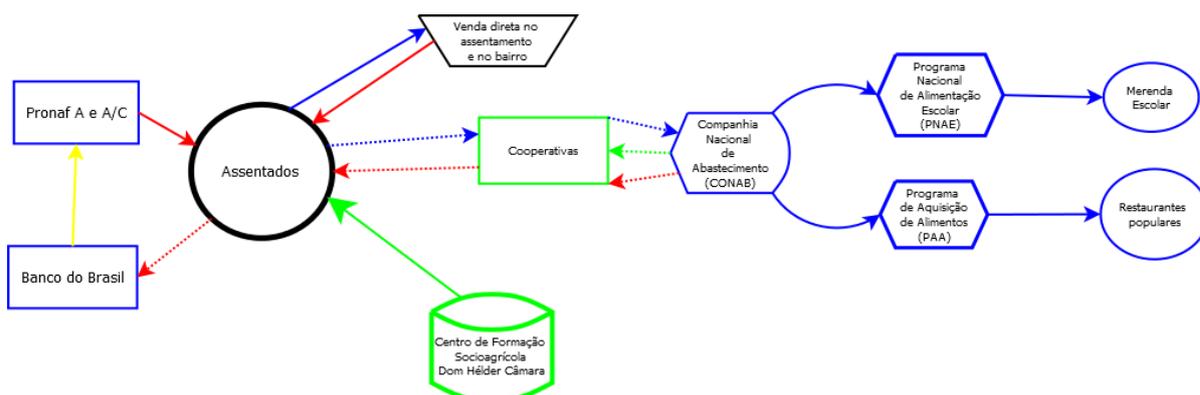
Já Seu Carlos conta que vende pelas cestas, que até ano passado vendia pela cooperativa “das mulheres” para a merenda escolar (pelo PNAE) e seu excedente vendia para ao PAA. Porém, ele diz que, em 2017, sua renda vem somente do grupo das cestas, já que o PAA e o PNAE não voltaram em este ano. Seu Nei afirma que sua renda, hoje, “deve dar uns 500, 700 reais.. depende do que você tem de mercadoria você muda..” (Seu Carlos, 04/2017). Ele afirma consumir somente o necessário com essa redução de renda, isto é, segundo ele, “a gente compra arroz, feijão, óleo e as vezes uma carne, mas muitas vezes não se compra carne, porque a gente cria frango, cria porco” (Nei/Carlos em conversa do dia 25/04).

Logo, os mercados institucionais são fundamentais para a subsistência familiar e, também, para o pagamento do próprio Pronaf, após o período de carência de 3 anos, para não florescer sua face negativa do endividamento. Embora os três anos de carência para que o assentado comece a pagar gerem uma sensação de conforto, a segurança das vias de comercialização institucionais é determinante para o planejamento do assentado para pagar o crédito. Desta maneira, o fechamento das vias institucionais pelo governo Temer (PNAE + PAA) pode acentuar os efeitos negativos do Pronaf, aumentando sua inadimplência.

Construímos um diagrama de flechas da rede formada pelos mercados institucionais, detalhando o fluxo de serviços (setas verdes), fluxo de dinheiro (setas

vermelhas), de financiamento (setas amarelas) e de alimentos (setas azuis). As setas descontinuas demonstram a interrupção do fluxo de um ponto ao outro. Os contornos azuis significam “Estado” e os verdes “independentes do Estado”, já o contorno preto dos assentados com agroflorestas e da venda direta no bairro, mostra a ideia de “não organização”, de individualização.

FIGURA 11: Diagrama de flechas, evidenciando a relação dos assentados com o Pronaf e com os mercados institucionais.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 09/2017.

Em resumo, os assentados possuem uma opinião crítica sobre as políticas públicas voltadas a eles, mas sabem que a existência delas é indispensável. Como afirma Lucinei

O Pronaf em si ajuda muito, mas da forma que foi feito aqui prejudicou um pouco. Se você perguntar aqui, acho que quase todo mundo vai dizer que não conseguiu pagar porque, por exemplo, demorou quase 2 anos pra liberar as 3 parcelas. Acho que todas essas políticas são importantes, se trabalhadas juntas, todas elas são ainda melhores. As vezes você não iria conseguir produzir bem pro PAA se não fosse o Pronaf (Lucinei, 04/2017).

Já Luciano consegue dar uma visão ampla sobre a importância das políticas institucionais orientadas à agricultura familiar.

sem dúvida é o Pronaf. O PAA e o PNAE são importantes, mas.. melhor dizendo.. o Pronaf é o que tem maior potencial.. porque ele é sub aproveitado. O potencial do Pronaf é enorme, mas na verdade o assentado daqui não tem acesso à todo Pronaf.. fica a cargo do banco colocar as condições para aquelas outra linhas de crédito, como aqui o assentado não

tem a posse da terra, não tem como dar a garantia pro banco⁴². Essas linhas não servem pra nada desse jeito. Já o PAA, por exemplo, tende a gerar uma dependência.. muitos assentados possuem o PAA como único objetivo de sua produção.. ele se acomoda vendendo só para o PAA e por um preço ainda muito baixo (Luciano, 03/2017).

Ele diz que acessar as outras linhas de crédito, como Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, etc. é inviável para os assentados do Mario Lago, pois a oferta destas linhas fica a cargo do agente financeiro. E, como o banco solicita um fiador, e o assentado do Mario Lago não possui a posse do lote (somente o título), ele fica a margem destas linhas. Logo, ele conta que os assentados se cadastram no DAP, nos grupos A e A/C, e só possuem acesso à linha de crédito para reforma agrária. Desta maneira, para ele, o Pronaf é o programa mais promissor, mas precisa ser aprimorado, principalmente em relação ao acesso às linhas de crédito que dependem das normas das agencias financeiras.

Cristine apresenta uma ideia similar:

Tem muita gente que se acomodou com o PAA, porque entregava na porta de casa, então tem gente que ficou nisso, aí esses não se encaixam. Tem gente que por conta do PAA e tudo isso que parou, eu vou te falar, tá com dificuldade de comercialização, porque as cooperativas não estão pegando que nem ultimamente né⁴³, então tem gente que prefere aqui porque todo mês é certo, é garantido. (Cristine, 04/2017).

Por sua vez, seu Nei (Carlos) tem uma visão muito positiva do PAA, dizendo que “caso o PAA seja usado somente para vender o excedente, ele é bom, se for utilizado como único meio de venda, ele é ruim” (Seu Nei/Carlos em conversa no dia 03/03).

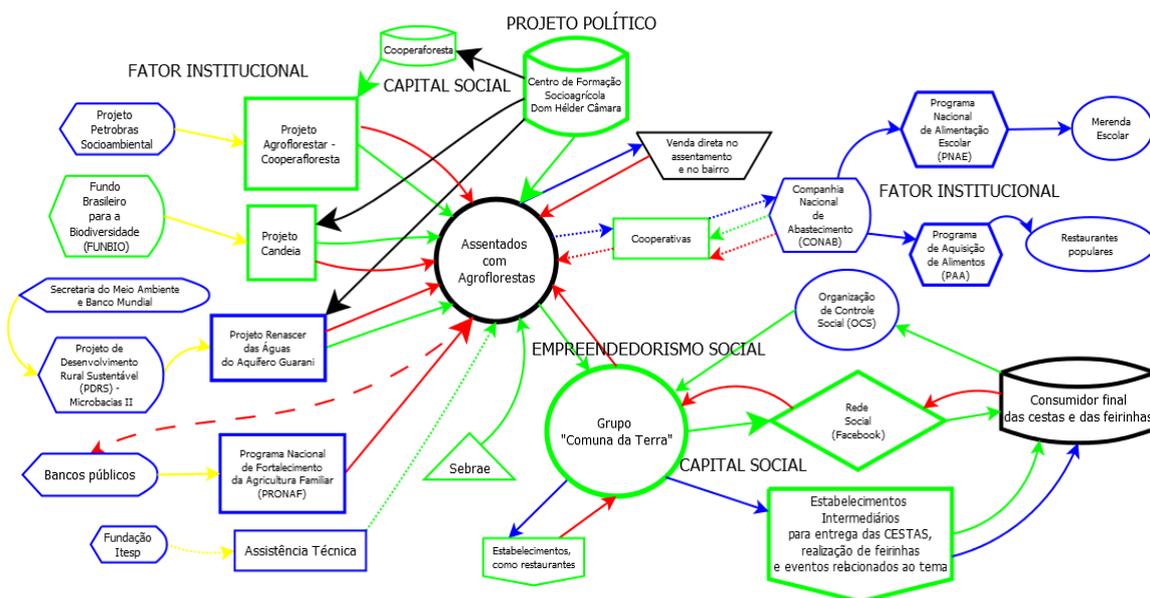
⁴² Como afirma Ferreira (2005), as operações dos Grupos “A”, “A/C” e “B” não necessitam de garantias como propriedade ou fiador, a agencia financeira deve exigir somente a assinatura do agricultor e agricultora que solicitar o crédito, comprometendo-se em paga-lo.

⁴³ Até final de 2016, os assentados podiam vender para uma cooperativa que repassava para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

CAPÍTULO IV – Análise da construção social da oferta dos alimentos orgânicos agroflorestais

A partir da análise dos resultados de campo, elaboramos a rede completa da construção social da oferta de alimentos orgânicos agroflorestais, na qual temos: fluxo de serviços (setas verdes), fluxo de dinheiro (setas vermelhas), de financiamento (setas amarelas) e de alimentos (setas azuis). As setas descontinuas demonstram a interrupção do fluxo de um ponto ao outro. Os contornos azuis significam “Estado” e os verdes “independentes do Estado”. Já o contorno preto dos assentados com agroflorestas, da venda direta no bairro e dos consumidores finais, mostra a ideia de “não organização”, de individualização.

FIGURA 12: Diagrama de rede da construção da oferta de alimentos orgânicos agroflorestais pela cooperativa “Comuna da Terra” do assentamento Mario Lago.



Fonte: Giovanni Barillari de Freitas, 08/2017.

Dividindo o diagrama em 4 quadrantes, temos que os dois quadrantes da esquerda representam o campo da produção de alimentos agroflorestais, influenciado pelo capital social do MST e pela atuação do Estado, via políticas de desenvolvimento. O quadrante da direita acima, representa a construção dos mercados institucionais, reflexo de um fator institucional, além da venda direta no bairro, sendo responsável por grande parte da renda familiar. E, por fim, o quadrante da direita embaixo, representa o mercado das cestas de alimentos orgânicos agroflorestais, influenciado pelo

empreendedorismo social e pelo capital social advindo do capital simbólico da agricultura orgânica, que estimula o contato entre consumidor, intermediário e assentados. Este quadrante evidencia a importância, tanto da ferramenta de intermediação entre grupo de assentados e consumidor final (a rede social virtual), como dos estabelecimentos que distribuem as cestas – ambos, dinamizando o mercado para possibilitar seu funcionamento.

Esta ilustração representa, esquematicamente, os resultados obtidos na pesquisa, e foi construída a partir das seguintes conclusões:

1) O Projeto Político do MST é determinante para o direcionamento das ações dos assentados, por meio da Associação “Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara”. Além dela ter sido a Associação que concorreu aos editais do Projeto Candeia e do Projeto Renascer das Águas do Aquífero Guarani, teve participação fundamental no suporte aos assentados, tanto à produção como às vias de comercialização (além de outras diversas atividades).

2) O que impulsionou de maneira mais efetiva a oferta de alimentos agroflorestais foram os três projetos: “Projeto Agroflorestar”, executado pela Cooperafloresta- Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis e patrocinado pelo projeto "Petrobras Socioambiental"; “Projeto Candeia: Agroflorestas iluminando a vida e os caminhos para o renascer das águas do Aquífero Guarani” financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO); e o "Projeto Renascer das águas do Aquífero Guarani – agrofloresta: vida, alimento, gente e natureza voltado para a agricultura de Ribeirão Preto e região" contido no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II, parceria da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo com o Banco Mundial, e recursos do Crédito Ambiental Paulista.

Eles se mostraram fundamentais para a construção das agroflorestas e, conseqüentemente, para a construção da oferta das cestas de alimentos. Com esses projetos, foi possível formar os Sistemas Agroflorestais (SAFs), tanto em áreas coletivas, como em individuais, além de estruturar o grupo com equipamentos como caminhão, balança, entre outros.

3) A Assistência Técnica pública teve seu potencial limitado pelo descompasso entre a concepção do MST, em implantar uma produção orgânica agroflorestal (diversificada em pequeno espaço), e a concepção do assistente técnico, em defender uma produção orgânica de monocultura. Já a Assistência Técnica do Cooperafloresta, mostrou-se em sintonia com os objetivos do núcleo principal do Mario Lago em recuperar o solo e implementar os Sistemas Agroflorestais.

4) O Pronaf, por sua vez, teve uma relação indireta com a formação da oferta das cestas de alimentos orgânicos agroflorestais, já que o crédito foi utilizado para a compra de ferramentas e insumos, tornando eficientes somente a partir da formação das agroflorestas. Assim, embora os créditos referentes ao Pronaf A e A/C tenham sido liberados, a falta de infraestrutura no assentamento e de entendimento entre a assistência técnica pública e os assentados, não permitiram que a compra feita com o crédito se transformasse em renda imediatamente, tornando esta defasagem de tempo, um problema para o pagamento mesmo.

5) Os assentados organizados no grupo “Comuna da Terra”, buscam formas de não dependerem do Estado para comercializarem seus alimentos, buscando vender as cestas e por feirinhas no dia da distribuição das cestas. Para efetivar a venda das cestas, o grupo estabelece relações com estabelecimentos comerciais, que intermediam a distribuição para o consumidor final. A relação do grupo, efetivamente, com o consumidor, é concretizada por meio de uma rede social virtual, onde o consumidor escolhe qual cesta irá comprar, o ponto de retirada e assina um contrato simbólico, concordando com alguns termos e garantindo sua participação para além de um consumidor passivo.

6) A venda individual, por meio de outras cooperativas, pelos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), se mostraram importantes para que os assentados possuam uma renda mensal garantida e se dediquem a outras estratégias para gerarem renda. Contudo, a dependência gerada caso o assentado não busque outras maneiras de comércio, se torna onerosa no médio prazo, pois está à mercê exclusivamente das variações do orçamento do Estado.

Desta maneira, os elementos para além dos fatores econômicos que influenciam a construção social da oferta de alimentos agroflorestais como um todo, no assentamento Mario Lago, são:

- 1) Fator “institucional”, devido as políticas de desenvolvimento rural ofertadas pelo Estado e por instituições não governamentais.
- 2) Fator “político”, devido ao projeto do MST de reforma agrária, produção orgânica agroflorestal e trabalho coletivo, que direcionou o campo da produção do assentamento aos Sistemas Agroflorestais.
- 3) Fator “socioeconômico”, devido ao “empreendedorismo social” dos assentados, presente na criação do grupo, e, cotidianamente, na busca por agregar valor aos alimentos, como a pequena produção de polpas.
- 4) Fator “capital social”, ou seja, a rede de relações já existentes (e em transformação) do MST, como o contato com a Cooperafloresta, além da rede macro formada pela crença na alimentação orgânica. Este capital social reflete, justamente, o “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas”, sobretudo a partir a objetivação do capital simbólico em capital jurídico dado pelos programas e legislações orientadas à agricultura familiar como um todo.

Concluimos que a passagem do capital social para um capital simbólico difuso baseado na ideia de agricultura familiar produtora de alimentos orgânicos, apoiado no reconhecimento coletivo, a um capital simbólico objetivado, codificado, delegado e garantido pelo Estado, burocratizado no conjunto de leis e regulamentações acerca da agricultura familiar, denominado capital jurídico, define um ciclo de desenvolvimento. Este capital simbólico objetivado em capital jurídico, fortalece novamente o capital social dos diversos e heterogêneos grupos que formam a categoria da agricultura familiar, podendo aumentar novamente o nível de capital social (quando a cooperativa começa a produzir orgânicos após a regulamentação sobre a certificação), continuando o ciclo [capital social (relações) – capital simbólico (reconhecimento) – capital jurídico (regulamentações e políticas públicas), e assim por diante]. Esses três momentos do capital são permeados intensidade do capital político que os grupos ou subgrupos vão adquirindo, no caso do capital político do MST, por exemplo.

Em suma, temos uma relação de potencialidade entre todos os fatores não econômicos elencados acima, pois as políticas de desenvolvimento rural têm maior efeito quando unidas ao capital social de determinado grupo. Os três projetos que

projetaram as agroflorestas estão intimamente ligados ao capital social acumulado pelo MST e ao projeto político do movimento, que também está ligado ao capital social potencial do grupo inicialmente. A rede de relações do movimento influenciou, desde a conquista da fazenda da Barra até a construção do acampamento, a organização do assentamento e a busca pelas políticas de desenvolvimento agroflorestais.

Portanto, o projeto político de assentamento agroflorestal está diretamente ligado ao direcionamento dos efeitos desta relação entre capital social e políticas de desenvolvimento, ou seja, definindo a produção orgânica e agroflorestal como objetivo central. Já o empreendedorismo social, permite compreender o fator econômico embebido no social, dando um caráter de um processo calcado na totalidade, possibilitando que os três fatores desencadeiem o mercado das cestas de alimentos agroflorestais, ou seja, sem o empreendedorismo social os assentados estariam vendendo somente aos mercados institucionais. Em síntese, os 4 fatores se relacionam e potencializam a formação do mercado de alimentos orgânicos agroflorestais, especialmente, o das cestas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, o que encontramos no assentamento Mário Lago está em diálogo com os últimos achados da sociologia econômica, a saber, que mercados são construções sociais. Assim, para além da técnica e fria lei da oferta e da demanda (da economia neoclássica), a pesquisa identificou outros elementos na construção dos mercados da agricultura familiar.

Igualmente os assentamentos apresentam suas singularidades em relação à agricultura familiar não assentada, no que tange a luta por sua reprodução material e simbólica. A agricultura familiar assentada é distinta da agricultura familiar não assentada. Assim como a agricultura familiar assentada que produz alimentos orgânicos é diferente da agricultura familiar assentada que produz alimentos não-orgânicos. Desta forma, tratamos da distinção “agricultura familiar assentada orgânica agroflorestal” e identificamos a dinâmica da construção de um mercado, a partir da construção da oferta.

Como resultados, apreendemos a rede de relações formada em torno dos assentados, caracterizando o campo da produção e da comercialização, e evidenciando as relações e os fluxos das transferências de alimentos, serviços, dinheiro e financiamento, em um espaço e tempo determinados – primeiro semestre de 2017. E, por fim, pontuamos os fatores não econômicos que influenciaram a construção da oferta de alimentos agroflorestais, como elementos sociais, políticos, institucionais e simbólicos.

Focalizamos a pesquisa nas relações da comercialização das cestas, e não tratamos individualmente do cotidiano de cada relação dos assentados com as instituições, como o banco, com cada projeto de desenvolvimento, com as assistências técnicas e com a Conab, o que poderia trazer novos elementos que influenciem na construção da oferta, podendo ser objetivo de pesquisas futuras.

É importante ressaltar que identificamos a relação do Estado com a agricultura familiar, mas não temos a intenção de dar exclusividade a ela. A agricultura empresarial, patronal ou “agronegócio”, como evidenciado no capítulo 2, se tornou dominante sob a égide de uma política de crédito focalizada desde a década de 1960.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. "Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais" Tempo Social – Revista de Sociologia da USP – volume 16, nº 2 – 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02>.

_____. "O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural". Economia Aplicada – nº número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000. Disponível em <http://ricardoabramovay.com/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural/>.

_____. "Agricultura familiar e desenvolvimento territorial". Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols.

28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdttsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>.

ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. da. "Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)". Texto para discussão no 641 Convênio FIPE/IPEA 07/97 ISSN 1415-4765 Brasília, abril de 1999. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf.

AGUIAR, V. J. Proposta da Comuna da Terra no Assentamento Mario Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto - SP. Monografia apresentada ao Curso Especial de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), do Convênio UNESP/INCRA/Pronera, para a obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Geografia. Presidente Prudente, 2011. 61 páginas. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/monocegeo/monografia_vandei.pdf.

ALVAIDES, N. K. & SCOPINHO, R. A. "De Sem-terra a sem-terra: memórias e identidades" Psicologia & Sociedade, 25(2), 2013, p. 288-297. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/06.pdf>.

BIANCHINI, V. "Diário Oficial da União - Seção 1" Nº 127, segunda-feira, 7 de julho de 2014. p. 40, ISSN 1677-7042. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_873/PORTARIA%20N%C2%B0%2038%2C%20DE%204%20DE%20JULHO%20DE%202014%20-%20AGROECOLOGIA.pdf

BORGES, J. L. A Transição do MST para a agroecologia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Londrina, 2007. Disponível em http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Borges_Juliano_L_Me_2007.pdf.

_____. "MST: do produtivismo à agroecologia". I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR, 2009. ISSN 2175-6880. Disponível em

<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/mst-productivismo-JulianoBorges.pdf>

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Intro, org. e seleção: Sergio Miceli - São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. “A formação do habitus econômico” Volume 1, de julho de 2000, p. 17 - 41, traduzido em dezembro de 2003. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/266.pdf>.

_____. **As estruturas sociais da economia**, Campo das Letras - Editores, S.A., 2006.

_____. “O campo econômico” p. 15 – 57 N• 6. Artigo publicado na revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 119, setembro de 1997, p. 48-66. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi, abril de 2005.

_____. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1980, 3. ed., cap. 3, p. 65-69, 2001. Disponível em

_____. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais**. Trad. Silvia Mazza. Ed. Perspectiva S.A. 1979.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz, Memória e Sociedade, Ed. Difel-Lisboa e Ed. Bertrand Brasil S.A. /RJ, 1989.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Ed. Papyrus, 9ª Ed. 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências, 2003A. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm.

_____. Decreto Federal nº 7830, de 17 de outubro de 2012 - Dispõe sobre o sistema de cadastro ambiental rural, o cadastro ambiental rural estabelece normas de caráter geral aos programas de regularização ambiental, de que trata a lei n 12.651, de 25 de maio de 2012, e de outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/D7830.htm.

_____. Decreto Nº 91.766, DE 10 DE OUTUBRO DE 1985. Aprova o plano nacional de reforma agrária - PNRA, e, das outras providências. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=106707&norma=129768>.

_____. Lei n. 5.889, de 8 de julho de 1973. Regulamentação sobre o trabalhador rural. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm.

_____. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e das outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 jul. 2003A. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/727660.pdf>.

_____. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, 2003B. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/lei-no-10-831-de-23-de-dezembro-de-2003.pdf/view>.

_____. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o Conselho Monetário Nacional (CMN), 1964A. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/584666.pdf>.

_____. Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1964. Dispõe sobre as atribuições do CMN e do Banco Central do Brasil, 1965. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14829.htm.

_____. Lei ESTADUAL N. 4.957, de 30 de dezembro de 1985. Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/prolei4957.htm>.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.html>

_____. "Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!" Cartilha PAA, ASCOM/MDS/NOVEMBRO, 2012. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf.

BRUNO, R. A. L. O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), março de 2002. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280093?mode=simple>.

BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A.; GOMES, C. M. P.; SENCÉBÉ, Y. "Crédito fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário?" In. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. Disponível em <http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Políticas-Publicas-DR-livro-Grisa-Scneider-1.pdf>.

CAMARGO, R. A. L. de.; BOCCA, M. F.; FIGUEIREDO, D. S.; MATOS, J. M. S. de. "O PAA e PNAE em assentamentos PDS no norte paulista" p. 149-173. In. Retratos de Assentamentos, v.19, n.1, 2016. ISSN: 1516-8182. Disponível em <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/203/188>.

CARNEIRO, M. J. "Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas". Este artigo é parte de um texto intitulado "Política de Desenvolvimento e o 'Novo Mundo Rural' apresentado no Seminário "O Novo Rural", coordenado pelo Prof. José Graziano da Silva, que ocorreu no I.E. da Unicamp em março de 1999. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2013%20Jucyene%20das%20Gracas.pdf>.

CARTILHA PRONAF. Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017; PRONAF: FERAEP em defesa da categoria trabalhadora rural. Disponível em http://pt.slideshare.net/fetaep/cartilha-de-orientao-do-pronaf-20162017?from_action=save.

CARVALHO, L. de J. "O MST e a Questão Agrária: os atos de ocupação de terra de FHC a Lula". II Jornada Internacional de políticas públicas, UFMA, São Luís – MA, 23 a 26 de agosto, 2005. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Lenise_Jesus_carvalho303.pdf.

CHAYANOV, A. V. **“La organización de la unidad econômica campesina”**. Por Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974. Traducción de Rosa Maria Rússovich.

_____. “Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas (1924)” p. 477 – 502. Traduzido por Manuel Villaverde Cabral. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>

DAROLT, M. R; LAMINE, C; BRANDEMBURG, A. “A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês” Revista Agriculturas, v. 10 - n. 2, 2013. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>.

DELGADO, G. "A questão agrária no Brasil, 1950-2003" In. INCRA. Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária, 2005. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf.

FAGGIN, J. M. Reforma Agrária, Sustentabilidade e Participação: o caso do projeto de desenvolvimento sustentável São Luiz, Cajamar - SP. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/4323/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Joana%20Faggin%20-%20Abril2009.pdf>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. s/d. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf. Acesso em 19/09/2017.

FERRANTE, V. B. & FILHO, D. B. "O Sistema produtivo do assentamento Mário Lago: uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanavieira do interior do Estado de São Paulo" Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009.

FERREIRA, C. R. C. “Como negociar e assegurar as garantias que serão dadas ao banco quando se necessita de um financiamento rural do Pronaf” MDA/FAO, 2005. Disponível em http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/cadeiadoleite2/contents/bug?format=table&f_state=14&bug_number=99&orderby=summary%2Casc.

FERREIRA, D. de J. & SANTOS, M. S. dos; SANTOS, R. L. "A Feira livre como alternativa de geração de renda para agricultura familiar no município de Santo Estevão - BA" VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6. Disponível em <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Margarete%20Silva%20dos%20Santos,%20Daise%20de%20Jesus%20Ferreira,%20Rosangela%20Leal%20Santos.pdf>.

FIRMIANO, F. D. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiências do assentamento Mario Lago, em Ribeirão Preto (SP)**. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 288p. Disponível em <http://books.scielo.org/id/49yt7>.

GARCIA, A. "A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro" Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18718.pdf>.

GARCIA-PARPET, M. F. "A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne". Estudos Sociedade e Agricultura, 20, abril 2003: 5-44. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262890/mod_resource/content/2/Garcia-parpet_Construcao_social_mercado.pdf.

GOMES, R. M. & LOPES, S. R. S. "Aquisição de Produtores da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar" 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015, Brasília, 2017. Disponível em www.fnde.gov.br

GORGEN, Frei S. A. "Para além do Pronaf". Agosto de 2012. Disponível em <http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/para-alem-do-pronaf>.

GONÇALVES, J. C. "Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto - SP" Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia; São Carlos, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6723>.

GONZÁLEZ, R. H. "George Simmel y la sociología económica: el mercado, las formas sociales y el análisis estratégico". 269-286; Papers 87, 2008. Disponível em <https://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n87/02102862n87p269.pdf>.

GRANOVETTER, M. "Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão" Fórum - Sociologia Econômica, RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007. ISSN 1676-5648. Disponível em <http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao>.

GRISA, C. "As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos: uma análise a partir do enraizamento estrutural e político". 47º congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural; Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/603.pdf>.

_____. "Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias" Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências no Programa de Pós-Graduação de

Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ, 2012. Disponível em <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Catia-Grisa.pdf>.

GRISA, C & SCHNEIDER, S. "Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil" In. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Cátia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007.

HESPANHOL, A. N. "Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial" 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 370-392, 2008. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2008/MODERNIZA%C7AO%20DA%20AGRICULTURA%20E%20DESENVOLVIMENTO%20TERRITORIAL.PDF>.

JARDIM, M. C. **MercadoS: Nem Sagrado, nem Profano** / Maria Chaves Jardim (Org.) – São Paulo. SP: Cultura Acadêmica, 2015. ISBN 978-85-7983-666-4.

JARDIM, M. C. e CAMPOS, R. S. "A Construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica" REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4., n. 2, jan/jul. 2012. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124989/ISSN1984-1736-2012-04-02-1-9.pdf;sequence=1>.

JESUS, A. D. de. "Das Ligas ao MST: Luta pela Terra e a territorialidade camponesa" pp. 1-14 Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/09.pdf>.

KAMIMURA, Q. P.; PAULA, M. M. de; SILVA, J. L. G. da "Mercados institucionais na agricultura familiar Dificuldades e desafios" Ano XXIII – No 1 – Jan./Fev./Mar. 2014. Disponível em <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883/808>.

MACHADO, A. M. B. & BIZZO, N. A. "Camponeses da reforma agrária e a floresta : o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, SP" 45 p. Versão digital, 1ª edição. – Brasília, DF : Embrapa, 2016. Disponível em <https://www.embrapa.br/web/mobile/publicacoes/-/publicacao/1055876/camponeses-da-reforma-agraria-e-a-floresta-o-caso-do-assentamento-mario-lago-ribeirao-preto-sp>.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). "Legislação do Crédito Rural" PRONAF Legislação: PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, TRANSFORMANDO VIDAS. PLANTANDO O FUTURO, 2013/2014. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20do%20Pronaf%2014-15.pdf.

MDA "Políticas Públicas para Agricultura Familiar" Outubro de 2013. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf

MDA & INCRA "II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural" 2004. Disponível em http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf.

MAPA "Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação" / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2008A. 24 p. Disponível em http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/CONTROLE_SOCIAL.pdf.

MAPA "Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia" / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/ACS, 2008B. 44 p. Disponível em http://www.ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1392112174produtos_organicos_sistemas_participativos_biblioteca.pdf.

MCR "MANUAL DE CRÉDITO RURAL" Carta-Circular nº 3.472, de 23.11.2010; CAPÍTULO: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - 10 SEÇÃO: Beneficiários - 2 com Atualização MCR 584, de 1º de setembro de 2014. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>.

NUNES, P. J. & SILVA, T. B. "Implantação de Sistemas Agroflorestais: a experiência do assentamento Mario Lago, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo" Informações Econômicas, SP, v. 46, n. 3, maio/jun. 2016. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2016/tec4-0616.pdf>.

NETO, N. E. C.; MESSERSCHMIDT, N. M.; STEENBOCK, W & MONNERAT, P. F. **Agroflorestando o mundo de facão a trator**. Barra do Turvo, 2016. Disponível em <https://florestasdefuturo.files.wordpress.com/2013/06/agroflorestando-omundo.pdf>. Acessado em 20/01/2018.

NUNES, P. J.; COSTA, F. G. V. & JUNQUEIRA, V. "Implantação de unidades agroflorestais em lotes familiares como estratégia de formação e mobilização para restauração de áreas coletivas de Reserva Legal do Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP" artigo para o X Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais - SAF: aprendizados, desafios e perspectivas realizado entre 24 e 28 de outubro, UFMT, 2016. Disponível em http://www.tmeventos.com.br/agrof2016/trabalhos/trab2/trabalho_2023.pdf.

PEIXOTO, M. "Extensão Rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação". "Textos para Discussão" - Centro de Estudos Consultoria Legislativa do Senado Federal Brasília, outubro / 2008. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. "O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil" Volume 40 | Nº 03 | Julho - Setembro | 2009, p. 411-424. Disponível em http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação - As origens políticas e econômicas do nosso tempo**. ISBN 978-972-44-1759-2 Edições 70, Lda, 2001.

RAUD-MATTEDI, C. "A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica" RBCS Vol. 20 nº 57 fevereiro/2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v20n57/a08v2057.pdf>.

ROSA, L. A. "MST e a Luta pela Terra em Ribeirão Preto (SP): psicologia política, políticas públicas e direitos" RG&PP vol. 2(2): 460-477, 2012. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97865>.

SANTOS, R. "Polanyi e a Sociologia Econômica" In: A Grande Transformação - As origens políticas e econômicas do nosso tempo. ISBN 978-972-44-1759-2 Edições 70, Lda, 2001.

SARON, F. de A. e HESPANHOL, A. N. "O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção políticas de apoio a agricultura familiar" Geo UERJ - Ano 14, nº. 23, v. 2, 2º semestre de 2012 p. 656-683 ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/4823/5411>

SILVA, P. G. da. A incorporação da Agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática. Dissertação de Mestrado do PPG em História da UFF, Niterói, 2011. Disponível em http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2011_Priscilla_Gomes.pdf.

SIMÃO, G. L.; FREITAS, A. F. de; SILVA, E. A.; BASTOS, B. R. de N.; SALGADO, R. J. dos S. F. & AMODEO N. B. P. (in memoriam) "Políticas públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social: análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais" Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, vol. 10, número 2, p. 288-306, abr - jun, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/16689>.

SOARES, J. F. "Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Legislação Básica" Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Brasília-DF, março de 2011. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>.

STEINER, P. **Altruísmo, Dons e Trocas Simbólicas: Abordagens sociológicas da troca**. Tradução: Raquel de Almeida Prado e Lolita Sala; Revisão: Maria Chaves Jardim e Karen Artur. – São Paulo, SP : Cultura Acadêmica, 2016.

SWEDBERG, R. "Conceitos básicos da Sociologia Econômica de Weber". In: ___ Max Weber e a ideia de Sociologia Econômica. RJ/SP: Editora. UFRJ/Beca: 45- 83; 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. "Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade" Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>.

ANEXO 1

QUADRO 1: Políticas Públicas direcionadas à agricultura familiar.

1996 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	O Pronaf permite o acesso ao mercado de crédito pela agricultura familiar, com taxas de juros abaixo da inflação, para fomentar seu desenvolvimento produtivo e aumentar a qualidade de vida no campo.
2001 - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Aprovado em 2001 no âmbito do MDA (10 anos depois da política criada pela Embrapa), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar veio para prestar serviço aos assentados beneficiários da reforma agrária para auxiliar na estruturação e melhoria da produção nos assentamentos (PEIXOTO 2008).
2001 - Programa Cadastro de Terra e Regularização Fundiária	Garante a permanência dos agricultores familiares na terra, através do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária que assegura juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo (MDA 2013, p. 49).
2002 - Garantia Safra	Um seguro que serve de garantia aos agricultores familiares em caso de perda de produção causada por problemas climáticos, como a seca, por exemplo. Ele é voltado aos produtores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por mês, desde que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham feito a adesão ao Garantia-Safra (MDA 2013, p. 63).
2003 - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	O PNCF financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação, além de permitir “investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental” (MDA 2013, p. 31).
2003 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Permite que instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. (MDA 2013, p. 22).
2004 - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel	Estimular a produção e o consumo de combustíveis que não sejam derivados de petróleo, por meio do incentivo aos agricultores familiares a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção desse combustível (MDA 2013, p. 59).
2006 - Sistema Unificado de atenção à sanidade animal (Suasa)	O Suasa exerce o serviço de inspeção dos produtos de origem animal para poderem ser comercializados no mercado formal em todo o território brasileiro (MDA 2013, p. 39).
2009 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	O Pnae prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.
2009 - Programa Terra Legal	O Programa Terra Legal assegura a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal e garante o acesso dos proprietários dessas terras a políticas públicas de desenvolvimento rural (MDA 2013).
2009 - Programa Terra Forte	O recurso é destinado ao financiamento de projetos de cooperativas e associações que busquem implantar e modernizar empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamento da reforma agrária (MDA 2013, p. 55).
2010 - Programa	Dentro do PAC, o MDA atua na entrega de retroescavadeiras e

de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2)	motoniveladoras, às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes não localizados em regiões metropolitanas. Além de caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para o Semiárido (MDA 2013, p. 35).
--	--

Fonte: MDA 2013.

ANEXO 2

QUADRO 2: Leis e regulamentações relacionadas à agricultura familiar.

1985 - Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	Plano baseado no Estatuto da Terra que visava a democratização o acesso as terras como expressão do projeto de redemocratização do país (BRASIL 1985A).
1991 - Instituto de Terras de São Paulo (Itesp)	O Itesp foi criado com a função de executar a política agrária e fundiária do estado – incluindo o reconhecimento de comunidades quilombolas – além de prestar serviços a partir da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (CAMARGO et al. 2016).
1999 - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) em 2016	Responsável por articular as políticas públicas para agricultura familiar se diferenciando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que lida exclusivamente com o grande produtor rural.
1999 - Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	Modelo de assentamento que determina que a produção seja orgânica e, além disso, que haja um reflorestamento de suas áreas de preservação.
2003 - II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	O II PNRA busca ir além da garantia do acesso à terra. Ele prevê ações para dar condições de produção aos assentados, gerar renda e ter acesso à serviços como Saúde, Educação, Energia e Saneamento (MDA & INCRA 2004).
2003 - Lei da Agricultura Orgânica (Lei 10.831)	Define que um sistema orgânico de produção agropecuária é aquele que adota técnicas que tornam sustentável o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, não utilizando adereços químicos na produção.
2006 - Lei da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326)	Determina os requisitos necessários para caracterização da agricultura familiar
2007 - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Decreto nº 6.323)	Sistema que passou a possuir um selo único para todo o território nacional, possuindo regras e procedimentos adotados para avaliar “a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação” (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm).
2012 - Regulamentação dos Sistemas Agroflorestais (Decreto nº 7.830)	Define as características de uma produção agroflorestal
2014 - Portaria que regulamenta a Produção Agroecológica	Define a produção agroecológica como aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle

	de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação (Portaria nº 38).
--	---

Fonte: MDA 2013.